

## **VALOR ECONÔMICO - SP**

[Caixa vai usar IPOs para pagar Tesouro](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Pesquisa científica, trabalho de mulher](#)

## **FOLHA DE S. PAULO - SP**

[A guerra acabou](#)

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Fuvest tem Marx, Chico e tira de Laerte](#)

## **O GLOBO - RJ**

[A educação deveria ser a prioridade](#)

[Transição nos estados](#)

Imprensa Estadual

## **CORREIO DA BAHIA - BA**

[Instituto Nacional de Educação de Surdos abre 18 vagas na Bahia](#)

## **ESTADO DE MINAS - MG**

[Inscrições abertas no curso preparatório](#)

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[Quase 30 mil alunos receberão materiais escolares](#)

Agências de notícias e sites

## **AGÊNCIA BRASIL**

[MEC tem agora secretarias para alfabetização e escolas militares](#)

## **CORREIO WEB**

[MEC tem agora secretarias para alfabetização e escola militar](#)

## **G1**

[Cerca de 20% dos cursos superiores avaliados pelo MEC no Centro-Oeste de MG têm desempenho insatisfatório no Enade](#)

[Sisu vai ter mais de 5,6 mil vagas no Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de MG](#)

## **PORTAL EXAME**

[MEC tem agora secretarias para alfabetização e escolas militares](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[MEC tem agora secretarias para alfabetização e escolas militares](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[MEC tem agora secretarias para alfabetização e escolas militares](#)

Grande Imprensa

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[UM INÉDITO DE MÁRIO](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Em defesa do coordenador do Enem](#)

[Educação](#)

## **FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Na mira de Bolsonaro, obra de Paulo Freire é pilar de escolas de elite](#)

[Conheça a trajetória de Paulo Freire, educador referência e alvo do governo Bolsonaro](#)

[Quase pai de santo, professor desafia fórmulas antigas para ensinar redação a estudantes](#)

[Filho de Bolsonaro orienta professores a evitarem temas como feminismo](#)

[Mais curta, 2ª fase da Fuvest começa neste domingo com redação e português](#)

## **O GLOBO - RJ**

[Muda o eixo ideológico, mas a Carta é a mesma](#)

[Eduardo Bolsonaro pede que professores evitem feminismo](#)

[Surdos, uma população a ser ouvida pelo novo governo](#)

# CLIPPING



[1,3 milhão de alunos sem aula de inglês](#)

[Nas escolas particulares, altos custos com a língua assustam pais](#)

Revistas

**ÉPOCA - RJ**

[AS 10 BATALHAS DE BOLSONARO](#)

Imprensa Estadual

**A GAZETA - MT**

[Inês não é morta](#)

**O FLUMINENSE - RJ**

[Niterói contada por mulheres](#)

Agências de notícias e sites

**AGÊNCIA ESTADO**

[Pesquisadora descobre livro inédito de Mário de Andrade](#)

**CAMPO GRANDE NEWS**

[Capes oferece bolsas para doutorado pleno nos Estados Unidos](#)

**CATRACA LIVRE**

[Bolsonaro elogia assessor que acusa professor de ensinar incesto](#)

**CM CONSULTORIA**

[HOJE É DIA DE PARABENIZAR O PROF. HERBERT LIMA, SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DE SOBRAL.](#)

**CONCURSOS NO BRASIL**

[Prefeitura de Arroio dos Ratos - RS abre vaga em processo seletivo](#)

**DIÁRIO DO PODER**

[Reitor do ITA, Anderson Ribeiro Correia será o presidente da CAPES](#)

[UFSCar cria mestrado em Engenharia Mecânica com abordagem inovadora](#)

**VISÃO**

[Inscrições para o Vestibular Continuado 2019 do Univem vão até dia 27](#)

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Mediação e gestão de conflitos escolares](#)

[Para garantir a vaga](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Nova lei permite falta na escola por motivo religioso](#)

**O GLOBO - RJ**

[Damares defende intervenção na decisão do estudante no Enem](#)

[Novos métodos](#)

[Assim é se lhe parece](#)

Revistas

**ISTOÉ DINHEIRO - SP**

[Sem investimento em educação, a corrupção não vai acabar](#)

[Ensino estadual tem leve melhora em São Paulo](#)

**ISTOÉ - SP**

[Até onde vai o choque cultural](#)

Imprensa Estadual

**FOLHA DE LONDRINA - PR**

[Com possível fusão, curso de mestrado do Iapar também pode ser extinto](#)

**DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO**

[Braille - especialistas dizem que há avanços, mas muito trabalho](#)

**DIÁRIO DE CUIABÁ - MT**

[Temporada de matrículas para novos alunos começa segunda-feira](#)

## **FOLHA DE BOA VISTA - RR**

[Jovens pesquisadores receberão bolsas de pesquisa](#)

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[Bolsonaro sanciona lei que permite falta escolar por motivo religioso](#)

Agências de notícias e sites

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Indicado para Inep já chamou professores de manipuladores e gente que não quer estudar](#)

## **CATRACA LIVRE**

[Nunca ninguém ofendeu tanto os professores como Governo Bolsonaro](#)

## **DESTAK**

[Inscrições para concurso da Fundação S. André terminam domingo](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Primeiras mudanças no MEC preocupam educadores](#)

[Alfabetização está entre as ações prioritárias dos cem dias de governo](#)

[Estrutura de proteção à população LGBT é mantida em Ministério](#)

## **CLIC RBS**

[Reitor da UFRGS critica "ataques" à gratuidade nas universidades: "Vamos lutar para mantê-la"](#)

## **CORREIO WEB**

[Sisu e SisUnB são as primeiras seleções do ano para acesso a universidades](#)

## **G1**

[Escola de Santana alcança nota 4.4 no Ideb e tem melhor resultado do AP, meta era prevista para 2021](#)

[Damara Alves provoca nova polêmica ao criticar regra do Sisu](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Bolsonaro diz que novo chefe do Enem prioriza ensino e não doutrina](#)

## **A CIDADE ON**

[Biossensor de câncer de pâncreas desenvolvido em São Carlos pode chegar às farmácias](#)

## **CORREIO DO ESTADO - MS**

[Vélez indica para secretarias do MEC ex-alunos de filosofia sem experiência de gestão](#)

## **GAZETA DO CERRADO**

[O que o Museu Nacional, incendiado em 2018, fará com os R\\$ 85 milhões previstos para sua recuperação](#)

## **JC ONLINE**

[Reitor do ITA será o presidente da Capes](#)

## **G1**

[Mestrado Profissional em Tecnologia e Inovação em Enfermagem da Unifor lança seleção](#)

## **PORTAL EXAME**

[O Futuro do Mercado de EAD \(Ensino a Distância\) no Brasil](#)

## **PORTAL VEJA**

[Bolsonaro sanciona lei que permite falta escolar por motivo religioso](#)

## **TRIBUNA DA BAHIA - BA**

[Universidade baiana se destaca em avaliações do MEC](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Bolsonaro sanciona lei que permite falta escolar por motivo religioso](#)

## **VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS**

## Caixa vai usar IPOs para pagar Tesouro

Valor: Por que deixar a sociedade em um banco de investimento para assumir um banco público?

Guimarães: Isso tem um histórico de 22 anos. Quando decidi estudar fora, não teria conseguido fazer doutorado se não fosse a bolsa **Capes**. Perdi meus pais cedo, eles nunca tiveram dinheiro, e essa bolsa foi fundamental. Desde aquela época queria devolver ao país de alguma forma o presente que recebi. Nesses 22 anos, talvez o que eu mais tenha estudado foram os bancos estatais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/financas/6051471/caixa-vai-usar-ipos-para-pagar-tesouro#impresso528172>

topo ↕

## CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

### Pesquisa científica, trabalho de mulher

ANDREA RAMAL

Educadora, escritora, consultora em educação e doutora em educação pela PUC-Rio

Efeito Matilda: termo usado nos casos em que uma pesquisa tem uma mulher cientista na equipe ou na coordenação, mas é o colega pesquisador do sexo masculino quem acaba levando o crédito pelo trabalho. O fenômeno foi descrito pela sufragista Matilda Gage, no século 19, e o termo foi cunhado pela historiadora Margaret Rossiter, em 1993. Isso aconteceu, por exemplo, com Marieta Blau, Esther Lederberg e Joselyn Burnell, consideradas decisivas em descobertas que renderam o Prêmio Nobel — só que para cientistas homens, em 1950, 1958 e 1974, respectivamente.

Um estudo que analisou mais de mil publicações científicas entre 1991 e 2005 mostra que, em artigos escritos por homens, outros cientistas homens são muito mais citados do que autoras mulheres. A pouca valorização da contribuição autoral das cientistas mulheres é um dos fatores que explicam a baixa presença de representantes femininas na investigação científica em países como Alemanha e Estados Unidos. No Brasil, as mulheres também são minoria em laboratórios e centros de pesquisa.

Na Academia Brasileira de Ciências, apenas 14% dos integrantes são mulheres — sendo que, na área de engenharia, a participação feminina é de meros 2%. Do total de bolsas concedidas pelo CNPq, na área de matemática, a proporção de mulheres é de apenas 20%. Em engenharia, os bolsistas homens são 68% e, em economia, 74%. Isso não significa que os organismos de fomento privilegiem os homens, mas, certamente, confirma que, nessas áreas, menos mulheres chegam ao âmbito da investigação.

O paradoxo é que as mulheres são a maioria entre os estudantes do ensino superior no Brasil. No entanto, à medida que avançam em suas carreiras, no meio acadêmico, esse número vai se reduzindo. A doutora Christina Brech, do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME-USP), fala de um “dilema Tostines” na matemática: “O ambiente é masculino por que somos poucas, ou somos poucas por que o ambiente é masculino?” Segundo ela, uma comunidade científica que é predominantemente masculina (não necessariamente machista) acaba naturalizando, mesmo subliminarmente, comportamentos ditos “masculinos” — e, por sua vez, de certo modo condiciona as mulheres (e os homens) a entender o ambiente dessa forma,

perpetuando a situação.

A origem do fenômeno está em fatores culturais e educacionais. Lidamos com estereótipos cristalizados desde a infância, como o de que “meninos são melhores em matemática”, ou de que é mais próprio dos homens dedicar-se às ciências. São os meninos, e raramente as meninas, que, em geral, ganham presentes ligados a química ou biologia, como laboratórios de brinquedo ou livros sobre dinossauros.

Anos mais tarde, as mulheres que seguem a carreira científica encaram uma realidade que pouco prevê aspectos próprios do feminino. Por exemplo, a licença maternidade nas bolsas de pesquisa é uma conquista recente; e, mesmo assim, quando as cientistas precisam interromper a pesquisa para ter filhos, há poucas iniciativas para sua reinserção na função. Os números mostram que a vida acadêmica costuma privilegiar os homens quando surge uma vaga. O resultado é que as mulheres são minoria em número de professores, cargos de direção, bolsas de pesquisa e publicações científicas.

A maneira de reverter essa situação é incentivar a aproximação das meninas com a ciência desde a infância. Já há iniciativas interessantes, como o projeto Meninas com Ciência, originado no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e seguido por instituições como a USP, em São Paulo, e a UFSCar, em Sorocaba. O projeto oferece oficinas sobre geologia, paleontologia e sobre a presença feminina na ciência, entre outros temas. As ações são ministradas por mulheres, entre alunas, pesquisadoras e educadoras.

Outra iniciativa notável é o Mulheres na Matemática, do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal Fluminense (UFF). O objetivo do projeto de extensão é atrair jovens alunas para a carreira e incentivar a divulgação de trabalhos científicos de pesquisadoras como forma de criar modelos a serem seguidos desde cedo pelas meninas.

No âmbito da família e na vida escolar, as meninas precisam ser incentivadas a descobrir as ciências, matemática, química, física e biologia. Uma forma de romper paradigmas é mostrar-lhes a contribuição de brilhantes cientistas brasileiras, como Bertha Lutz, Elza Furtado Gomide, Graziela Maciel Barroso, Nize da Silveira, Sonia Ashauerou e Sonia Dietrich. Desafio lançado para pais e professores: afinal, meninos e meninas têm direito de receber os mesmos ensinamentos e estímulos para que, no futuro, tenham as mesmas oportunidades e possam seguir nas profissões que escolherem.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **A guerra acabou**

### **É preciso pôr fim à propaganda eleitoral e trabalhar**

Um parlamentar quer inserir no ensino público a biografia elogiosa de um torturador, Brilhante Ustra. O que pretende, além de provar que não sabe o que é ensinar sem doutrinar? Eliminar os livros que, a seu ver, inoculam o veneno do comunismo nos estudantes, e trocá-los por outros que fazem a mesma coisa, mas louvando bárbaros do outro lado?

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/01/a-guerra-acabou.shtml>

topo 

## O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

### Fuvest tem Marx, Chico e tira de Laerte

#### Segunda fase teve questões de Língua Portuguesa e redação, que pediu que candidatos escrevessem sobre importância do passado no presente

A segunda fase da Fuvest ontem teve questões de Português com textos de Karl Marx, Chico Buarque e tirinha de Laerte. Elas discutiam patriarcado, ditadura e racismo. A redação foi sobre o passado interferindo no presente. A prova foi elogiada por professores pelo caráter “contemporâneo”.

A segunda fase da Fuvest, vestibular que seleciona para a Universidade de São Paulo (USP), teve questões de Língua Portuguesa com textos de Karl Marx, Chico Buarque e tirinha de Laerte. Já a prova de redação pediu que estudantes escrevessem sobre a “importância do passado para a compreensão do presente”. O exame foi elogiado por professores por seu caráter “contemporâneo”. A última etapa da Fuvest continua hoje, com questões específicas de acordo com a carreira escolhida. Gabriela Carvalho

Alguns dos temas das perguntas de Português foram patriarcado, ditadura militar e racismo. O texto de Karl Marx foi usado para discutir a figura histórica da mulher no capitalismo. Os candidatos também tiveram que analisar o gênero discursivo da letra da música “Meu Caro Amigo”, de Chico Buarque, que retrata um momento da ditadura militar. A tirinha da cartunista Laerte expunha problemas com burocracia.

Para Gabriela Carvalho, coordenadora de Redação do Curso Poliedro, a prova testou o conhecimento dos alunos. “A Fuvest, mais uma vez, não se eximiu do papel político que tem. Foi uma prova muito bem elaborada, que testou a capacidade de interpretação, não apenas do que está lendo, mas do mundo em que vive. A Fuvest trouxe questões menos conteudistas.”

Redação. Para a proposta de redação, a Fuvest desenvolveu o tema com textos que falavam sobre o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, o progresso na história da sociedade e sobre a memória da humanidade e uma imagem da escultura “Amnésia”, que retrata um menino negro jogando um balde de tinta branca na cabeça. Para professores de cursinho, a prova não trouxe surpresas.

Eva Albuquerque, professora de redação do Cursinho da Poli, afirmou que a proposta de redação é “contemporânea” e não deve ter trazido dificuldades para os candidatos. “A proposta não prendia o aluno para falar apenas sobre o Museu Nacional ou racismo, mas pedia que ele explicasse a importância de se compreender o passado para entender o presente. Ele podia abordar questões sociais, políticas, culturais”, diz Eva.

Para Gabriela Carvalho, a Fuvest aproveitou um tema “relativamente esperado” pelos candidatos - o incêndio do museu, que já havia sido usado na primeira fase do vestibular do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) - para propor uma reflexão sobre uma situação mais ampla e contemporânea que a sociedade brasileira vive.

Alguns candidatos, no entanto, relataram ter se surpreendido com o tema. No texto, eles se dividiram entre citações de exemplos históricos. A estudante Geovanna Gabriela de Jesus Barbosa, de 17 anos, citou a relação entre o impacto da escravidão para o racismo atual. Ela quer cursar Gestão de Políticas Públicas. “Achei difícil porque era muito

aberto e podia fugir muito fácil do tema.”

Já Gabriel Afonso, de 19 anos, citou a queda do Muro de Berlim e a preservação de pedaços da estrutura até hoje como forma de lembrança histórica. “Foi um tema que abriu margem para muitas reflexões, com todo tipo de referência”, diz.

Natália Santos, de 18 anos, diz que aproveitou o tema para cobrar as autoridades. “Foquei no caso do incêndio que destruiu o Museu Nacional, para cobrar que os governantes valorizem mais nosso passado e a cultura. É algo que está faltando.”

Segundo a Fuvest, foram convocados 35.371 candidatos para essa etapa, quantidade 62,3% maior do que em 2018. O primeiro dia de exame apresentou um índice de abstenção de 7,7%. /

“A Fuvest, mais uma vez, não se eximiu do papel político que tem. Foi uma prova muito bem elaborada, que testou a capacidade de interpretação, não apenas do que está lendo, mas do mundo em que vive”

## COORDENADORA DE REDAÇÃO POLIEDRO

topo ↕

### **O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS**

#### **A educação deveria ser a prioridade**

Luís Roberto Barroso aproveitará este mês de recesso para estudar e escrever sobre educação básica na Kennedy School, a escola de governo de Harvard, nos EUA. Para o ministro do STF, quem acha que o problema está em "escola sem partido", identidade de gênero ou em saber se 1964 foi golpe ou não está...assustado com a assombração errada. Barroso considera que os grandes problemas atuais são: a não-alfabetização na idade certa; a evasão escolar no ensino médio; o déficit de aprendizado (o jovem conclui o ensino médio sem aprender o essencial) e a deficiência na formação dos professores. Uma boa reflexão.

topo ↕

### **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

#### **Transição nos estados**

Novos rumos na educação começaram na semana passada não apenas com a troca de comando no MEC, mas também nas 27 unidades da federação. Da safra de novos secretários, alguns foram escolhidos de forma inovadora: uma banca de seleção que atraiu inclusive candidatos de outros estados. Foram os casos dos novos titulares da pasta no Distrito Federal, Rafael Parente, e em Minas Gerais, Julia Santanna.

Ambos têm perfil parecido: jovens, com formação na área, e que já tiveram alguma experiência na gestão pública. Rafael trabalhou com Claudia Costin na Secretaria Municipal do Rio; Julia foi servidora concursada da Secretaria Estadual do Rio, tendo passado pelas gestões de Wilson Risolia, Antonio Neto e Wagner Victor.

É positiva a escolha de nomes técnicos e com experiência em gestão educacional, mas isso obviamente não é garantia de sucesso. O cargo de secretário de educação exige também habilidade política para lidar com pressões normais, como as de sindicatos, e outras nada republicanas, como as de políticos (às vezes dos próprios prefeitos e governadores) ávidos por lotear a máquina pública.

Um desafio adicional dos novos secretários do DF e de MG é o fato de não serem seus estados de origem. O mesmo acontecerá em Goiás (Fátima Gavioli assumiu a pasta depois de ter sido secretária em Rondônia), Paraná (Renato Feder, empresário paulista) e São Paulo, para onde foi Rossieli Soares da Silva, ex-ministro de Temer e ex-secretário do Amazonas.

Além de ser o mais rico e populoso estado do país, São Paulo terá grande visibilidade pelo fato de o governador João Doria (PSDB) ter claras ambições políticas nacionais. Mas é também um exemplo da falta de projetos educacionais coerentes. Mesmo num estado que desde 1995 só elege governadores do mesmo partido, o perfil dos secretários mudou tanto que não se pode dizer que tenha havido coerência ou continuidade em todo esse período.

Essa falta de coerência, felizmente, não é regra. Em ao menos dois estados líderes do Ideb no ensino médio, Pernambuco e Ceará, não haverá descontinuidade. Em Goiás e no Espírito Santo, que completam a lista das unidades da federação com melhor desempenho, houve troca de comando, mas ainda é cedo para dizer o quanto isso afetará políticas públicas que vinham dando resultados.

Alguns foram na contramão da tendência de buscar gestores técnicos e apostaram em políticos. Foi o caso do Rio, com a escolha do ex-deputado estadual Pedro Fernandes para o cargo, e do Rio Grande do Sul, onde assumiu o posto o ex-prefeito de Campo Bom (RS) Faisal Karam. No caso gaúcho, curiosamente, o novo governador, Eduardo Leite, chegou a realizar um processo seletivo nos moldes de Minas e Distrito Federal, mas preferiu um político.

Da mesma forma que um perfil técnico na pasta não é garantia de sucesso, a presença de um político não significa que a gestão da educação já esteja fadada ao fracasso. Mas há sempre o risco de o tempo político atropelar a agenda de um setor cujos principais resultados são colhidos no longo prazo.

Independentemente do perfil dos novos secretários, todos terão um desafio em comum: implementar mudanças profundas no ensino médio num cenário de grave crise fiscal. E ainda terão que torcer para que o MEC, de onde se esperaria apoio para lidar com esse cenário, não complique ainda mais o quadro, insistindo em pautas polêmicas desconectadas dos nossos reais problemas na aprendizagem.

topo 

## **CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL**

### **Instituto Nacional de Educação de Surdos abre 18 vagas na Bahia**

O Instituto Nacional de Educação de Surdos abriu inscrições para a seleção e contratação, por tempo determinado, de tutores (professores mediadores) no âmbito da Universidade Aberta do Brasil/**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** (UAB/Capes). Em todo o país, são 220 vagas, sendo 14 para o polo da Universidade Federal da Bahia (Ufba). O valor mensal da bolsa para tutoria é de R\$ 765 para uma jornada de 20h semanais. Os aprovados atuarão no curso de graduação de pedagogia pelo período de até 48 meses. O início do trabalho está previsto para 16 de fevereiro. Para participar da seleção, o candidato deverá preencher o formulário disponibilizado no site do Ines

<http://neo.ines.gov.br/neo/index.php/component/content/article?id=112>), onde informará seus dados, formação e experiência profissional, para pontuação individual.

## Inscrições

As inscrições na Bahia serão feitas presencialmente e sem custo, nos dias 4 e 5 de fevereiro, no seguinte endereço: Nape/Ufba -Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais- Rua Barão de Jeremoabo, 147 - Campus Universitário Ondina - Pavilhão de Aulas III (PAF III), Andar Térreo - Salvador.

## Atribuições

São requisitos para participar da seleção ter formação mínima de graduação (licenciatura e/ou bacharelado); possuir experiência mínima de um ano no magistério da educação básica ou superior; ter disponibilidade para participar das atividades presenciais: de formação continuada, planejamento pedagógico e reunião de coordenação (dentro da carga horária de trabalho); possuir habilidade no uso de computadores no ambiente Windows e/ou Linux e de acesso aos recursos de conectividade à Internet (e-mail, chat, fórum, ambiente virtual de aprendizagem etc.) e ter facilidade para lidar com mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação variadas.

topo ↕

## **ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS**

### **Inscrições abertas no curso preparatório**

#### **ENEM**

Estão abertas até o próximo dia 27 as inscrições para turmas deste ano do Humanizar, o cursinho popular preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ele tem sede no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), no câmpus Pampulha, em Belo Horizonte. São oferecidas de 80 a 120 vagas, conforme disponibilidade das salas. As aulas estão programadas para começar a partir da segunda semana de março e vão até novembro. Do total, 20% das vagas são reservadas para ex-alunos do programa.

Podem se candidatar interessados que tenham renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo. Também quem cursou em escola pública municipal ou estadual o primeiro e segundo anos do ensino médio ou equivalente e está cursando em 2019 ou já cursou o terceiro ano do ensino médio em escola pública ou estadual ou equivalente. Não podem se inscrever pessoas que estudaram o ensino médio, mesmo que parcialmente, em escolas federais, escolas particulares ou em Colégio Militar, tenham sido bolsista em escola particular no ensino médio, estejam matriculadas ou já tenham concluído um curso superior.

As inscrições são feitas por meio de formulário eletrônico e terminam às 23h59 do dia 27. Em 1º de fevereiro, será divulgada a lista de pré-selecionados e confirmação de interesse. A matrícula presencial dos selecionados ocorre nos dias 5, 6 e 7 do mês que vem. A divulgação da lista de espera dos pré-selecionados é no dia 8 e as matrículas, presenciais, estão marcadas para 12 e 13.

O Humanizar é um projeto de extensão da Fafich e tem como objetivo preparar os candidatos para o exame, além de levar para a sala de aula conhecimentos humanistas que provoquem reflexão e que possam despertar novas perspectivas na vida dos estudantes. O corpo de professores é quase todo formado por alunos dos cursos de licenciaturas, que podem usar as horas de trabalho voluntário como créditos

acadêmicos. Mais informações na página do Humanizar ([www.facebook.com/humanizarfafich](http://www.facebook.com/humanizarfafich)).

## CADASTRAMENTO ESCOLAR

Na educação básica, outra rodada de inscrições para quem está começando a vida na escola. Quem perdeu o cadastramento escolar da rede pública de ensino tem nova chance para garantir uma vaga para os pequenos. Está aberto até o dia 18 novo período de inscrição, para dar chance a quem perdeu a oportunidade anterior. São oferecidas vagas para a educação infantil (crianças de 4 e 5 anos) e para o ensino fundamental (crianças a partir de 6 anos).

A atualização do cadastro é uma alternativa para os responsáveis que perderam o prazo da matrícula nas escolas, não fizeram o cadastro escolar da criança anteriormente ou para quem mudou de bairro na capital. Os interessados devem procurar, no prazo definido, a Diretoria Regional de Educação mais próxima para verificar a disponibilidade de vagas na rede pública de Belo Horizonte.

topo ↕

## JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

### Quase 30 mil alunos receberão materiais escolares GRAVATAÍ

Assim como já havia ocorrido com o uniforme escolar, em 2014, a prefeitura vai começar a distribuir, a partir deste ano, material escolar para os quase 30 mil alunos da rede municipal, em três kits: Educação Infantil (pré-escola), anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano), em um investimento de R\$ 3,7 milhões. "O investimento em educação é obra para toda uma vida, porque transforma vidas e forma melhores cidadãos", afirma o prefeito Marco Alba.

A Educação foi uma das áreas que receberam o maior volume de investimento no município. "Com as contas sob controle, cuidando para não incorrerem no erro do endividamento, estamos ampliando nossas ações no cuidado com as pessoas e começando obras estruturais importantes para a cidade", reforça o prefeito. Em setembro de 2018, Gravataí registrou sua maior nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017, com 5,4, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) Anísio Teixeira, vinculado ao Ministério da Educação. Em 2015, o município já havia registrado o melhor desempenho desde 2005, quando obteve nota 5,2. O Ideb, que é medido a cada dois anos, é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil.

"Além do uniforme escolar, em 2014, adotamos o Sistema de Ensino Aprende Brasil, da Editora Positivo, para alunos de 1º ao 5º ano, com distribuição de livros didáticos, assessoria pedagógica, plataforma de aprendizagem, sistemas de avaliação e gestão", reforça o prefeito. Todos os anos, cada aluno recebe quatro livros, que não precisam mais ser devolvidos, diferentemente do que era antes. "Os resultados mostram que cuidar das pessoas é a decisão mais acertada e seguiremos com essa prioridade, com a diferença de que agora também vamos poder cuidar melhor da cidade", reitera o prefeito.

topo ↕

## AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

### MEC tem agora secretarias para alfabetização e escolas militares

Com a posse do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Ricardo Vélez Rodríguez foram feitas, esta semana, mudanças na estrutura do Ministério da Educação (MEC). A pasta passa a contar agora com a Secretaria de Alfabetização, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, além de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

As novas secretarias e subsecretaria são voltadas principalmente para a educação básica, etapa que compreende desde as creches ao ensino médio e que, segundo Vélez Rodríguez, será prioridade do governo. Para implementar as mudanças nas escolas, o MEC precisará do apoio de estados e municípios, que detêm a maior parte das matrículas.

## Escolas cívico-militares

Baseado no alto desempenho de colégios militares em avaliações nacionais, o governo quer expandir o modelo. Segundo o decreto que detalha as atribuições do MEC, haverá uma subsecretaria para desenhar uma modelagem de gestão escolar que envolve militares e civis e garantir a aplicação desse modelo nos estados e municípios.

É a chamada Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Pelo decreto, a adesão de estados e municípios ao modelo será voluntária. Em nota, o MEC explica que a presença de militares na gestão administrativa “terá como meta a resolução de pequenos conflitos que serão prontamente gerenciados, a utilização destes como tutores educacionais, para a garantia da proteção individual e coletiva, dentre outras visando a disciplina geral da escola. Os militares contribuirão com sua visão organizacional e sua intrínseca disciplina; os civis com seus conhecimentos pedagógicos, todos juntos farão parte desta proposta de estrutura educacional”.

Ainda segundo o MEC, o Brasil apresenta altos índices de criminalidade. “Neste contexto o Ministério da Educação buscará uma alternativa para formação cultural das futuras gerações, pautando a formação no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo sem qualquer tipo de ideologia tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais”. Esse modelo será implementado preferencialmente em escolas em situação de vulnerabilidade social e para as famílias que concordam com essa proposta educacional.

## Novas secretarias

As duas novas secretarias do MEC foram criadas a partir da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi): a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação e Secretaria de Alfabetização. Dentro da primeira, haverá, entre outras, uma diretoria voltada apenas para pessoas surdas, a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, além de uma estrutura voltada para apoio a pessoas com deficiência.

A pauta ganhou destaque no governo com a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, que é intérprete de Língua de Sinais Brasileira (Libras). Na posse presidencial, ela quebrou o protocolo e discursou em Libras. A secretaria de Alfabetização, segundo o MEC, cuidará da alfabetização não apenas em português e matemática, mas também em novas tecnologias. Segundo o decreto, a secretaria se ocupará ainda da formação dos

professores por meio da Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores.

## Estados e municípios

Para que essas medidas cheguem às salas de aula, será necessária a participação de estados e municípios. As entidades que representam os secretários municipais e estaduais de Educação ainda não se reuniram com a atual gestão do MEC. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que representa os estados, tem reunião agendada para o final deste mês.

A presidente do Consed, Maria Cecília da Motta, secretária de Educação do Mato Grosso do Sul, disse que a entidade ainda não tem um posicionamento sobre as mudanças, uma vez que muitos secretários assumiram nesta semana. Segundo ela, independentemente do modelo escolar, cívico, militar ou cívico-militar, a prioridade dos estados, que são responsáveis pela maior parte das matrículas do ensino médio, é a implementação do novo currículo.

No ano passado, o MEC aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para essa etapa de ensino, que define o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas em todo o país. O prazo para a implementação é o ano letivo de 2021, quando começa a valer o novo ensino médio. “O nosso trabalho este ano todo é escrever o novo currículo, com a flexibilização. Ainda não sabemos o que vem de orientação, mas estamos organizando nosso movimento de formação em cima da BNCC”, disse Cecília.

## Metodologia

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse esperar o detalhamento das escolas cívico-militares. Em relação à alfabetização, Lima destaca que os métodos aplicados no país são variados e devem ser considerados nas ações.

“A diversidade que existe no nosso país, metodológica, de práticas pedagógicas, de cultura, precisa ser respeitada. Nesse sentido, a nova secretaria tem que ter a sensibilidade para compreender todas essas nuances, para compreender os métodos aplicados”, afirmou, acrescentando que a melhor prática “é aquela que o aluno aprende”.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **MEC tem agora secretarias para alfabetização e escola militar**

**A pasta passa a contar agora com a Secretaria de Alfabetização, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, além de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares**

AB Agência Brasil

Com a posse do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Ricardo Vélez Rodríguez foram feitas, esta semana, mudanças na estrutura do Ministério da Educação (MEC). A pasta passa a contar agora com a Secretaria de Alfabetização, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, além de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

As novas secretarias e subsecretaria são voltadas principalmente para a educação básica, etapa que compreende desde as creches ao ensino médio e que, segundo Vélez Rodríguez, será prioridade do governo. Para implementar as mudanças nas escolas, o MEC precisará do apoio de estados e municípios, que detêm a maior parte das matrículas.

#### Escolas cívico-militares

Baseado no alto desempenho de colégios militares em avaliações nacionais, o governo quer expandir o modelo. Segundo o decreto que detalha as atribuições do MEC, haverá uma subsecretaria para desenhar uma modelagem de gestão escolar que envolve militares e civis e garantir a aplicação desse modelo nos estados e municípios.

É a chamada Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Pelo decreto, a adesão de estados e municípios ao modelo será voluntária. Em nota, o MEC explica que a presença de militares na gestão administrativa “terá como meta a resolução de pequenos conflitos que serão prontamente gerenciados, a utilização destes como tutores educacionais, para a garantia da proteção individual e coletiva, dentre outras visando a disciplina geral da escola. Os militares contribuirão com sua visão organizacional e sua intrínseca disciplina; os civis com seus conhecimentos pedagógicos, todos juntos farão parte desta proposta de estrutura educacional”.

Ainda segundo o MEC, o Brasil apresenta altos índices de criminalidade. “Neste contexto o Ministério da Educação buscará uma alternativa para formação cultural das futuras gerações, pautando a formação no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo sem qualquer tipo de ideologia tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais”. Esse modelo será implementado preferencialmente em escolas em situação de vulnerabilidade social e para as famílias que concordam com essa proposta educacional.

#### Novas secretarias

As duas novas secretarias do MEC foram criadas a partir da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi): a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação e Secretaria de Alfabetização. Dentro da primeira, haverá, entre outras, uma diretoria voltada apenas para pessoas surdas, a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, além de uma estrutura voltada para apoio a pessoas com deficiência.

A pauta ganhou destaque no governo com a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, que é intérprete de Língua de Sinais Brasileira (Libras). Na posse presidencial, ela quebrou o protocolo e discursou em Libras. A secretaria de Alfabetização, segundo o MEC, cuidará da alfabetização não apenas em português e matemática, mas também em novas tecnologias. Segundo o decreto, a secretaria se ocupará ainda da formação dos

professores por meio da Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores.

Estados e municípios

Para que essas medidas cheguem às salas de aula, será necessária a participação de estados e municípios. As entidades que representam os secretários municipais e estaduais de Educação ainda não se reuniram com a atual gestão do MEC. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que representa os estados, tem reunião agendada para o final deste mês.

A presidente do Consed, Maria Cecília da Motta, secretária de Educação do Mato Grosso do Sul, disse que a entidade ainda não tem um posicionamento sobre as mudanças, uma vez que muitos secretários assumiram nesta semana. Segundo ela, independentemente do modelo escolar, cívico, militar ou cívico-militar, a prioridade dos estados, que são responsáveis pela maior parte das matrículas do ensino médio, é a implementação do novo currículo.

No ano passado, o MEC aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para essa etapa de ensino, que define o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas em todo o país. O prazo para a implementação é o ano letivo de 2021, quando começa a valer o novo ensino médio. “O nosso trabalho este ano todo é escrever o novo currículo, com a flexibilização. Ainda não sabemos o que vem de orientação, mas estamos organizando nosso movimento de formação em cima da BNCC”, disse Cecília.

Metodologia

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse esperar o detalhamento das escolas cívico-militares. Em relação à alfabetização, Lima destaca que os métodos aplicados no país são variados e devem ser considerados nas ações.

Continua depois da publicidade

“A diversidade que existe no nosso país, metodológica, de práticas pedagógicas, de cultura, precisa ser respeitada. Nesse sentido, a nova secretaria tem que ter a sensibilidade para compreender todas essas nuances, para compreender os métodos aplicados”, afirmou, acrescentando que a melhor prática “é aquela que o aluno aprende”.

topo 

## **G1 - TEMPO REAL**

**Cerca de 20% dos cursos superiores avaliados pelo MEC no Centro-Oeste de MG têm desempenho insatisfatório no Enade**

**Avaliação tem como base nota obtida em 2017. Na região, maior nota alcançada foi 4.**

Dez dos 44 cursos avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) no Centro-Oeste de Minas estão com o desempenho considerado insatisfatório, o que equivale a cerca de 20%. O dado faz parte da lista de Conceito Preliminar de Curso (CPC) divulgado pelo órgão no final de 2018.

Ainda conforme o CPC, nenhum dos cursos de formação superior oferecidos por instituições do Centro-Oeste de Minas receberam nota máxima no Conceito Preliminar de Curso (CPC) do Ministério da Educação (MEC).

Os cursos foram avaliados em nove instituições da região. Dos 44 cursos, 10 receberam nota 2.

O CPC é um indicador dos cursos de graduação e é calculado a partir da nota do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) de 2017 e, junto com os conceitos Enade e Índice Geral de Cursos (IGC), faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os dados do MEC também apontaram que nenhuma instituição de ensino superior do Centro-Oeste de Minas conseguiu atingir o conceito máximo do IGC.

Além dos resultados obtidos pelos alunos no Enade, o CPC considera outras informações, como a comparação entre a nota dos estudantes ingressantes e concluintes do curso, o perfil dos professores e dados do questionário respondidos pelos participantes do Enade, para dar nota aos cursos.

A partir disso, cada curso tem seu CPC calculado em notas que variam entre 1 e 5 - sendo 5 a nota máxima e as notas 1 e 2 consideradas "insatisfatória".

A avaliação é feita a cada três anos e, caso a instituição ou o curso receba notas consideradas "insatisfatórias", o MEC pode aplicar sanções, que variam entre a não permissão para a abertura de novas vagas para o curso em questão e o fechamento de parcerias com programas governamentais, como o Programa Universidade para Todos (Prouni).

## Cursos com baixa avaliação

Das instituições que receberam nota 2, a Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) em Divinópolis afirmou, em nota, que ainda não recebeu notificação sobre possíveis sanções aos cursos e ressaltou que a "autorização, o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos da Uemg são realizados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e não pelo MEC.

O diretor acadêmico da unidade, Fabrizio Furtado de Sousa, afirmou que os conceitos dos cursos no Enade "se devem, principalmente, à instabilidade ocorrida após a absorção, pela Uemg, dos cursos da Fundação Educacional de Divinópolis (Funedi) e à rotatividade do corpo docente da Unidade decorrente dessa absorção".

A Unifor afirmou ainda não ter sido notificada pelo MEC. As instituições Universidade de Itaúna e Faculdade Presidente Antônio Carlos de Arcos não foram encontradas pela reportagem.

Confira, abaixo, as tabelas com as instituições, e seus respectivos cursos e notas obtidas, avaliadas pelo MEC:

Centro Universitário UNA Bom Despacho

Curso Nota

Pedagogia (licenciatura) 4

Educação Física (licenciatura) 4

## Sistemas de Informação 4

Engenharia Civil 4  
Engenharia Ambiental 3  
Arquitetura e Urbanismo 3  
Fonte: MEC

## Faculdade Pitágoras de Divinópolis

Curso Nota  
Sistemas de Informação 4  
Engenharia Elétrica 3  
Engenharia de Controle e Automação 3  
Engenharia Mecânica 3  
Engenharia de Produção 3  
Engenharia Ambiental 3  
Engenharia Civil 3  
Fonte: MEC

## Uemg Divinópolis

Curso Nota  
Letras – Português e Inglês (licenciatura) 3  
Matemática (licenciatura) 3  
Pedagogia (licenciatura) 3  
Engenharia Civil 3  
História (licenciatura) 2  
Educação Física (licenciatura) 2  
Engenharia da Computação 2  
Ciências Biológicas (licenciatura) 2  
Engenharia de Produção 2  
Química (licenciatura) SC  
Fonte: MEC

## Cefet/MG Divinópolis

Curso Nota  
Engenharia Mecatrônica 4  
Fonte: MEC

## UFSJ - Campus Dona Lindu

Curso Nota  
Química (bacharelado) 4  
Fonte: MEC

## Universidade de Itaúna

Curso Nota  
Pedagogia (licenciatura) 3  
Ciências da Computação (bacharelado) 3  
Engenharia Civil 3  
Engenharia Mecânica 3  
Engenharia de Produção 2  
Arquitetura e Urbanismo 2  
Fonte: MEC

Unifor  
Curso Nota  
Ciências Biológicas (licenciatura) 4  
Pedagogia (licenciatura) 3  
Educação Física (licenciatura) 3  
Arquitetura e Urbanismo 3  
Engenharia Civil 3  
Engenharia Química 3  
Engenharia de Produção 3  
Engenharia Ambiental 3  
Ciências da Computação (bacharelado) 2  
Fonte: MEC

IFMG Campus Formiga  
Curso Nota  
Ciências da Computação (bacharelado) 4  
Matemática (licenciatura) 4  
Engenharia Elétrica 3  
Fonte: MEC

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Arcos  
Curso Nota  
Pedagogia (licenciatura) 2  
Fonte: MEC

Entenda os três principais indicadores do Sinaes:

Conceito Enade: desempenho dos estudantes concluintes dos cursos de graduação no exame aplicado pelo MEC em ciclos – os cursos são avaliados uma vez a cada três anos;  
Conceito Preliminar de Curso (CPC): indicador dos cursos de graduação, calculado a partir da nota do Enade e de outras informações, como uma comparação entre a nota dos estudantes ingressantes e concluintes, do perfil dos professores e dados do questionário respondido pelos participantes do Enade. Cada curso tem o CPC calculado a cada três anos;

Índice Geral de Cursos (IGC): é o indicador que avalia as instituições de ensino superior públicas e privadas (universidades, centros universitários ou faculdades), calculado com base na média do CPC dos cursos nos três anos anteriores, além dos conceitos de avaliação da pós-graduação, que também é trienal.

Índice Geral de Cursos (IGC)

Compare a porcentagem de instituições por nota entre o IGC 2017 e o IGC 2014  
% do total de cursos 0,30,30,50,515,615,613136767666615,815,818,918,91,21,21,6

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Sisu vai ter mais de 5,6 mil vagas no Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de MG**  
**Oportunidades são para instituições em Araxá, Frutal, Ituiutaba, Iturama, Monte Carmelo, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia.**

A edição do primeiro semestre de 2019 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) vai oferecer mais de 5,6 mil vagas em instituições de ensino superior do Triângulo, Alto

Paranaíba e Noroeste de MG.

O Sisu foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e serve como um vestibular centralizado para universidades públicas, usando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como base para a aprovação dos candidatos.

Sisu 2019: Entenda como entrar na universidade pública usando a nota do Enem

Em todo o Brasil, serão 235.476 vagas. O número é 1,7% menor ao registrado no primeiro semestre de 2018, quando 239.601 vagas foram oferecidas. Desde a criação do sistema, em 2010, esta é a primeira vez que o Sisu teve quedas no total de vagas.

Calendário e mudanças no Sisu

Os candidatos interessados em concorrer a uma vaga nas universidades deverão se inscrever de 22 a 25 de janeiro de 2019 pela internet. O resultado será divulgado em 28 de janeiro.

Neste ano, o sistema da lista de espera do Sisu vai mudar. Até 2018, o candidato a uma vaga no ensino superior poderia escolher duas opções de curso e desistir da segunda opção para ficar na lista de espera da primeira.

Agora, haverá uma chamada regular e o estudante selecionado em uma das opções de curso desta chamada não poderá participar da lista de espera. Se ele não for selecionado, poderá ficar na lista de espera de apenas uma das suas opções de curso.

Confira abaixo a lista dos cursos e a quantidade de vagas ofertadas na região, divididas por cidade e instituição:

Araxá

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG)

Curso Vagas

Engenharia de Automação Industrial 40

Engenharia de Minas 40

Total 80

Fonte: MEC

Frutal

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Curso Vagas

Administração 50

Agronomia 20

Alimentos 10

Direito 50

Geografia 10

Jornalismo 15

Publicidade e Propaganda 15

Sistema de Informação 20

# CLIPPING



Total 190

Fonte: MEC

## Ituiutaba

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Curso Vagas

Administração 40

Ciências Biológicas 80

Ciências Contábeis 40

Engenharia de Produção 44

Física 40

Geografia 75

História 40

Matemática 60

Pedagogia 75

Química 60

Serviço Social 50

Total 604

Fonte: MEC

## UEMG

Curso Vagas

Agronomia 40

Ciências Biológicas 20

Direito 60

Educação Física 20

Engenharia de Computação 20

Engenharia Elétrica 40

Gestão Ambiental 20

Gestão de Agronegócios 20

Pedagogia 20

Produção Sucroalcooleira 20

Psicologia 20

Química 10

Sistema de Informação 20

Total 330

Fonte: MEC

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)

Curso Vagas

Alimentos 35

Análise e Desenvolvimento de Sistemas 35

Ciência da Computação 35

Processos Químicos 35

Total 140

Fonte: MEC

## Iturama

# CLIPPING



## Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Curso Vagas  
Agronomia 50  
Ciências Biológicas 40  
Química 40  
Total 130  
Fonte: MEC

## Monte Carmelo

UFU  
Curso Vagas  
Agronomia 40  
Engenharia de Agrimensura e Cartográfica 35  
Engenharia Florestal 40  
Geologia 40  
Sistemas de Informação 35  
Total 190  
Fonte: MEC

## Paracatu

## Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Curso Vaga  
Agronegócio 25  
Pedagogia 25  
Total 50  
Fonte: MEC

## IFTM

Curso Vagas  
Análise e Desenvolvimento de Sistemas 35  
Engenharia Elétrica 30  
Total 65  
Fonte: MEC

## Patos de Minas

## UFU

Curso Vagas  
Biotecnologia 30  
Engenharia de Alimentos 30  
Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações 30  
Total 90  
Fonte: MEC

## Patrocínio

## IFTM

Curso Vagas

# CLIPPING



## Análise e Desenvolvimento de Sistemas 35

Engenharia Elétrica 35

Gestão Comercial 35

Total 105

Fonte: MEC

Uberaba

## IFTM

Curso Vagas

Administração 40

Alimentos 35

Análise e Desenvolvimento de Sistemas 30

Ciências Biológicas 35

Engenharia Agrônoma 35

Engenharia de Computação 30

Química 35

Zootecnia 35

Total 275

Fonte: MEC

## UFTM

Curso Vagas

Biomedicina 20

Ciências Biológicas 30

Educação Física 30

Enfermagem 30

Engenharia Ambiental 52

Engenharia Civil 52

Engenharia de Alimentos 52

Engenharia de Produção 52

Engenharia Elétrica 52

Engenharia Mecânica 52

Engenharia Química 52

Física 30

Fisioterapia 30

Geografia 30

História 30

Letras - Português e Espanhol 15

Letras - Português e Inglês 15

Matemática 30

Medicina 50

Nutrição 30

Psicologia 30

Química 30

Serviço Social 30

Terapia Ocupacional 30

Total 854

Fonte: MEC

Uberlândia

UFU  
Curso Vagas  
Agronomia 40  
Artes Visuais 80  
Biomedicina 25  
Biotecnologia 20  
Ciências Biológicas 65  
Ciências Sociais 40  
Filosofia 80  
Geografia 80  
História 80  
Matemática 35  
Teatro 45  
Administração 80  
Arquitetura e Urbanismo 35  
Ciência da Computação 40  
Ciências Contábeis 80  
Ciências Econômicas 40  
Dança 20  
Design 35  
Direito 80  
Educação Física 40  
Enfermagem 40  
Engenharia Aeronáutica 20  
Engenharia Ambiental 40  
Engenharia Biomédica 25  
Engenharia Civil 40  
Engenharia de Computação 15  
Engenharia de Controle e Automação 15  
Engenharia Elétrica 20  
Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações 15  
Engenharia Mecânica 40  
Engenharia Mecatrônica 20  
Engenharia Química 45  
Estatística 30  
Física 60  
Física de Materiais 40  
Física Médica 40  
Fisioterapia 30  
Gestão da Informação 40  
Gestão em Saúde Ambiental 20  
Jornalismo 40  
Letras - Espanhol 20  
Letras - Francês 15  
Letras - Inglês 35  
Letras - Português 20  
Letras - Língua Portuguesa com Domínio de Libras 30  
Letras - Português 40

## Medicina 60

Medicina Veterinária 40  
Nutrição 30  
Odontologia 40  
Pedagogia 80  
Psicologia 40  
Química 30  
Química Industrial 40  
Relações Internacionais 40  
Sistemas de Informação 60  
Tradução 20  
Zootecnia 40  
Total 2.355  
Fonte: MEC

## IFTM

Curso Vagas  
Alimentos 30  
Computação 30  
Engenharia Agrônômica 40  
Logística 40  
Marketing 40  
Sistemas para Internet 30  
Total 210

topo ↕

## PORTAL EXAME - TEMPO REAL

### MEC tem agora secretarias para alfabetização e escolas militares

#### As novas secretarias e subsecretaria são voltadas principalmente para a educação básica

Com a posse do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Ricardo Vélez Rodríguez foram feitas, esta semana, mudanças na estrutura do Ministério da Educação (MEC). A pasta passa a contar agora com a Secretaria de Alfabetização, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, além de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

As novas secretarias e subsecretaria são voltadas principalmente para a educação básica, etapa que compreende desde as creches ao ensino médio e que, segundo Vélez Rodríguez, será prioridade do governo. Para implementar as mudanças nas escolas, o MEC precisará do apoio de estados e municípios, que detêm a maior parte das matrículas.

#### Escolas cívico-militares

Baseado no alto desempenho de colégios militares em avaliações nacionais, o governo quer expandir o modelo. Segundo o decreto que detalha as atribuições do MEC, haverá uma subsecretaria para desenhar uma modelagem de gestão escolar que envolve militares e civis e garantir a aplicação desse modelo nos estados e municípios.

É a chamada Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Pelo decreto, a adesão de estados e municípios ao modelo será voluntária. Em nota, o MEC explica que

a presença de militares na gestão administrativa “terá como meta a resolução de pequenos conflitos que serão prontamente gerenciados, a utilização destes como tutores educacionais, para a garantia da proteção individual e coletiva, dentre outras visando a disciplina geral da escola. Os militares contribuirão com sua visão organizacional e sua intrínseca disciplina; os civis com seus conhecimentos pedagógicos, todos juntos farão parte desta proposta de estrutura educacional”.

Ainda segundo o MEC, o Brasil apresenta altos índices de criminalidade.”Neste contexto o Ministério da Educação buscará uma alternativa para formação cultural das futuras gerações, pautando a formação no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo sem qualquer tipo de ideologia tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais”. Esse modelo será implementado preferencialmente em escolas em situação de vulnerabilidade social e para as famílias que concordam com essa proposta educacional.

## Novas secretarias

As duas novas secretarias do MEC foram criadas a partir da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi): a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação e Secretaria de Alfabetização. Dentro da primeira, haverá, entre outras, uma diretoria voltada apenas para pessoas surdas, a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, além de uma estrutura voltada para apoio a pessoas com deficiência.

A pauta ganhou destaque no governo com a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, que é intérprete de Língua de Sinais Brasileira (Libras). Na posse presidencial, ela quebrou o protocolo e discursou em Libras. A secretaria de Alfabetização, segundo o MEC, cuidará da alfabetização não apenas em português e matemática, mas também em novas tecnologias. Segundo o decreto, a secretaria se ocupará ainda da formação dos professores por meio da Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores.

## Estados e municípios

Para que essas medidas cheguem às salas de aula, será necessária a participação de estados e municípios. As entidades que representam os secretários municipais e estaduais de Educação ainda não se reuniram com a atual gestão do MEC. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que representa os estados, tem reunião agendada para o final deste mês.

A presidente do Consed, Maria Cecília da Motta, secretária de Educação do Mato Grosso do Sul, disse que a entidade ainda não tem um posicionamento sobre as mudanças, uma vez que muitos secretários assumiram nesta semana. Segundo ela, independentemente do modelo escolar, cívico, militar ou cívico-militar, a prioridade dos estados, que são responsáveis pela maior parte das matrículas do ensino médio, é a implementação do novo currículo.

No ano passado, o MEC aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para essa etapa de ensino, que define o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas em todo o país. O prazo para a implementação é o ano letivo de 2021, quando começa a

valer o novo ensino médio. “O nosso trabalho este ano todo é escrever o novo currículo, com a flexibilização. Ainda não sabemos o que vem de orientação, mas estamos organizando nosso movimento de formação em cima da BNCC”, disse Cecília.

## Metodologia

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse esperar o detalhamento das escolas cívico-militares. Em relação à alfabetização, Lima destaca que os métodos aplicados no país são variados e devem ser considerados nas ações.

“A diversidade que existe no nosso país, metodológica, de práticas pedagógicas, de cultura, precisa ser respeitada. Nesse sentido, a nova secretaria tem que ter a sensibilidade para compreender todas essas nuances, para compreender os métodos aplicados”, afirmou, acrescentando que a melhor prática “é aquela que o aluno aprende”.

topo ↕

## PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

### MEC tem agora secretarias para alfabetização e escolas militares

Com a posse do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Ricardo Vélez Rodríguez foram feitas, esta semana, mudanças na estrutura do Ministério da Educação (MEC). A pasta passa a contar agora com a Secretaria de Alfabetização, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, além de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

As novas secretarias e subsecretaria são voltadas principalmente para a educação básica, etapa que compreende desde as creches ao ensino médio e que, segundo Vélez Rodríguez, será prioridade do governo. Para implementar as mudanças nas escolas, o MEC precisará do apoio de estados e municípios, que detêm a maior parte das matrículas.

#### Escolas cívico-militares

Baseado no alto desempenho de colégios militares em avaliações nacionais, o governo quer expandir o modelo. Segundo o decreto que detalha as atribuições do MEC, haverá uma subsecretaria para desenhar uma modelagem de gestão escolar que envolve militares e civis e garantir a aplicação desse modelo nos estados e municípios.

É a chamada Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Pelo decreto, a adesão de estados e municípios ao modelo será voluntária. Em nota, o MEC explica que a presença de militares na gestão administrativa “terá como meta a resolução de pequenos conflitos que serão prontamente gerenciados, a utilização destes como tutores educacionais, para a garantia da proteção individual e coletiva, dentre outras visando a disciplina geral da escola. Os militares contribuirão com sua visão organizacional e sua intrínseca disciplina; os civis com seus conhecimentos pedagógicos, todos juntos farão parte desta proposta de estrutura educacional”.

Ainda segundo o MEC, o Brasil apresenta altos índices de criminalidade. “Neste contexto o Ministério da Educação buscará uma alternativa para formação cultural das futuras gerações, pautando a formação no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo sem qualquer tipo de ideologia tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade

e críticos de fatos reais”. Esse modelo será implementado preferencialmente em escolas em situação de vulnerabilidade social e para as famílias que concordam com essa proposta educacional.

Novas secretarias

As duas novas secretarias do MEC foram criadas a partir da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi): a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação e Secretaria de Alfabetização. Dentro da primeira, haverá, entre outras, uma diretoria voltada apenas para pessoas surdas, a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, além de uma estrutura voltada para apoio a pessoas com deficiência.

A pauta ganhou destaque no governo com a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, que é intérprete de Língua de Sinais Brasileira (Libras). Na posse presidencial, ela quebrou o protocolo e discursou em Libras. A secretaria de Alfabetização, segundo o MEC, cuidará da alfabetização não apenas em português e matemática, mas também em novas tecnologias. Segundo o decreto, a secretaria se ocupará ainda da formação dos professores por meio da Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores.

Estados e municípios

Para que essas medidas cheguem às salas de aula, será necessária a participação de estados e municípios. As entidades que representam os secretários municipais e estaduais de Educação ainda não se reuniram com a atual gestão do MEC. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que representa os estados, tem reunião agendada para o final deste mês.

A presidente do Consed, Maria Cecília da Motta, secretária de Educação do Mato Grosso do Sul, disse que a entidade ainda não tem um posicionamento sobre as mudanças, uma vez que muitos secretários assumiram nesta semana. Segundo ela, independentemente do modelo escolar, cívico, militar ou cívico-militar, a prioridade dos estados, que são responsáveis pela maior parte das matrículas do ensino médio, é a implementação do novo currículo.

No ano passado, o MEC aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para essa etapa de ensino, que define o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas em todo o país. O prazo para a implementação é o ano letivo de 2021, quando começa a valer o novo ensino médio. “O nosso trabalho este ano todo é escrever o novo currículo, com a flexibilização. Ainda não sabemos o que vem de orientação, mas estamos organizando nosso movimento de formação em cima da BNCC”, disse Cecília.

Metodologia

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse esperar o detalhamento das escolas cívico-militares. Em relação à alfabetização, Lima destaca que os métodos aplicados no país são variados e devem ser considerados nas ações.

“A diversidade que existe no nosso país, metodológica, de práticas pedagógicas, de cultura, precisa ser respeitada. Nesse sentido, a nova secretaria tem que ter a sensibilidade para compreender todas essas nuances, para compreender os métodos

aplicados”, afirmou, acrescentando que a melhor prática “é aquela que o aluno aprende”.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### MEC tem agora secretarias para alfabetização e escolas militares

Com a posse do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, foram feitas, nesta semana, mudanças na estrutura do Ministério da Educação (MEC). A pasta passa a contar agora com a Secretaria de Alfabetização, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, além de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

As novas secretarias e subsecretaria são voltadas principalmente para a educação básica, etapa que compreende desde as creches ao ensino médio e que, segundo Vélez Rodríguez, será prioridade do governo. Para implementar as mudanças nas escolas, o MEC precisará do apoio de estados e municípios, que detêm a maior parte das matrículas.

#### Escolas cívico-militares

Baseado no alto desempenho de colégios militares em avaliações nacionais, o governo quer expandir o modelo. Segundo o decreto que detalha as atribuições do MEC, haverá uma subsecretaria para desenhar uma modelagem de gestão escolar que envolve militares e civis e garantir a aplicação desse modelo nos estados e municípios.

É a chamada Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Pelo decreto, a adesão de estados e municípios ao modelo será voluntária. Em nota, o MEC explica que a presença de militares na gestão administrativa "terá como meta a resolução de pequenos conflitos que serão prontamente gerenciados, a utilização destes como tutores educacionais, para a garantia da proteção individual e coletiva, dentre outras visando a disciplina geral da escola. Os militares contribuirão com sua visão organizacional e sua intrínseca disciplina; os civis com seus conhecimentos pedagógicos, todos juntos farão parte desta proposta de estrutura educacional".

Ainda segundo o MEC, o Brasil apresenta altos índices de criminalidade. "Neste contexto o Ministério da Educação buscará uma alternativa para formação cultural das futuras gerações, pautando a formação no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo sem qualquer tipo de ideologia tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais". Esse modelo será implementado preferencialmente em escolas em situação de vulnerabilidade social e para as famílias que concordam com essa proposta educacional.

#### Novas secretarias

As duas novas secretarias do MEC foram criadas a partir da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi): a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação e Secretaria de Alfabetização. Dentro da primeira, haverá, entre outras, uma diretoria voltada apenas para pessoas surdas, a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, além de uma estrutura voltada para apoio a pessoas com deficiência.

A pauta ganhou destaque no governo com a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, que é intérprete de Língua de Sinais Brasileira (Libras). Na posse presidencial, ela quebrou o

protocolo e discursou em Libras. A secretaria de Alfabetização, segundo o MEC, cuidará da alfabetização não apenas em português e matemática, mas também em novas tecnologias. Segundo o decreto, a secretaria se ocupará ainda da formação dos professores por meio da Diretoria de Desenvolvimento Curricular e Formação de Professores Alfabetizadores.

## Estados e municípios

Para que essas medidas cheguem às salas de aula, será necessária a participação de estados e municípios. As entidades que representam os secretários municipais e estaduais de Educação ainda não se reuniram com a atual gestão do MEC. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que representa os estados, tem reunião agendada para o final deste mês.

A presidente do Consed, Maria Cecília da Motta, secretária de Educação do Mato Grosso do Sul, disse que a entidade ainda não tem um posicionamento sobre as mudanças, uma vez que muitos secretários assumiram nesta semana. Segundo ela, independentemente do modelo escolar, cívico, militar ou cívico-militar, a prioridade dos estados, que são responsáveis pela maior parte das matrículas do ensino médio, é a implementação do novo currículo.

No ano passado, o MEC aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para essa etapa de ensino, que define o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas em todo o país. O prazo para a implementação é o ano letivo de 2021, quando começa a valer o novo ensino médio. "O nosso trabalho este ano todo é escrever o novo currículo, com a flexibilização. Ainda não sabemos o que vem de orientação, mas estamos organizando nosso movimento de formação em cima da BNCC", disse Cecília.

## Metodologia

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse esperar o detalhamento das escolas cívico-militares. Em relação à alfabetização, Lima destaca que os métodos aplicados no país são variados e devem ser considerados nas ações.

"A diversidade que existe no nosso país, metodológica, de práticas pedagógicas, de cultura, precisa ser respeitada. Nesse sentido, a nova secretaria tem que ter a sensibilidade para compreender todas essas nuances, para compreender os métodos aplicados", afirmou, acrescentando que a melhor prática "é aquela que o aluno aprende".

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ALIAS UM INÉDITO DE MÁRIO**

Era início do mês de maio de 1925 quando Mário de Andrade recebeu mais uma das centenas de cartas que trocou com Manuel Bandeira. Entre notícias de uma nova máquina de escrever e alfinetadas no crítico Tristão de Athayde, o poeta pernambucano sugere ao amigo: "Se eu fosse rico, tornar-me-ia editor para meu gozo pessoal. E encomendava a você, entre outras obras, uma história, ou melhor, estudo crítico sobre a poesia no Brasil até os parnasianos inclusive. Não há um estudo crítico aceitável sobre os românticos. Sobre nenhum poeta!" Mário gostou da sugestão, mas respondeu com planos para um outro trabalho. "Fica a ideia do Romantismo de pé e de um outro livro com o lindo nome Poetagem Bonita, em que reunirei os estudos que for publicando sobre os chamados modernistas brasileiros". Entusiasmado, chegou a estruturar o livro que, por algum motivo desconhecido, nunca foi lançado.

Esse seria apenas mais um entre os muitos projetos nunca realizados pelo prolífico escritor, crítico, musicólogo e folclorista, não fosse o trabalho da pesquisadora Marina Damasceno de Sá. Em seu doutorado, ela mergulhou nos manuscritos do escritor, reunidos no Instituto de Estudos Brasileiros e encontrou não apenas o fichário em que Mário detalha o plano para o livro como também textos inéditos. “Encontrei A Poetagem Bonita ao revisar a classificação do Fichário Analítico de Mário, que reúne 9.634 fólios (páginas manuscritas), que havia sido feita pela pesquisadora Vera Lúcia Natale entre março de 1991 e outubro de 1992.”

No pequeno papel cartão, já amarelado pelo tempo, a caligrafia miúda do escritor revela os textos que iriam compor o livro nunca realizado. “A Poetagem Bonita = reunir em volume as críticas que tenho publicado sobre Manuel Bandeira, Gui, Oswald, Ronald, Menotti, Sérgio Milliet, Cendrars, a página em que explico o poema do Lonsago Cáqui que saiu em Klaxon, a sátira a Martins Fontes, a sátira a Hermes Fontes. Tudo com pequenas modificações...”

Segundo a pesquisadora Aline Novais de Almeida, que organizou a edição d’A Gramatiquinha da

Fala Brasileira, outro projeto esboçado mas nunca finalizado por Mário de Andrade, “o grande mérito da Marina foi perceber que, em meio ao vasto material reunido por Mário, ali estava, em um pequeno pedaço de papel, o plano do livro.” Coube à pesquisadora encontrar e estabelecer os textos que deveriam compor o livro. Entre eles, outro achado: três dos textos eram inéditos.

No primeiro, sem título, dedicado a Oswald, Mário não economiza em elogios ao então amigo com quem viria a romper em 1929 e a quem aponta como o maior poeta já surgido no Brasil. “Porque ele é incomparável. Como poeta ele é absolutamente original, não tem nada que a gente possa comparar com ele na literatura do mundo, a não ser os imitadores dele”. Sem data precisa, mas provavelmente escrito em 1927, no pequeno texto Mário se dedica também a analisar a persona poética que Oswald teria elaborado em seus escritos. “Ele criou em poesia a personalidade que por falta de outro termo se poderia chamar de ‘personalidade do engraçado arrependido’. No geral os tímidos desandam para o humor. Oswald não, achou melhor pegar na facilidade que tinha para palhaço e fez graças em versos. Porém possuía por dentro um lírico sensível, comovido até a profundidade.”

Já os dois textos sobre Sérgio Milliet se dividem entre o elogio e a crítica. No primeiro, em que analisa Poemas Análogos (1927), Mário diz ser o amigo o “mais fatal” dos poetas brasileiros. No segundo, Poetas Menores, não esconde certa decepção com o romance Roberto, lançado em 1935. Ainda que esclareça que o adjetivo do título não faz referência ao valor artístico mas sim a uma “concepção de vida”, Mário diz considerar a literatura de Milliet menor. “O que, por mais que a gente não queira, e reconhecendo toda a importância e valor do livro, é sempre uma censura.”

No total, o projeto de Poetagem Bonita reúne 23 textos, entre críticas, crônicas e impressões, divididos em duas partes. Na primeira, Mário marca a ruptura com os “passadistas”, por meio do artigo

Farauto, em que revida os ataques que o grupo ligado à revista *Klaxon* vinha sofrendo de publicações como o *Jornal do Comércio*, e com sátiras ao trabalho dos poetas Hermes e Martins Fontes. Na segunda parte, Mário se volta à análise dos modernistas e os “novos do Rio e de Minas”, escritores reunidos em torno das revistas *Verde e Festa*.

Autor de uma série de livros sobre Mário, o professor Marcos Antonio de Moraes, que orientou o trabalho, celebrou os achados. “A *Poetagem Bonita*, modelada na tese de Marina, é um valioso documento para se perceber os fundamentos da poética de Mário de Andrade no tempo modernista. Muitos estudiosos da literatura poderão, a partir de agora, explorar em profundidade as linhas de força da poesia do modernismo, por meio da posição crítica de Mário de Andrade.” A pesquisadora, que realizou o estudo com financiamento da **Capes**, trabalha agora para que uma editora possa enfim lançar *A Poetagem Bonita*.

Aos admiradores de Mário de Andrade resta a torcida para que o plano iniciado pelo modernista há quase um século finalmente saia do papel. Afinal, como disse o escritor, “a poetagem bonita é a linguagem poética aplicada a uma realidade física que a torna imediatamente verossímil, compreensiva e sensibilizante”.

É JORNALISTA, MESTRE EM LETRAS PELA USP E DOUTORANDO EM TEORIA E HISTÓRIA LITERÁRIA PELA UNICAMP

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA**

### **Em defesa do coordenador do Enem**

No Twitter, a família do presidente Jair Bolsonaro também criticou a “doutrinação” nas escolas e defendeu o novo coordenador do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Murilo Resende, que foi alvo de críticas após declarações consideradas conservadoras. Bolsonaro disse que o nomeado vai priorizar o ensino, em detrimento da ideologização dos alunos. O filho do presidente e deputado federal, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), também tentou “orientar” os professores a como abordar alguns temas em sala de aula.

Não é de hoje que o presidente faz críticas à forma de ensino nas escolas e universidades. O tema é considerado tão prioritário pelo novo governo que foi tratado no discurso de posse por Bolsonaro. “Murilo Resende, o novo coordenador do Enem, é doutor em economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e seus estudos deixam claro a priorização do ensino, ignorando a atual promoção da ‘lactação’, ou seja, enfoque na medição da formação acadêmica e não somente o quanto ele foi doutrinado em salas de aula”, defendeu o presidente.

Em audiência no Ministério Público Federal, em 2016, Resende classificou os docentes brasileiros de desqualificados e “manipuladores”. “Relembrando meu grande professor Olavo de Carvalho, eu acho que talvez não seja nem necessário um Escola sem Partido, se a gente puder realizar simplesmente uma coisa no nosso ensino: uma prova de português e matemática para os professores”, completou.

Na realização da última prova do Enem, o presidente fez críticas a algumas perguntas e afirmou que, durante seu governo, teria acesso às provas antes da aplicação, numa sinalização de que ele poderia filtrar alguns temas, principalmente aqueles que considera de doutrinação.

“Atenção professores: seu aluno que inicia agora o 1º ano do ensino médio não precisa saber sobre feminismo, linguagens outras que não a língua portuguesa ou história conforme a esquerda, pois o vestibular dele será em 2021 ainda sob a égide de pessoas da estirpe de Murilo Resende”, postou Eduardo Bolsonaro.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - ARI CUNHA**

### **Educação**

» Aos poucos, cidadãos do país se beneficiam da educação a distância, promovida pelo Poder Legislativo. Milhares de pessoas foram formadas por essa modalidade de curso.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Na mira de Bolsonaro, obra de Paulo Freire é pilar de escolas de elite**  
**Programa federal fala em expurgar autor, mas sem oferecer explicações**  
Brasília

Entre os poucos detalhes conhecidos sobre os planos para a educação do novo governo, chama a atenção no programa de Jair Bolsonaro (PSL) a citação ao nome de um educador. O presidente quer expurgar Paulo Freire das escolas brasileiras.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/na-mira-de-bolsonaro-obra-de-paulo-freire-e-pilar-de-escolas-de-elite.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Conheça a trajetória de Paulo Freire, educador referência e alvo do governo**  
**Bolsonaro**  
**Programa federal fala em expurgar autor, mas sem oferecer explicações**  
São Paulo

Único autor brasileiro entre os 100 mais citados no Google Scholar, ferramenta de pesquisa para literatura acadêmica em inglês, o educador Paulo Freire (1921-1997) se tornou referência mundial em educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/conheca-a-trajetoria-de-paulo-freire-educador-referencia-e-alvo-do-governo-bolsonaro.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Quase pai de santo, professor desafia fórmulas antigas para ensinar redação a**  
**estudantes**  
**Método de Adriano Chan, 40, virou referência depois que alunos tiveram nota**  
**máxima na Fuvest**  
São Paulo

Logo na primeira aula, ele se vira para os alunos e dispara: “Nasci cagado: ‘viado’, judeu e vou virar pai de santo no candomblé”. Ao longo do curso, usa um pé de chinelo havaianas vermelho e um chicote para “punir”, brincando, quem se distrai ou deixa de fazer as tarefas. Diante de respostas sem noção da turma, vai até a porta da sala e faz piada com a secretária: “Edna, por favor, traz meu pote de maconha!”

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/quase-pai-de-santo-professor-desafia-formulas-antigas-para-ensinar-redacao-a-estudantes.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Filho de Bolsonaro orienta professores a evitarem temas como feminismo**  
**Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL) pede veto a linguagens outras que não a língua portuguesa**

Ranier Bragon

Brasília

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL) postou neste sábado (5) em suas redes sociais uma orientação aos professores do ensino médio do país sobre o que eles devem ensinar a seus alunos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/filho-de-bolsonaro-orienta-professores-a-evitarem-temas-como-feminismo.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Mais curta, 2ª fase da Fuvest começa neste domingo com redação e português**  
**Etapa do exame, domingo e segunda-feira, avalia também habilidades específicas**  
São Paulo

Candidatos que concorrem a vagas no vestibular da USP iniciam neste domingo (6) a segunda fase de provas, que se estende até segunda-feira (7).

De acordo com a Fuvest, fundação responsável pelo exame, cerca de 32 mil candidatos que concorrem a 8.362 vagas devem comparecer aos locais de prova.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/mais-curta-2a-fase-da-fuvest-comeca-neste-domingo-com-redacao-e-portugues.shtml>

topo ↕

## O GLOBO - RJ - EDITORIAL

**Muda o eixo ideológico, mas a Carta é a mesma**  
**Bolsonaro deverá passar pela experiência do PT de enfrentar limites constitucionais**

O presidente Jair Bolsonaro não inova ao montar um governo em núcleos. Há os polos técnicos, aos quais cabe enfrentar sérias dificuldades na economia e na segurança pública, e ainda existe um grupo de militares qualificados que atuam também em áreas-chave. Algo semelhante aconteceu nos governos Lula, principalmente no primeiro mandato, quando a condução da política econômica, num momento difícil de inflação em alta e recessão, foi entregue à gente experiente, sob Antonio Palocci, ministro da Fazenda, petista de primeiro escalão, mas flexível e permeável ao bom senso. Lula espalhou militantes e pessoas alinhadas ideologicamente a ele pelo resto do governo, e Bolsonaro fez o mesmo. O Itamaraty, com Lula e agora, tem no seu comando uma réplica ideológica do presidente.

O chanceler Ernesto Araújo, em larga medida, está para Bolsonaro assim como Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães estiveram para Lula. Na era lulopetista isso

ocorreu no entorno do governo, em ministérios e secretarias relacionados às áreas de interesse do partido: reforma agrária, meio ambiente, direitos humanos, educação etc. Além, por óbvio, dos cargos políticos. O mesmo padrão, digamos, de aparelhamento, ocorre sob Bolsonaro. Intelectuais e ativistas de direita ocupam o MEC, tratam das questões ambientais, preenchem, enfim, cargos relacionados à agenda seguida por Bolsonaro, para atacar a esquerda. É assim na democracia.

Da nova pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, a ministra Damares Alves, pastora, milita contra o aborto, fustiga a comunidade LGBTI, entre outras. Na Agricultura, assumiu a deputada Tereza Cristina (DEM-MS), sugestivamente líder da bancada ruralista, e influente na escolha do responsável pelo meio ambiente. O governo Bolsonaro é, enfim, neste aspecto de organização, o governo Lula com sinal trocado. O ponto a destacar é que, assim como Lula, Bolsonaro deverá viver a experiência de ser obrigado a obedecer os limites institucionais. Isso deverá ficar visível no campo social e de comportamento.

Qualquer proposta progressista ou conservadora que esbarre em dispositivos legais, constitucionais, não prosperará. A gestão lulopetista fez algumas tentativas de tutela e de controle do jornalismo profissional. Infrutíferas. Além de resistências no Congresso, o Supremo foi muito claro ao revogar a lei de imprensa da ditadura e ao reafirmar a liberdade de expressão, na qual se incluía de imprensa, como direito constitucional. O governo Bolsonaro poderá passar por experiências semelhantes, se investir contra avanços sociais já sacramentados pelo Supremo, como a união homoafetiva. Isso só reforçará o saudável reconhecimento de que o estado democrático de direito delimita espaços, independentemente do número de votos tido pelo chefe do Executivo.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - O PAÍS**

### **Eduardo Bolsonaro pede que professores evitem feminismo**

#### **Pelo Twitter, deputado também orienta docentes a não abordarem a História conforme a esquerda**

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL) publicou ontem numa rede social uma recomendação a professores que atuam diretamente com alunos do ensino médio. De acordo com o conteúdo postado pelo parlamentar, os profissionais de educação devem evitar abordar assuntos como feminismo em sala de aula, bem como “línguas outras que não a Língua Portuguesa”.

“Atenção professores: seu aluno que inicia agora o 1º ano do ensino médio não precisa saber sobre feminismo, línguas outras que não a língua portuguesa ou história conforme a esquerda, pois o vestibular dele será em 2021 ainda sob a égide de pessoas da estirpe de Murilo Resende”, diz a postagem feita pelo Twitter, que cita Murilo Resende, novo diretor de Avaliação da Educação Básica, órgão responsável pelo Enem e pela Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

A postagem do deputado federal, por sua vez, replicava mensagem postada anteriormente pelo presidente Jair Bolsonaro, que dissertava sobre Resende. O novo diretor foi aluno do curso online de Olavo de Carvalho, guru de setores da direita e do clã Bolsonaro.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - O PAÍS**

### **Surdos, uma população a ser ouvida pelo novo governo**

## **Educadores e pessoas com deficiência auditiva pedem educação inclusiva e bilíngue, além da formação de intérpretes**

A língua brasileira de sinais ganhou destaque na largada do governo Jair Bolsonaro, incentivada pela primeira-dama, Michelle, que até discursou em libras na posse do marido. A atenção desperta agora a expectativa de educadores, intérpretes e pessoas com deficiência auditiva — são 10 milhões no Brasil — que reconhecem ser longo o caminho até uma política eficiente para surdos. Os principais obstáculos esbarram na educação. O ensino de libras não é obrigatório no sistema público, e a lei de inclusão, que pressupõe a presença de intérpretes em salas de aula regulares, não é garantia efetiva nas escolas. A língua brasileira de sinais foi reconhecida como tal, por lei, em 2002. Já o reconhecimento da profissão de intérprete em libras veio em 2010. O projeto, curiosamente, é de autoria da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), que, em 2003, ouviu do então deputado Bolsonaro que “não merecia ser estuprada” por “ser muito feia”.

Com a ascensão de Bolsonaro ao Planalto e a adesão voluntária à causa de Michelle, a demanda por intérpretes em eventos oficiais deve aumentar, embora a visibilidade exponha também um ponto sensível: não existe um padrão de formação de intérpretes em libras. — Falta fiscalização no cumprimento da lei de inclusão em classes regulares e na preparação dos intérpretes. Muitos se formam em cursos de 30 horas, insuficientes para dominar a língua e as técnicas de interpretação. Isso desanima um aluno, pode levar à evasão escolar — diz Miriam Caxilé, educadora e intérprete em libras no Centro de Educação para Surdos Rio Branco, em São Paulo, que oferece graduação em Pedagogia e aulas em libras até o quinto ano do Ensino Fundamental (os alunos podem continuar a educação no colégio Rio Branco com a ajuda de intérpretes).

### **UM ABISMO**

A comunidade de professores, pesquisadores e surdos reconhece alguns avanços nos últimos anos. Implantaram-se cursos de Letras-Libras e, em 2017, o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, passou a ser oferecido em libras. Mas há críticas, também, para uma “inclusão generalizada” que levou ao fechamento de várias escolas de surdos, que passaram a outras nem sempre com intérpretes. — Existe um abismo hoje na relação com essa população por desconhecimento. Há a barreira da comunicação, preconceito, assistencialismo. Precisamos de educação bilíngue para as crianças surdas, que a língua de sinais se torne disciplina curricular nacional, como o inglês ou o espanhol. Vamos aproveitar e lutar por políticas públicas melhores — afirma Miriam.

Uma sugestão apresentada ao Senado em março do ano passado por uma pedagoga por meio do Portal e- Cidadania, que pedia transformar libras em disciplina obrigatória nas escolas públicas do país, foi rejeitada em dezembro. Em reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a relatora Ana Amélia (PP-RS) orientou que a sugestão fosse encaminhada ao Poder Executivo, “a quem cabe a iniciativa desta matéria”. Educadores, profissionais da área e surdos esperam que o tema seja retomado na nova gestão, assim como uma formação mais rigorosa para intérpretes. Já a recém- anunciada extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), voltada, entre outros temas, aos surdos, parece não causar alarde por enquanto. O novo Ministério da Educação, comandado por Ricardo Vélez Rodriguez, anunciou outra subpasta, chamada Modalidades Especializadas.

— Essa não é uma questão de primeira-dama ou segundo escalão de ministério ou secretaria. É interministerial. Temos 22,7% da população brasileira com alguma deficiência. É preciso ter um governo que acredite na igualdade de todos e no direito a ter respeitada sua diferença — afirma Teresa Costa d'Amaral, superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD). Segundo ela, o país tem uma das melhores legislações das Américas em reafirmar os direitos da pessoa com deficiência, mas “tudo está por fazer” na construção de políticas públicas. — O mais urgente é uma política de educação inclusiva. Não adianta ter intérprete de libras se o surdo não consegue se comunicar. Nem intérprete na televisão se a pessoa com deficiência não sabe libras. É preciso ter (legendas) closed caption, sinais sonoros nas ruas para cegos — sugere.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### 1,3 milhão de alunos sem aula de inglês

#### Reforma de 2017 prevê oferta do idioma para estudantes a partir do 6º ano

Uma das missões do novo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, será universalizar o ensino de inglês nas escolas para cumprir lei aprovada em 2017. Naquele ano, aproximadamente um a cada 15 alunos que cursavam os anos finais do ensino fundamental ou o ensino médio não tinha aula dessa língua estrangeira. A mudança na legislação, herança do governo Temer, pode trazer dificuldades maiores para alguns estados que, por necessidades locais como a proximidade com vizinhos de língua espanhola ou francesa (como a Guiana Francesa) optam por dar mais espaço a esses idiomas em sala de aula.

Em Roraima, que faz fronteira com a Venezuela e é o principal acesso ao Brasil da população que foge da crise econômica no país vizinho, apenas 26% dos alunos nessas etapas tinham aula de inglês; 83%, no entanto, estudavam espanhol.

Isso se reflete na escolha dos candidatos roraimenses pela língua estrangeira do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): 85% optam por espanhol, e apenas 15%, por inglês, segundo dados do Ministério da Educação (MEC).

Acre e Amapá são os estados que aparecem na sequência, com menos estudantes de inglês: 37% e 47% dos alunos sem aula dessa língua nas escolas, respectivamente. No Brasil todo, 6,8% dos estudantes a partir do sexto ano não têm aula de inglês, ou seja, 1,3 milhão de crianças e adolescentes. Destes, 52% também não tinham aula de espanhol.

No Colégio Estadual Professor Fernando Raja Gabaglia, em Campo Grande, Zona Oeste do Rio, as aulas de espanhol são obrigatórias, mas as de inglês são opcionais, e nem todos escolhem cursar a disciplina. Jonas Barreto, de 17 anos, que está indo para o terceiro ano do ensino médio, diz que cursou inglês apenas em 2017.

— O inglês é optativo, e os alunos participam de projetos que desenvolvem com o professor. No primeiro ano eu quis ter algum conhecimento da língua, mas nos outros não fiz essa opção, pois queria ter mais tempo para estudar para o Enem— diz o jovem.

Sancionada por Temer em fevereiro de 2017, a lei 13.415, conhecida como Reforma do Ensino Médio, provocou uma reviravolta na legislação sobre o ensino de línguas no Brasil, revogando a obrigatoriedade da oferta do espanhol nas escolas (mas com

matrícula facultativa aos alunos), que estava em vigor desde 2005, e incluindo a obrigatoriedade do ensino do inglês para estudantes a partir do sexto ano do ensino fundamental. A nova legislação já foi incorporada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tanto do ensino fundamental quanto do médio, ambas já homologadas.

No documento, o inglês é visto como "língua global" que permitirá "aos estudantes usar essa língua para aprofundar a compreensão sobre o mundo em que vivem, explorar novas perspectivas de pesquisa e obtenção de informações, expor ideias e valores, argumentar, lidar com conflitos de opinião e com a crítica, entre outras ações relacionadas ao seu desenvolvimento cognitivo, linguístico, cultural e social".

Para Gladys Quevedo, professora do departamento de Línguas Estrangeiras da Universidade de Brasília (UnB), a obrigatoriedade do inglês é positiva para a valorização do idioma, mas o vaivém das legislações pode prejudicar o planejamento das escolas.

— Não só eu, mas outros colegas professores que trabalham com formação para línguas veem como um grande problema essas mudanças, porque demonstram que não temos uma política linguística séria e a longo prazo no Brasil, levando em conta nossas necessidades geográficas e econômicas. A retirada da obrigatoriedade da oferta de espanhol tem impacto não só na sala de aula, mas também na formação de professores — diz ela.

Pesquisa desenvolvida pelo British Council com dados do Inep referentes a 2015 e 2016 mostra que Acre e Roraima são os estados com maiores percentuais de professores de inglês contratados em regime temporário no país.

## FALTA FORMAÇÃO

Segundo o Censo Escolar, há cerca de 62 mil professores de inglês na educação básica no Brasil, mas apenas 45% deles têm formação superior na língua estrangeira. Como nem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) aplicam avaliações de inglês, não é possível medir o desempenho dos alunos na disciplina.

— Os desafios para o ensino do inglês são muitos e têm origens diversas, institucionais, formativas, ligadas à infraestrutura das escolas ou mesmo à vulnerabilidade social das famílias atendidas pelo sistema público — avalia Cíntia Toth Gonçalves, gerente sênior de inglês do British Council.

— É preciso uma discussão ampla sobre o papel do ensino do inglês na formação do brasileiro. Hoje os dados indicam não haver uma função clara para o ensino e a aprendizagem da língua inglesa, muito por conta do papel marginal que o componente possui dentro da educação básica.

Questionado sobre o assunto, o MEC informou que a atual gestão está estudando os programas da pasta. Qualquer projeto, programa ou ação será conhecido posteriormente.

Em fevereiro, O GLOBO revelou que 85% dos professores que dão aula de inglês na

rede pública não dominam o idioma, segundo estimativa do MEC.

A reportagem mostrou ainda que a disciplina é a pior no quesito de adequação docente, que considera professores com licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma área de atuação. Ou seja, há docentes formados, por exemplo, para dar aulas de português, mas que atuam como professores de inglês.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### Nas escolas particulares, altos custos com a língua assustam pais

Ao mesmo tempo em que o futuro governo deverá ter dificuldades em universalizar o ensino de inglês, parte dos colégios particulares está mudando seu sistema de aprendizagem. O idioma ganha mais espaço nos currículos dessas escolas, que prometem experiências bilíngues e fluência, mas despertam dúvidas sobre a qualidade das aulas e seu alto custo.

Em uma escola particular da Zona Sul do Rio, mais de 200 pais assinaram uma carta em que questionam o novo projeto de língua estrangeira da escola. Nele, os alunos das séries iniciais do ensino fundamental passam a ter aulas de inglês todos os dias. A crítica dos pais está no aumento de 18,8% da mensalidade e na necessidade de permanência nos cursinhos.

Para Cristina Sampaio, do departamento de Línguas da USP e pedagoga, é preciso dar mais atenção à metodologia:

— Não é com mais aulas que teremos mais qualidade, e sim pela apuração da forma que se ensina. Há hoje um movimento duplo nos colégios particulares. Uns querem trazer a experiência bilíngue para os alunos, enquanto outros ampliam a carga horária da língua estrangeira. São projetos diferentes, com resultados também diferentes.

Pois a diferença entre os projetos está justamente em como o idioma é trabalhado. Nos bilíngues, aulas de música, robótica ou educação física podem ser ministradas em inglês. Já a outra proposta mantém a língua como uma dentre outras disciplinas, mas com tempo ampliado.

Sobre o aumento da mensalidade, Anna Lydia Collares, da diretoria do Sindicato das Escolas Particulares do Rio, afirma que ele deve ser pensado de acordo com o projeto da escola e seus custos:

— O sindicato orienta as escolas a fazer o cálculo das mensalidades a partir da planilha de custos, ou seja, a partir de seus serviços prestados, do número de funcionários e despesas de cada colégio.

Dentre os custos, o de professores é destaque. Com a expansão do ensino de línguas, especialistas apontam a possibilidade de uma procura de profissionais tão grande que o mercado não consiga atender a demanda de imediato.

— Precisamos ter um ensino de inglês forte para a nossa atual realidade de mundo. Mas um risco inicial, que naturalmente vai se ajustar ao longo dos anos, é a falta de professores qualificados. Os colégios terão que investir no aperfeiçoamento dos

profissionais e criar incentivos para novos valores — diz Fernando Rodrigues, diretor da Associação Brasileira do Ensino Bilíngue (Abebi).

topo ↕

**ÉPOCA - RJ - BRASIL**

## **AS 10 BATALHAS DE BOLSONARO**

### **As principais brigas do novo governo e por que seus desfechos são imprevisíveis**

O governo Jair Bolsonaro começou sem muita disposição para conciliações, pactos, negociações. No parlatório do Palácio do Planalto, o novo presidente mostrou que o ânimo continua o mesmo da campanha eleitoral. Prometeu “libertar o país do socialismo” e disse, ao empunhar uma bandeira do Brasil, que ela só se tornará vermelha se precisar “de nosso sangue para mantê-la verde e amarela”. Pela ênfase com que mencionou a pretensão de soltar o país de “amarras ideológicas”, Bolsonaro quer simplesmente varrer várias das heranças dos governos do PT que comandaram o país por quase 14 anos, de janeiro de 2003 a maio de 2016.

A disposição é de ruptura — o que prenuncia um governo conflituoso. Alguns desses enfrentamentos são necessários e até bem-vindos, como o combate aos privilégios que levaram à explosão dos gastos públicos que hoje travam o crescimento da economia brasileira. “Quem legisla tem as maiores aposentadorias, quem julga tem as maiores aposentadorias, e o povo as menores”, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, em seu discurso de posse. Outras rupturas são, no mínimo, questionáveis, como o rompimento com as tradições da política externa brasileira sinalizado pela gestão do embaixador Ernesto Araújo, novo comandante do Itamaraty. Por fim, há alguns confrontos que são francamente preocupantes. O novo presidente tem uma tendência a hostilizar o jornalismo profissional. O tratamento dado à imprensa na posse não contribuiu para atenuar essa impressão. Tal atitude mostra uma baixa tolerância com as opiniões divergentes e a crítica, naturais nas democracias.

ÉPOCA listou, a seguir, dez temas nos quais o governo Bolsonaro promete mexer com vespeiros polêmicos.

### **LICENÇA AMBIENTAL E DESMATAMENTO**

Com o objetivo de afrouxar a legislação e a fiscalização ambiental, o novo governo pretende alterar a maneira como uma licença ambiental é emitida no Brasil e como um crime ambiental é reprimido. A própria Presidência da República e a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários — ocupada por Luiz Nabhan Garcia — terão participação direta na emissão das licenças ambientais.

Também está previsto um licenciamento automático, voltado aos produtores rurais. Os próprios produtores poderiam conseguir as licenças para tocar atividades econômicas em suas terras por meio de uma espécie de autodeclaração. Essas mudanças atingiriam as licenças que atualmente são concedidas pelas secretarias de Meio Ambiente dos estados.

As alterações previstas para a fiscalização poderão ser feitas por meio de atos administrativos, mas as mudanças no sistema de licenciamento brasileiro terão de passar obrigatoriamente pelo Congresso, uma vez que exigirão um novo arcabouço legal. Há sinais de que os desmatadores estão animados com as perspectivas de mudanças. Durante a campanha presidencial, enquanto Bolsonaro subia nas pesquisas, o Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) detectou um aumento de 72% no

desmatamento na Amazônia, de agosto a outubro de 2018, quando uma área de 1.176 quilômetros quadrados de floresta nativa veio abaixo. O que acontece no Norte do Brasil é um indicativo do que pode estar ocorrendo em outras regiões do país.

## ESTATUTO DO NASCITURO

A ministra Damares Alves, da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, defendeu, em dezembro, a aprovação do projeto do Estatuto do Nascituro, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2007. Pelo projeto, o nascituro é considerado um ser humano concebido, mas ainda não nascido. Com isso, a lei estabeleceria ao feto direitos semelhantes aos de crianças que já nasceram.

O ponto mais polêmico é a criação de uma bolsa para mulheres estupradas que decidirem prosseguir com a gravidez, o que foi apelidado no Congresso de “bolsa estupro”. A ideia sofre com a oposição de movimentos sociais e setores da sociedade que consideram que a iniciativa pode criar um desincentivo ao aborto no caso de estupro e estabelecer um vínculo entre a mãe e o estuprador, caso ele seja identificado.

Após a repercussão negativa de sua declaração, Damares afirmou que defende a aprovação da proposta “sem a parte polêmica”. A bolsa para a gestante não precisaria ser condicionada ao estupro. Ela disse também que o novo governo pode propor um Estatuto das Grávidas, um novo texto com propostas semelhantes. Repaginado ou não em um novo projeto de iniciativa do Executivo precisaria passar pelo Congresso Nacional, onde deve sofrer oposição da esquerda.

## POLÍTICA EXTERNA

Com o novo chanceler Ernesto Araújo, o Itamaraty vai sofrer uma guinada, com o alinhamento da política externa do Brasil à dos Estados Unidos. Indícios da nova parceria apareceram com a defesa da transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém e a proposta de retirada do Brasil do Pacto Global para Migração. Essas duas medidas já foram tomadas pelo presidente Donald Trump.

No caso da embaixada, o presidente Jair Bolsonaro comprou uma briga com os países árabes, os maiores compradores de carnes bovina e de frango do Brasil. Chamado de irmão pelo primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu no dia de sua posse, Bolsonaro deu a impressão de que não mudará de ideia.

O anúncio da iniciativa do novo governo de se desassociar do Pacto Global para Migração saiu praticamente no mesmo dia em que o ex-chanceler Aloysio Nunes Ferreira endossou o acordo — cujas cláusulas não são obrigatórias e servem mais como orientação — em uma reunião no Marrocos. Outras guinadas na política externa poderão surgir dessa aliança, todas potencialmente custosas para o país. Não está descartada a possibilidade de o Brasil sair do Acordo de Paris, assinado por mais de uma centena de nações comprometidas com o combate às mudanças climáticas.

Há, ainda, uma incógnita sobre como o novo governo se comportará em relação à China, principal comprador de produtos brasileiros, mas alvo de críticas por Bolsonaro. Há uma nova Guerra Fria em curso entre Estados Unidos e China, que disputam cada vez mais a hegemonia na política internacional.

## ENERGIA NUCLEAR

Especialidade do ministro de Minas e Energia, o almirante Bento Costa Lima Leite, a energia nuclear deve ganhar força no governo de Jair Bolsonaro. A prioridade a essa fonte de energia, porém, é polêmica, por causa dos riscos, dos custos elevados e do crescimento de fontes renováveis mais baratas, como a solar e a eólica.

A conclusão de Angra 3 é uma das prioridades do ministro. Projeto do governo militar, as obras da usina estão paradas desde 2015 por causa da Operação Lava Jato e da deterioração das contas públicas. O custo para concluí-la é de R\$ 15 bilhões, dinheiro que poderia vir de parcerias internacionais. Mas essa conta, de uma maneira ou de outra, vai acabar sendo financiada pelo consumidor. O governo Michel Temer autorizou dobrar a tarifa que remunerará a usina, na tentativa de deixar a obra atraente para investidores externos.

Segundo estudo do Instituto Escolhas em parceria com a consultoria PSR, o custo da energia de Angra 3 será o mais alto entre todas as fontes disponíveis no país, considerando critérios objetivos, como valor da obra, custo fixo de operação, subsídios e iniciativas para mitigar o impacto ambiental.

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Ao assumir o cargo de ministro da Economia, Paulo Guedes confirmou que a reforma da Previdência será a medida prioritária do governo Bolsonaro para enfrentar a crise das contas públicas. Ao enfatizar a necessidade da reforma, Guedes disse que o Brasil parou de crescer e “foi corrompido pelo excesso de gastos”. A mudança no sistema previdenciário é urgente por causa do tamanho do déficit, na casa dos R\$ 290 bilhões — somando-se os setores público e privado —, com tendência de crescimento por causa do envelhecimento da população brasileira.

A reforma é tão necessária quanto explosiva, por mexer com a vida de muita gente e com os interesses de corporações públicas poderosas que resistem a ela há décadas e trabalham para impedir seu avanço no Congresso Nacional. Em seu discurso de posse, Guedes disse que esses setores estão na mira das mudanças pretendidas pelo novo governo e prometeu que o Brasil deixará de ser o “paraíso dos rentistas e o inferno dos empreendedores”.

Para derrubar as resistências, o novo governo pretende articular várias frentes, inclusive implementar algumas mudanças por meio de Projetos de Lei, que não exigem quórum de Emenda Constitucional — 308 votos em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado. Em sua posse, Guedes mostrou uma de suas armas para vencer essa batalha. Disse que, se a reforma não avançar, o governo tem um plano B para lidar com o descontrole dos gastos: uma proposta de Emenda à Constituição para desvincular todas as despesas do Orçamento, inclusive os salários de servidores. Na prática, isso pode permitir que benefícios previdenciários e salários de servidores não sejam reajustados nem pela inflação.

## PRIVATIZAÇÕES

A privatização de empresas estatais é peça central no plano do ministro da Economia, Paulo Guedes, para lidar com o desequilíbrio fiscal da economia brasileira. Durante a campanha, o “Posto Ipiranga” de Bolsonaro chegou a afirmar que queria privatizar todas as empresas. Agora, já admite que vai colocar à venda um terço das companhias, inclusive subsidiárias de conglomerados considerados estratégicos por Bolsonaro, como

Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O objetivo é abater a dívida pública, que está na casa dos R\$ 4 trilhões.

Uma estimativa do Tesouro Nacional entregue à nova equipe econômica indica que se desfazer de todas as estatais poderia render ao governo até R\$ 802 bilhões, valor perto do ventilado por Guedes durante a campanha eleitoral, que sonha com R\$ 1 trilhão em privatizações. Ou seja, seria possível abater 20% da dívida, diminuindo o gasto do governo com juros. Alcançar esse valor, porém, é improvável, já que o cálculo considera todas as estatais.

De acordo com o mais recente boletim do governo, o país tem 138 estatais, a maior parte — 85 — subsidiárias de Petrobras, Banco do Brasil ou Caixa. O encarregado de tocar o programa será o empresário Salim Mattar, que deixou o comando da empresa de locação de automóveis Localiza para se dedicar pela primeira vez a um cargo público.

## ÍNDIOS

O presidente Bolsonaro promete uma mudança radical na relação entre Estado e populações indígenas. Primeiro, o presidente deslocou a Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Depois, deu início a um esvaziamento da autarquia, ao atribuir a um de seus principais aliados — o líder ruralista Luiz Nabhan Garcia, secretário especial de Assuntos Fundiários — a tarefa de emitir pareceres sobre impactos de licenças ambientais em terras indígenas. Por fim, na Medida Provisória publicada no dia da posse, confirmou o plano de retirar da Funai as tratativas sobre demarcações e levá-las ao Ministério da Agricultura, mais especificamente à secretaria de Nabhan.

Os movimentos vão na direção de três políticas pretendidas por Bolsonaro: 1) a paralisação de demarcações de terras indígenas; 2) a permissão de mineração nesses territórios, com pagamentos de royalties aos indígenas; e 3) a autorização do arrendamento agropecuário, com parcerias entre índios e brancos. Nas três frentes, o presidente esbarrará na Constituição Federal, segundo o Ministério Público Federal (MPF).

Demarcar terra indígena é uma obrigação do Estado brasileiro, estabelecida pela Constituição de 1988, que preserva os direitos originários dos índios. Se Bolsonaro levar a cabo a decisão política de não demarcar “1 centímetro” de terra indígena, como já declarou mais de uma vez, deve ser acionado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), levando a questão a ser decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Tanto a questão da mineração como a do arrendamento exigiriam, segundo integrantes do MPF, mudanças na Constituição e no Estatuto do Índio, uma lei de 1973, criada no governo da ditadura militar.

## IMPrensa

Parte dos assessores mais próximos de Bolsonaro não perde uma oportunidade para hostilizar o jornalismo tradicional, emulando o comportamento do presidente americano, Donald Trump, um dos inspiradores políticos do mandatário brasileiro. Na posse, houve um sinal de que a relação do governo com a imprensa será bastante conflituosa. A pretexto de evitar novos atentados contra o presidente, como o que ele sofreu durante a campanha eleitoral, um rígido esquema de segurança restringiu a circulação de jornalistas.

Para ter acesso aos locais onde ocorreram as solenidades, o cerimonial da Presidência impôs a todos os jornalistas que chegassem ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do governo de transição, às 7 horas da manhã. A regra valeu até para os jornalistas que cobririam apenas o coquetel no Itamaraty para chefes de Estado. Um grupo de jornalistas estrangeiros, informados de que deveriam ficar confinados no Itamaraty até as 19 horas — o horário de início do coquetel —, sem o direito de circular pela Esplanada dos Ministérios, rebelou-se. Abandonou o Comitê de Imprensa do Itamaraty.

Essas restrições não valeram para alguns jornalistas selecionados, considerados confiáveis pelo novo governo, que puderam circular livremente por vários locais da posse.

## FLEXIBILIZAÇÃO DE POSSE DE ARMAS

Bandeira de campanha, a facilitação para ter arma de fogo será feita por decreto, conforme anunciou Bolsonaro dias antes da posse pelo Twitter. A equipe de Moro estuda quais mudanças poderão ser efetivadas nas normas que regulamentam o Estatuto do Desarmamento. Bolsonaro prometeu tornar o registro da arma definitivo, que dá direito à posse. Hoje é preciso renovar a cada cinco anos.

O governo pode flexibilizar por decreto somente regras que são regulamentadas pelo próprio Executivo, como a validade do registro da arma ou procedimentos para requerer a autorização de posse. Alterações mais profundas em pontos previstos no Estatuto, como a exigência de não ser investigado ou processado criminalmente para ter acesso à arma, dependem de mudança na lei.

Ciente das limitações, Bolsonaro postou uma segunda mensagem sobre o assunto pelo Twitter, dizendo que o Congresso também participaria das mudanças sobre o tema. Um projeto que revoga o Estatuto do Desarmamento está pronto para ser votado no plenário da Câmara.

## EDUCAÇÃO

A expansão do modelo militar nas escolas de educação básica do país, administradas por estados e municípios, e a cobrança de mensalidade nas universidades públicas federais são duas frentes nas quais o governo Bolsonaro pretende trabalhar. Uma subsecretaria será criada no Ministério da Educação (MEC) para apoiar os governos locais que queiram implantar uma gestão “cívico-militar”, segundo o ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

A cobrança nas universidades é uma ideia que não foi descartada por Vélez. Ele citou a experiência de seu país, a Colômbia, para justificar a medida, mas ela dependerá de mudanças em lei. O próprio ministro já afirmou que a pauta precisa ser tocada em parceria com o Congresso. Em seu discurso de posse, o ministro afirmou que as universidades públicas terão “políticas que fomentem o modelo de gestão”. Contrário ao que chama de “marxismo” nas escolas, Vélez é apoiador do projeto Escola sem Partido. O projeto tem forte apelo junto à bancada conservadora que apoiará Bolsonaro no Congresso, mas não tem efeitos práticos nos principais desafios da educação, entre eles os índices pífios de aprendizagem ao longo do ensino básico — como alfabetização —, a baixa oferta de creches e a evasão no ensino médio.

topo 

## A GAZETA - MT - EDITORIAL

### Inês não é morta

Passados quatro meses do incêndio que consumiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro, no dia 2 de setembro de 2018, a instituição tenta se reerguer.

A tragédia repercutiu no Brasil e no exterior por conta a importância da instituição de 200 anos e por abrigar um dos mais ricos acervos de antropologia e história natural da América Latina, com mais de 20 milhões de itens.

Como em muitos outros casos, essa também era uma tragédia anunciada, especialmente por conta das condições físicas do palácio localizado na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, e que foi moradia da família real brasileira no século 19. O Museu Nacional foi fundado por Dom João 6º em 1818.

Por conta da falta de investimentos em restauro e manutenção, especialmente na adaptação da parte elétrica e hidráulica, o incêndio não chega a ser uma surpresa.

A tragédia é apenas um reflexo de como o país trata a ciência e a cultura, tanto na esfera pública como privada. Não temos a cultura de grandes investimentos nestas áreas porque não as valorizamos como um patrimônio e ou um legado importante e um ativo vital para o desenvolvimento do país. Sempre que se avista uma crise, esses setores são os primeiros a "serem sacrificados".

Prova disso são os recursos destinados ao Museu Nacional. Segundo informações da própria direção, antes do incêndio, a instituição precisaria de R\$ 14,7 milhões para sua manutenção básica, mas só recebia R\$ 500 mil. Valor que havia saído drasticamente de 2013 para cá. Naquele ano, o orçamento anual do museu repassado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mantida com recursos do governo federal foi de R\$ 531 mil, chegando a R\$ 54 mil, em 2018.

A título de comparação, o Museu de História Natural de Nova York, nos Estados Unidos, destinou US\$ 35,8 milhões (R\$ 139,1 milhões) para cobrir custos operacionais referentes à sua estrutura. Mesmo considerando o fato da situação econômica americana ser infinitamente melhor do que nossa, é também uma questão cultural de valorização da ciência e da história.

Agora, por conta do incêndio e da repercussão, o Museu Nacional vai receber R\$ 85,4 milhões para obras emergenciais, recuperação do prédio histórico e reconstrução do acervo.

Desse total, R\$ 55 milhões virão do Orçamento da União para 2019, outros 15 milhões, que já estão em caixa, vieram do Ministério da Educação para obras como a contenção de paredes que ficaram em pé após o incêndio e a criação de estrutura para proteger os destroços, além da elaboração de um novo projeto museológico.

O Ministério da Ciência e Tecnologia destinou R\$ 10 milhões que também serão aplicados na reconstrução do prédio e na compra de equipamentos. A retomada de pesquisas interrompidas com o incêndio receberá mais R\$ 2,5 milhões do **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O governo da Alemanha destinou o montante de 180,8 mil eram (cerca de R\$ 802 mil). Além disso, foi

negociada com a empresa Vale a doação de mais R\$ 2 milhões para recomposição do acervo de mineralogia e etnografia. Outros R\$100 mil foram arrecadados pela campanha SOS Museu Nacional. O acervo que se perdeu não tem preço. Muitas peças eram únicas e foram destruídas. Agora é olhar para frente, focar na reconstrução do prédio e do acervo, além da retomada das pesquisas.

topo ↕

## **O FLUMINENSE - RJ - CIDADES**

### **Niterói contada por mulheres**

#### **Equipe formada por 10 pesquisadoras e sob coordenação de Ismênia Martins revela influência dos imigrantes**

Equipe formada por 11 mulheres – sendo dez doutoras em História, uma mestra em Educação, e na coordenação a professora emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF) Ismênia de Lima Martins – tem um desafio pela frente: vai contar a história de Niterói a partir do projeto “De Vila Real da Praia Grande a Niterói de todas as gentes: 200 anos de História”, que pretende comemorar o bicentenário da criação da Vila Real da Praia Grande, a ser completado em maio.

De origens diversas, a equipe tem em comum o interesse acadêmico pela cidade, estimulado pela UFF – instituição com a qual todas mantiveram profundas relações acadêmicas, pois nela se qualificaram, através dos estudos de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado). Todas são docentes e/ou pesquisadoras de diferentes instituições públicas, além da UFF, UFRJ, Uerj, Faetec e Secretaria Estadual de Cultura.

Suas trajetórias individuais refletem seus interesses de pesquisa. São elas Andréa Telo da Corte, Claudia Clamon, Maria Cristina Caminha, Mariléia Inoue, Miriam Abduche Kaiuca, Érica Sarmiento, Juniele de Almeida, Isabella Gaze, Rosane Bartolhazzie e Norma Éboli. Algumas revelam suas histórias pessoais.

Ilha da Madeira – Andréa Telo da Corte trabalha com a professora Ismênia desde 1999, em diversos projetos e artigos. Seus pais são madeirenses. O pai imigrou primeiro para a Venezuela, em 1949, e depois para o Brasil, em 1950, vindo direto para Niterói, onde tinha um irmão. Ele teve bar, padaria, loja de material de construção. Em 1962, voltou a Madeira, onde encontrou Clarisse, e se casaram, voltando, juntos, para Niterói. Andréa visitou a Ilha da Madeira pela primeira vez em 1973, com seis anos.

“Nasci em Niterói, vivo na cidade e acabei escrevendo muito sobre Niterói. A ideia da alteridade foi muito forte, tanto que acabei estudando isso. A memória é uma construção individual e também social. A memória que construí também é um pouco a herdada dos meus pais e do seu grupo étnico e social. Sou parte disso. No meu caso, posso dizer que a História foi uma decisão existencial”, avalia Andréa.

África – Sua forte consciência racial levou Cláudia Calmon a estudar História, que cursou na Uerj. É professora da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro e técnica da Uerj, onde atua também como pesquisadora do Laboratório de Estudos de Imigração. No projeto, pretende continuar a desenvolver o tema, não apenas no que se refere ao passado que já vem sendo estudado, mas principalmente levantar os grupos de imigrantes das diversas regiões do continente africano que chegaram até Niterói em função do boom imigratório que atingiu o Brasil entre 2000-2014.

“De modo geral, são indivíduos da Costa Oeste africana, falantes do português e do

francês, a maioria com qualificação superior, que imigraram, não apenas em busca de trabalho, mas também seduzidos pelos direitos trabalhistas e o conjunto de benefícios que até então o governo brasileiro era capaz de oferecer como ensino gratuito, SUS, seguro-desemprego, entre outros, benefícios os quais mesmo parecendo insuficientes para os brasileiros, excediam em muito a realidade das suas regiões de origem”, destaca.

Oriente Médio – Os primeiros antioquenses de Niterói eram primos e parentes dos avós de Miriam Abduche Kaiuca. Eram das famílias Aide, Hajjart, Ordagy, Saud, Gazal, Bailune, Zacur, Zeitune e Tadrus. A imigração da Antioquia, do Oriente Médio, para o Rio de Janeiro e Niterói, iniciada em fins do século XIX, teve na Rua da Alfândega e vizinhanças um porto seguro no Rio de Janeiro; como também teve, em Niterói, nos bairros do Centro e de Santa Rosa, um local de acolhimento e muita integração. Miriam é doutora pelo Programa História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia – HCTE /UFRJ e pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH / UFF, com pesquisas sobre História da Imigração dos Antioquenses no Rio de Janeiro e Niterói.

“Decidi trabalhar com a disciplina História das Imigrações, em especial os antioquenses, pois quando os imigrantes chegaram ao Rio de Janeiro e em Niterói, cada um chegava carregando consigo a mudança do seu destino. Esta ação radical reverberou, sem dúvida, nas próximas gerações de descendentes. Por isso, quando um brasileiro antioquense fala de seu pai ou avó imigrante em um projeto de história oral, ele está recuperando uma parte da própria história da imigração”, pontua Miriam, e completa: “Os fatores de expulsão da terra de origem, a trajetória e adaptação na terra de acolhimento, a pauta matrimonial, a mobilidade espacial, a forma de ascensão social, inclusive nas escolhas da segunda geração, só confirmam a historiografia existente, porém, muitas vezes a desmente mas, quase sempre, a amplia e enriquece. Posso dizer que não há um bairro de Niterói que se preze que não tenha uma família antioquense morando e fazendo a economia girar”.

Japão – Como decorrência de seu doutorado cuja tese foi “No outro lado nasce o sol: a história dos japoneses e seus descendentes no Estado do Rio de Janeiro”, Mariléia Inoue foi pioneira no estudo dos japoneses e seus descendentes no estado, com um considerável acervo iconográfico e de história oral sobre o assunto. É coordenadora do Centro de Educação para Cidadania e Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade da Escola de Serviço Social da UFRJ e Coordenadora do Projeto de pesquisa Memória, Migrações e Assistência Social – MIGRAS.

“Os japoneses têm algumas peculiaridades entre os imigrantes: começaram a imigração apenas no século XX, foram os que melhor se adaptaram à agricultura, têm um grande número de descendentes como professores/pesquisadores universitários. No Estado do Rio de Janeiro, realizaram também atividades na pesca e na indústria naval, especificamente ligadas às características de nosso estado. Em Niterói, morava o engenheiro Jorge Kassuga, sócio da Yamagata Engenharia, que muito me ajudou a traduzir textos para contar a história da imigração no Estado do Rio de Janeiro. Onde também reside ainda componentes da família Yamagata, cujo patriarca, Yuzaburo Yamagata, foi uma figura emblemática”, comenta Mariléia

Marcelo Feitosa

ANDRÉA TELO DA CORTE é filha de madeirenses, tinha clareza desde pequena que sua vida era um pouco diferente da dos meus colegas e isso estava relacionado ao fato

dos meus pais serem portugueses. “Eram mais severos, o trabalho era a coisa mais importante para o seu pai e rezava-se , rezava-se muito! Nada de lazer. A vida para ele era baseada numa espécie de ética casa-balcão-igreja.

Mais tarde, quando já estava preparando minha dissertação de mestrado e entrevistei muitos madeirenses constatei que essa “ética” era comum a todos eles”, comentou. Andréa é mestre e doutora em História Social pela UFF. Ex-coordenadora do Centro de Estudos de História Fluminense do Museu do Ingá, Professora da Rede Pública de Ensino.

Autora de diversos livros sobre Niterói, história Fluminense e sobre imigração, com destaque para "Prestamistas, comerciantes e doutores - Uma história dos judeus em Niterói".

CLAUDIA CALMON é filha de mãe baiana e pai mineiro afrodescentes, motivou-se pelo estudo da imigração africana no Rio, tema que vem se dedicando no LABIMI, da Uerj. No projeto, quer continuar a desenvolver o tema, principalmente para levantar os grupos de imigrantes das diversas regiões do continente africano que chegaram até Niterói em função do boom migratório que atingiu o Brasil entre 2000-2014. De modo geral, são indivíduos da Costa Oeste africana, falantes do português e do francês, a maioria com qualificação superior.

MARILÉIA FRANCO MARINHO INOUE como decorrência de seu doutoramento foi pioneira no estudo dos japoneses e seus descendentes no Estado do Rio de Janeiro, com um considerável acervo iconográfico e de história oral. Fez estágio pós-doutoral no LABIMI-UERJ (2015-2016); realizou também pós-doutorado no PPG em História da UFF (2008-2009); doutorado em Sociologia pela USP (2002) e mestrado em Serviço Social pela UFRJ (1990). Tem atuado principalmente nos seguintes temas: Cidadania e Inclusão Social, Direitos Humanos: Minorias e Grupos Fragilizados.

MIRIAM ABDUCHE KAIUCA é de família de sírios antioquenses, dedica-se ao estudo do processo de manutenção da identidade étnica por esse grupo. Doutora pelo Programa História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia – HCTE /UFRJ , com a tese intitulada “al-jabr e al-muqabalah: percurso, linguagem, ciência, cotidiano e contos orais”.

Pós-Doutora pelo Programa de Pós Graduação em História -PPGH / UFF, com pesquisas sobre História da Imigração dos Antioquenses no Rio de Janeiro e Niterói. Atualmente, é professora do Colégio de Aplicação da UFRJ.

MARIA CRISTINA CAMINHA BEZERRA pertencente à família de cearenses, funcionários públicos que migraram para Niterói, conviveu no antigo Morro dos Ingleses com moradores de classe média, em que se destacava forte presença de famílias de britânicos e alemães. O trabalho intitulado “Britânicos e alemães em Niterói: um estudo de imigração urbana” foi defendido em 2015. Nele, Cristina procurou analisar os processos socioculturais, econômicos e políticos envolvidos na formação e transformação dessas colônias de imigrantes que povoaram Niterói, e particularmente Icaraí, na primeira metade do século XX.

NORMA ÉBOLI é nascida em Nova Friburgo, de família de origem italiana e

portuguesa, especialista em planejamento educacional, dedica-se à formular estratégias pedagógicas para o projeto. É formada em Direito e Pedagogia pela UFF, onde foi professora da Faculdade de Educação. Atuou na estruturação da Fundação de Educação de Niterói, em seus primórdios, em 1975, e, desde então, vem trabalhando com programas de Direitos Humanos, Educação e Saúde Pública. Como migrante enraizada em Niterói há mais de 40 anos, Norma Éboli conhece a Niterói das pensões que abrigavam estudantes do norte e noroeste fluminense e quer ajudar a contar a história desses colegas. Como Pedagoga quer colaborar com os professores da Rede no desenvolvimento de seus projetos.

ÉRICA SARMIENTO é doutora em História pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha), com especialização em estudos migratórios, que resultou no livro “Galegos nos trópicos – Invisibilidade e presença da imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930)”. A pesquisadora é descendente de galegos, do norte da Espanha, e sua família (mãe e avós) chegou no Rio nos anos 1950. É professora adjunta da Uerj, docente titular do PPG em História da Universo e coordenadora do Laboratório de Estudos de Imigração Uerj, dedicando-se às temáticas que permeiam os estudos migratórios, como cidades, associativismo e imprensa étnica, etc.

ROSANE BARTHOLAZZI é natural de Bom Jesus do Itabapoana, é doutora em História pela UFF, quando realizou pesquisa nos arquivos brasileiros e italianos com enfoque na imigração italiana no interior fluminense, resultando no livro publicado: “Imigrantes italianos no noroeste fluminense – estratégias familiares e mobilidade social (1897-1930)”, Garamond 2013. No projeto, além de estudar os italianos em Niterói, contribuirá no estudo das migrações internas, no caso do norte e noroeste fluminense para a antiga capital fluminense.

JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA é mineira e fixou-se em Niterói após ter prestado concurso público para a UFF. Especialista em História Pública e do Tempo Presente, no projeto, atuará como facilitadora da reflexão teórico-metodológica sobre as interfaces entre a história local e aqueles campos. É Doutora em História Social pela USP e integra o comitê fundador da Rede Brasileira de História Pública e parceira da International Federation for Public History no âmbito do projeto “Imigração, Mundos do Trabalho e Desigualdade Global”. No projeto desempenhará o papel de facilitadora da reflexão teórica metodológica nas interfaces entre a história local e história pública. (História/UFF-Capes).

ISABELLA GAZE é de família brasileira de origem multiétnica, estuda a imigração portuguesa ressaltando a diversidade de sua composição, com destaque para o grupo ligado ao magistério. Professora há 35 anos em redes públicas da Educação Básica e doutora em História pela UFF, atualmente é coordenadora do Centro de Memória da FAETEC. No projeto estenderá sua investigação para as escolas fundadas por associações de imigrantes e a iniciativa destes como educadores na cidade de Niterói e atuará também na atenção à Educação Básica.

topo ↕

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

**Pesquisadora descobre livro inédito de Mário de Andrade**

**Em seu doutorado, Marina Damasceno de Sá investigou anotações do modernista e busca editora para publicar A Poetagem Bonita, que reúne 23 textos**

Era início do mês de maio de 1925 quando Mário de Andrade recebeu mais uma das centenas de cartas que trocou com Manuel Bandeira. Entre notícias de uma nova máquina de escrever e alfinetadas no crítico Tristão de Athayde, o poeta pernambucano sugere ao amigo: “Se eu fosse rico, tornar-me-ia editor para meu gozo pessoal. E encomendava a você, entre outras obras, uma história, ou melhor, estudo crítico sobre a poesia no Brasil até os parnasianos inclusive. Não há um estudo crítico aceitável sobre os românticos. Sobre nenhum poeta!” Mário gostou da sugestão, mas respondeu com planos para um outro trabalho. “Fica a ideia do Romantismo de pé e de um outro livro com o lindo nome Poetagem Bonita, em que reunirei os estudos que for publicando sobre os chamados modernistas brasileiros”. Entusiasmado, chegou a estruturar o livro que, por algum motivo desconhecido, nunca foi lançado.

Mário de Andrade

Retrato de Mário de Andrade pintado em 1927 por Lasar Segall Foto: IEB/USP  
Esse seria apenas mais um entre os muitos projetos nunca realizados pelo prolífico escritor, crítico, musicólogo e folclorista, não fosse o trabalho da pesquisadora Marina Damasceno de Sá. Em seu doutorado, ela mergulhou nos manuscritos do escritor, reunidos no Instituto de Estudos Brasileiros e encontrou não apenas o fichário em que Mário detalha o plano para o livro como também textos inéditos. “Encontrei A Poetagem Bonita ao revisar a classificação do Fichário Analítico de Mário, que reúne 9.634 fólios (páginas manuscritas), que havia sido feita pela pesquisadora Vera Lúcia Natale entre março de 1991 e outubro de 1992.”

No pequeno papel cartão, já amarelado pelo tempo, a caligrafia miúda do escritor revela os textos que iriam compor o livro nunca realizado. “A Poetagem Bonita = reunir em volume as críticas que tenho publicado sobre Manuel Bandeira, Gui, Oswald, Ronald, Menotti, Sérgio Milliet, Cendrars, a página em que explico o poema do Lonsago Cáqui que saiu em Klaxon, a sátira a Martins Fontes, a sátira a Hermes Fontes. Tudo com pequenas modificações...”

Segundo a pesquisadora Aline Novais de Almeida, que organizou a edição d’A Gramatiquinha da Fala Brasileira, outro projeto esboçado mas nunca finalizado por Mário de Andrade, “o grande mérito da Marina foi perceber que, em meio ao vasto material reunido por Mário, ali estava, em um pequeno pedaço de papel, o plano do livro.” Coube à pesquisadora encontrar e estabelecer os textos que deveriam compor o livro. Entre eles, outro achado: três dos textos eram inéditos.

No primeiro, sem título, dedicado a Oswald, Mário não economiza em elogios ao então amigo com quem viria a romper em 1929 e a quem aponta como o maior poeta já surgido no Brasil. “Porque ele é incomparável. Como poeta ele é absolutamente original, não tem nada que a gente possa comparar com ele na literatura do mundo, a não ser os imitadores dele”. Sem data precisa, mas provavelmente escrito em 1927, no pequeno texto Mário se dedica também a analisar a persona poética que Oswald teria elaborado em seus escritos. “Ele criou em poesia a personalidade que por falta de outro termo se poderia chamar de ‘personalidade do engraçado arrependido’. No geral os tímidos desandam para o humor. Oswald não, achou melhor pegar na facilidade que tinha para palhaço e fez graças em versos. Porém possuía por dentro um lírico sensível, comovido até a profundidade.”

Já os dois textos sobre Sérgio Milliet se dividem entre o elogio e a crítica. No primeiro,

em que analisa *Poemas Análogos* (1927), Mário diz ser o “mais fatal” dos poetas brasileiros. No segundo, *Poetas Menores*, não esconde certa decepção com o romance *Roberto*, lançado em 1935. Ainda que esclareça que o adjetivo do título não faz referência ao valor artístico mas sim a uma “concepção de vida”, Mário diz considerar a literatura de Milliet menor. “O que, por mais que a gente não queira, e reconhecendo toda a importância e valor do livro, é sempre uma censura.”

No total, o projeto de *Poetagem Bonita* reúne 23 textos, entre críticas, crônicas e impressões, divididos em duas partes. Na primeira, Mário marca a ruptura com os “passadistas”, por meio do artigo *Farauto*, em que revida os ataques que o grupo ligado à revista *Klaxon* vinha sofrendo de publicações como o *Jornal do Comércio*, e com sátiras ao trabalho dos poetas *Hermes* e *Martins Fontes*. Na segunda parte, Mário se volta à análise dos modernistas e os “novos do Rio e de Minas”, escritores reunidos em torno das revistas *Verde* e *Festa*.

Autor de uma série de livros sobre Mário, o professor *Marcos Antonio de Moraes*, que orientou o trabalho, celebrou os achados. “A *Poetagem Bonita*, modelada na tese de *Marina*, é um valioso documento para se perceber os fundamentos da poética de Mário de Andrade no tempo modernista. Muitos estudiosos da literatura poderão, a partir de agora, explorar em profundidade as linhas de força da poesia do modernismo, por meio da posição crítica de Mário de Andrade.” A pesquisadora, que realizou o estudo com financiamento da **Capes**, trabalha agora para que uma editora possa enfim lançar *A Poetagem Bonita*.

Aos admiradores de Mário de Andrade resta a torcida para que o plano iniciado pelo modernista há quase um século finalmente saia do papel. Afinal, como disse o escritor, “a poetagem bonita é a linguagem poética aplicada a uma realidade física que a torna imediatamente verossímil, compreensiva e sensibilizante”.

\*Rodrigo Simon é jornalista, mestre em letras pela USP e doutorando em teoria e história literária pela Unicamp

topo 

## **CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL**

### **Capex oferece bolsas para doutorado pleno nos Estados Unidos**

**No total, são 49 áreas de avaliação da Capex e 20 bolsas disponíveis**

A **Capex** (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**) e a Comissão Fulbright abriram inscrições para bolsas de doutorado pleno para 2020, nas principais Universidades de pesquisa dos Estados Unidos. No total, são 49 áreas de avaliação da **Capex** e 20 bolsas disponíveis.

Conforme divulgado pela Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), o objetivo é fortalecer as áreas de conhecimento em consolidação no Brasil.

As inscrições vão até o dia 31 de março de 2019, com início do doutorado previsto para agosto de 2020.

O candidato pré-selecionado no Brasil terá a bolsa de Doutorado implementada somente se admitido em ao menos uma das Universidades de excelência nos EUA.

Serviço - Mais informações sobre as áreas contempladas e as Universidades participantes no edital.

topo ↗

## CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS

**Bolsonaro elogia assessor que acusa professor de ensinar incesto  
Murilo Resende é autor de um ataques mais ofensivos de que se tem notícia contra os educadores: "professores pregam o aborto, incesto e pedofilia"**

Jair Bolsonaro mostrou confiança em seu diretor do Inep Murilo Resenda, responsável pelo Enem.

Elogios também vieram de seu filho, Eduardo, ao dar conselho aos professores.

Murilo Resende é autor de um ataques mais ofensivos de que se tem notícia contra os educadores brasileiros: “professores pregam o aborto, incesto e pedofilia”.

Essa frase foi dita, em 2016, em audiência pública no Ministério Público Federal, em Goiás, pelo economista Murilo Resende Ferreira, discípulo de Olavo de Carvalho, agora indicado para o estratégico cargo de diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), responsável, entre outras coisas, pela prova do Enem. O ministro Vêlez Rodrigues também é discípulo do filósofo Olavo de Carvalho. A audiência era sobre “Doutrinação Político-Partidária no Sistema de Ensino”, em 2016.

Murilo Resende é um militante da “Escola Sem Partido”.

Ex-aluno de escola privada, ele afirmou ser “vítima” da doutrinação marxista, atacando a “ideologia de gênero”, que seria um recurso usado por “manipuladores com um objetivo: “esconder a própria falta de preparo”

“Então ideologia de gênero, que hoje é o grande cavalo de batalha desses manipuladores, sim, gente que não quer estudar de verdade, que sequer conhece a literatura, sequer conhece a filosofia.

Murilo foi mais longe: os professores pregariam o aborto, incesto e pedofilia. Mas escondem suas intenções ganhando a a confiança dos pais.

— Não se conta isso para os pais, essa é a farsa de vocês. Vocês falam: ah, é simplesmente uma questão de respeito em relação aos homossexuais. É só isso o que a gente quer ensinar — ironizou.

Mais um ataque:

“O que os professores estão querendo com isso é poder. Um poder que eles querem roubar e sequestrar da família”

Não há nenhuma evidência baseada em fatos consistentes para esses ataques, fruto da teoria conspiratória do “marxismo cultural”.

Nessa teoria conspiratória, um dos responsáveis pela disseminação do “marxismo cultural” seriam os militares.

Em sua visão, o regime militar abriu espaço aos “marxistas” nas universidades e escolas.

— Esse estágio atual que a gente passa na educação brasileira nasceu em muito sentido já no regime militar. Onde a gente viu o regime militar adotar uma famosa tese da panela de pressão, que para contrabalancear a esquerda guerrilheira, a esquerda lá do Araguaia, eles deveriam dar um espaço a esses marxistas dito democráticos, que não tinham aderido à luta armada. E o espaço deles deveria se dar nas escola”.

Mais:

“Com a redemocratização, esse aparelhamento brutal e ditatorial avançou inclusive para lugares como a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, o MEC. (...) Precisa de uma reforma absurda, completa, para limpar todas essa contaminação ideológica até o ponto em que os professores voltem a se preocupar com a sala de aula, e não só com filosofia da educação, ficar discutindo Paulo Freire e a criança do futuro que será um jovem socialista.

topo ↕

## CM CONSULTORIA - NOTÍCIAS

### HOJE É DIA DE PARABENIZAR O PROF. HERBERT LIMA, SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DE SOBRAL.

Estive ontem no Viñas Buffet Golden, prestigiando a Comemoração do Aniversário do nosso querido Secretário da Educação de Sobral, Prof. Herbert Lima.

Com a presença da Vice Prefeita Christiane Coelho, da Vereadora Socorrinha Brasileiro, de Ranne Almeida (Acessora de Comunicação- Prefeitura Municipal de Sobral), e de todos os diretores e servidores das unidades educacionais do município.

Uma belíssima festa organizada com muito carinho, dedicação e contribuição de todos. Destaque especial para Ana Cristina Costa (Diretora do Colégio Gerardo Rodrigues) e de Cristina Parente (Coordenadora).

Com a linda decoração de Júnior Big Festa, um maravilhoso jantar de Viñas Buffet.

É servidor público federal no cargo de professor efetivo Adjunto III da Universidade Federal do Ceará (UFC) e possui Graduação na área de Licenciatura em Física pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Realizou seu Mestrado com pesquisas na área de tecnologia aplicada a educação e metodologia de ensino com objetos de aprendizagem no ensino de Ciências da Natureza e Física em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e possui Doutorado na área de pesquisa em Avaliação da Efetividade e do Desempenho da Aprendizagem com Análise Multidimensional e Multilinear, em Engenharia de Teleinformática, também pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi professor da Rede Pública Municipal de Fortaleza (SME) e professor da Secretaria de Educação do Governo do Estadual do Ceará (SEDUC).

Coordenou o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) no Estado do Ceará, além de outros programas de Formação de Professores em Nível de Pós-Graduação em Especialização na área de Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica e Tecnologias Educacionais. Foi consultor do PASEM – Programa de Apoio Educacional do Mercosul

realizado pela União Europeia, coordenando diversas missões educacionais internacionais de pesquisa e estudos em países da América Latina, tais como Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil.

Foi coordenador adjunto do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica da Universidade Federal do Ceará (COMFOR – UFC) e coordenou diversos programas da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) na área de formação continuada de professores do Ministério da Educação (MEC) e atua como professor pesquisador do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) em cursos de Licenciatura e formação de professor. É consultor ad hoc do Ministério da Educação (MEC) e da Diretoria de Educação Básica (DEB) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

Foi coordenador adjunto do Comitê de Formação no Estado do Ceará do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) da UFC no Estado do Ceará.

É professor permanente e orientador dos programas de pós-graduação em nível de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática e de Mestrado em Ciência da Informática, ambos pela UFC, além de docente do Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática do IFCE – Campus Fortaleza, desenvolvendo trabalhos de pesquisa nas áreas de metodologia de ensino, avaliação educacional, tecnologia na educação, informática aplicada ao ensino de ciências e matemática e na formação de professores.

Tem diversos trabalhos publicados em eventos, congressos, periódicos e revistas científicas especializadas em nível nacional e internacional, além de ter publicado e organizado mais de trinta livros na área da educação.

Exerceu também o cargo de Diretor Geral do Centro de Educação a Distância do Governo do Estado do Ceará (CED), órgão vinculado à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), no município de Sobral.

[topo](#)

## **CONCURSOS NO BRASIL - TEMPO REAL**

### **Prefeitura de Arroio dos Ratos - RS abre vaga em processo seletivo**

#### **Processo seletivo da Prefeitura de Arroio dos Ratos, no estado do Rio Grande do Sul, abre vaga para Coordenador de Polo UAB, na condição de bolsista.**

A Prefeitura de Arroio dos Ratos, no estado do Rio Grande do Sul, publicou o edital nº 01/2019 referente ao seu processo seletivo que abre vaga para Coordenador de Polo UAB, na qualidade de bolsista da UAB/CAPES. Esta vaga é temporária para o período de 2019 a 2022.

#### **Critérios para atuação**

Poderá se candidatar à vaga de Coordenador de Polo o candidato que:

- For funcionário público efetivo da rede municipal de ensino;
- Possuir diploma de graduação;
- Possuir três anos de experiência na docência em Educação Básica;
- Possuir experiência em Educação a Distância como professor, tutor, assistente à docência ou coordenador de Polo;
- For morador de Arroio dos Ratos.

A documentação comprobatória dessas informações, assim como a documentação pessoal do candidato, deverá ser apresentada no ato de inscrição.

## Inscrições

As inscrições serão realizadas até o dia 01 de fevereiro de 2019, apenas de forma presencial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, que fica localizada no Largo do Mineiro, nº 272, no centro de Arroio dos Ratos - RS.

Prepare-se: Simulados para concursos públicos  
Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

## Provas

Este processo seletivo será composto por análise curricular, prova de fluência tecnológica e entrevista. A nota final, considerando todas as etapas, será de até 100 pontos.

Na análise curricular, serão considerados:

Formação: 20 pontos, sendo considerados títulos de especialização, especialização em gestão de polos, curso de extensão em gestão de polos, curso de extensão de gestão de polos UAB, mestrado e doutorado;

Experiência como docente: 5 pontos;

Experiência em educação a distância: 10 pontos. Neste quesito será considerada a atuação do profissional como coordenador de polo, como tutor UAB e como coordenador de polo UAB;

Publicação de artigos sobre EaD: 10 pontos;

Publicação de livros: 15 pontos.

A prova de fluência digital valerá 20 pontos e será realizada na data provável de 08 de fevereiro de 2019. Nesta prova será avaliado o conhecimento no uso do email, moodle, plataforma de webconferência e digitação.

A entrevista valerá 20 pontos e será realizada na data provável de 12 de fevereiro de 2019.

Em caso de empate entre os candidatos, serão adotados os seguintes critérios para desempate, na seguinte ordem:

Maior experiência profissional;

Maior experiência profissional em EaD;

Maior titulação;

Maior idade, considerando: ano, mês, dia.

## Edital

Para demais informações sobre este processo seletivo, consulte o edital publicado no site da Prefeitura de Arroio dos Ratos - RS.

[topo](#)

## DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

### Reitor do ITA, Anderson Ribeiro Correia será o presidente da CAPES

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, anunciou durante a cerimônia de transmissão de cargo, ocorrida nesta quarta-feira, 2, em Brasília, que o reitor e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), **Anderson Ribeiro Correia**, será o

novo presidente da **CAPES**. A nomeação deve ser publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias.

Engenheiro civil, formado pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo ITA e doutor em Engenharia de Transportes pela University of Calgary, no Canadá, **Anderson Correia** é pesquisador do CNPq e assessor da **CAPES**, FAPESP E CNPq.

Editor associado da Revista Transportes e revisor de diversos periódicos nacionais e internacionais, o futuro presidente da **CAPES** ainda compõe o comitê do Transportation Research Board, dos Estados Unidos, o Conselho Deliberativo da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET) e o Conselho de Administração da Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo (CTCEA).

À frente da **CAPES**, **Anderson Correia** presidirá a fundação vinculada ao MEC responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil, por meio de concessão de bolsas e fomentos, de avaliação e acesso e divulgação da produção científica. A instituição investe na formação de recursos humanos de alto nível no País e no exterior, atua na formação de professores da educação básica e promove cooperação científica internacional.

#### Histórico Profissional

**Anderson Correia** foi gerente de Operações na McLane Logistics do Brasil e superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Transporte Aéreo e consultor em logística e transportes para a Petrobrás, Embraer, BNDES, OACI, TCU e BAA.

Também ministrou aulas em cursos especializados para o CENIPA, TCU, Infraero, Embraer, Secretaria de Aviação Civil e ANAC. **Anderson Correia** tem experiência na área de Engenharia de Transportes, com ênfase em Planejamento de Transportes, atuando principalmente em aeroportos, transporte aéreo e logística. Em 2017, recebeu a Medalha Mérito Santos Dumont, da Força Aérea Brasileira.

#### Novo ministro

Durante a cerimônia de transmissão de cargo, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez ressaltou que sua gestão, além de priorizar a educação básica, estará focada em outros setores educacionais essenciais para o desenvolvimento do Brasil, como o ensino profissional tecnológico, as pesquisas científicas e de extensão e a inovação tecnológica nas escolas e universidades, bem como no aperfeiçoamento de programas que incentivem o empreendedorismo para a inserção no mercado de trabalho.

Notícia publicada originalmente em [www.brasilcti.com.br/educacao/reitor-do-ita-anderson-ribeiro-correia-sera-o-presidente-da-capes/](http://www.brasilcti.com.br/educacao/reitor-do-ita-anderson-ribeiro-correia-sera-o-presidente-da-capes/)

topo ↕

#### DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

##### UFSCar cria mestrado em Engenharia Mecânica com abordagem inovadora

A UFSCar iniciará em 2019 as atividades de mais um programa de pós-graduação, com o curso de mestrado acadêmico do recém-criado Programa de Pós-Graduação em

Engenharia Mecânica (PPGEMec), aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e com inscrições no processo seletivo para a primeira turma programadas para acontecer entre os dias 14 e 28 de janeiro de 2019. O edital do processo seletivo já está disponível no site do PPGEMec, em [www.mecanica.ufscar.br/pos-graduacao](http://www.mecanica.ufscar.br/pos-graduacao), e estão sendo oferecidas 15 vagas, com início no primeiro semestre de 2019.

O PPGEMec nasceu de uma parceria entre docentes dos departamentos de Engenharia Mecânica (DEMec) e Engenharia de Materiais (DEMa) da UFSCar, origem do grande diferencial do Programa: o foco na investigação da influência de processos de fabricação sobre características do produto final. Para tanto, o Programa, cuja área de concentração é “Materiais e processos de fabricação”, conta com duas linhas de pesquisa: “Conformação mecânica” e “Engenharia de superfícies”. As pesquisas desenvolvidas deverão contribuir para a compreensão dos efeitos dos processos de fabricação nas propriedades finais da peça, diretamente ligadas à sua durabilidade e à sua eficiência durante o uso.

A linha de pesquisa em “Conformação mecânica” terá foco em técnicas de processamento baseadas em conformação plástica, abrangendo três variantes: deformação plástica severa; controle da textura cristalográfica de ligas de alumínio; e simulação do processo de conformação pelo método dos elementos finitos. Já a linha de “Engenharia de superfícies” enfoca o estudo da utilização de processos de usinagem para geração de superfícies que apresentem melhor desempenho funcional em aplicações envolvendo cargas mecânicas, térmicas e químicas. Para o desenvolvimento dos estudos, o Programa conta com vários laboratórios, com equipamentos de ponta, dentre os quais se destacam, por exemplo, dois equipamentos multiusuários adquiridos recentemente com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp): um microscópio para análise de imagens tridimensionais e uma retificadora de insertos de corte, sendo que esta é a primeira do seu tipo em instituições de pesquisa no Brasil.

“Além de olhar para processo e produto, uma outra característica do Programa é a preocupação com a aplicação do conhecimento. Nossa expectativa é que possamos contribuir para o desenvolvimento da indústria brasileira, tanto pela formação de seus profissionais, quanto pelo estabelecimento de novas parcerias em pesquisa, desenvolvimento e inovação”, registra o Coordenador do PPGEMec, Carlos Eiji Hirata Ventura, docente do DEMec, explicando que o Programa espera receber tanto profissionais de empresas de todo o País interessados na oportunidade de capacitação, quanto engenheiros e tecnólogos interessados na continuidade da carreira acadêmica. “Em relação aos profissionais atuantes na indústria, a expectativa é que tragam problemas da sua realidade para a Universidade, e que possamos contribuir com o conhecimento fundamental produzido e sistematizado na Instituição”, complementa Ventura.

O processo seletivo será composto por prova escrita e avaliação curricular. Todos os detalhes sobre o PPGEMec e o processo seletivo podem ser conferidos no site do Programa.

Notícia publicada originalmente em [www.brasilcti.com.br/educacao/ufscar-cria-mestrado-em-engenharia-mecanica-com-abordagem-inovadora/](http://www.brasilcti.com.br/educacao/ufscar-cria-mestrado-em-engenharia-mecanica-com-abordagem-inovadora/)

topo ↕

## VISÃO - TEMPO REAL

### Inscrições para o Vestibular Continuado 2019 do Univem vão até dia 27

O Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM está com as inscrições abertas para o Vestibular Continuado 2019 até dia 27 deste mês. Neste período diversas datas e horários estarão disponibilizados para o agendamento do exame.

O prazo final para a realização da prova é dia 28 de janeiro. Os interessados podem fazer a inscrição pelo site ou diretamente na secretaria geral da instituição, na avenida Hygino Muzzy Filho, 529.

A taxa de inscrição é de R\$ 50, que será restituída aos alunos aprovados e matriculados nos cursos ofertados pelo UNIVEM. As aulas vão ter início dia 5 de fevereiro. O edital pode ser conferido na íntegra no site [www.univem.edu.br/vestibular](http://www.univem.edu.br/vestibular).

### Última chance

O processo seletivo tem o objetivo de atender os candidatos que, por algum motivo, não conseguiram prestar os últimos vestibulares da instituição e queiram concorrer a uma das vagas ainda disponíveis nos cursos de graduação.

Ao todo vão ser 40 questões, sendo 15 de Matemática, 15 de Língua Portuguesa, seis de Inglês, quatro de atualidades e uma redação. O resultado do Vestibular Continuado 2019 do UNIVEM será divulgado dois dias após a realização da prova.

A infraestrutura física e laboratorial, o corpo docente altamente qualificado, a metodologia aplicada dentro de um conceito inovador, e todo o ambiente de inovação, tecnologia e empreendedorismo existentes no campus e geridos pelo UNIVEM têm colocado o Centro Universitário entre os melhores do Estado.

O resultado do ensino de excelência é comprovado pela alta absorção dos alunos do UNIVEM pelo mercado de trabalho ainda durante a graduação e pelo destaque dos ex-alunos nas mais diversas áreas de atuação.

Confira os cursos de graduação oferecidos pelo UNIVEM:

- Administração (oito semestres)
- Ciência da Computação (oito semestres)
- Ciências Contábeis (oito semestres)
- Tecnologia em Design Gráfico ( quatro semestres)
- Direito (10 semestres)
- Engenharia de Produção (10 semestres)
- Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (quatro semestres)
- Tecnologia em Processos Gerenciais (quatro semestres)
- Sistemas de Informação (oito semestres)

### Pós Graduação

Além dos cursos de graduação, o Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, oferece oito cursos de pós-graduação Lato Sensu: MBA Controladoria e Finanças; Especialização em Direito Empresarial; Especialização em Desenvolvimento Web e Aplicativos Móveis; MBA em Marketing e Inteligência Competitiva; MBA em Gestão de Recursos Humanos e Negócio e o Mestrado em Direito, reconhecido

pela CAPES.

**BENEFÍCIOS** - Inúmeros são os benefícios oferecidos pelo UNIVEM para garantir a todos, independentemente de sua condição financeira, uma graduação de excelência com a chancela UNIVEM, entre eles, programas de bolsas de estudos, descontos, financiamento próprio, ProUni, e descontos para os alunos ingressantes e ex-alunos da instituição.

Mais informações podem ser obtidas diretamente na secretaria da instituição, situada na Avenida Hygino Muzzi Filho, n.º 529 ou pelo telefone (14) 2105-0803.

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **Mediação e gestão de conflitos escolares**

Do ponto de vista do compliance escolar, poucas escolas no Brasil sabem efetivamente fazer a mediação e gestão de conflitos. A conclusão é fruto de análise das informações disponíveis nas cortes de justiça, no noticiário crescente de incidentes nas escolas e nos retornos obtidos junto aos participantes de ações que buscam enfrentar esta questão. Sejam públicas, sejam privadas, gestores e educadores fazem atendimento aos pais e alunos para a resolução de conflitos emergenciais. Infelizmente, isso demonstra que, na maior parte do tempo, os coordenadores e orientadores estão, literalmente, apagando incêndios, reclamando da falta de paz no trabalho, afirmando categoricamente que ganham muito pouco para sofrer tanta pressão dos pais e dos superiores hierárquicos.

Dúvidas muito importantes para lidar com a questão ficam em aberto. De quem é a culpa dos incidentes, acidentes, bullying e cyberbullying que ocorrem dentro das instituições de ensino por atos negligentes, imprudentes ou imperitos? Quem é o responsável por implementar medidas preventivas dentro do colégio, escola ou universidade?

Embora a resposta possa ser óbvia, o fato é de que gestores desconhecem os conceitos básicos de compliance e sequer sabem o que é mediação e gestão de conflitos. Mesmo agora quando as normas escolares estabelecem de alguma maneira atribuições e níveis de responsabilidade e, a interpretação conjunta de leis e estatutos constituem instrumentos para a necessária atuação conjunta família e escola para a melhor educação aos jovens.

No âmbito privado, parte muito ínfima de escolas implantou departamento de compliance, ou não tem setor específico para a mediação de conflitos. Por experiência, 95% das escolas gastam tempo, dinheiro, recursos e reputação em ser um tipo de bombeiro. Sem diagnóstico e adoção de medidas preventivas, diretores, colaboradores e professores continuarão a sofrer os mesmos problemas, mas com alunos e famílias diversas.

Para enfrentar a situação, é necessária análise sobre os incidentes. Os dados vão permitir a adoção de estratégias de mediação e conciliação, que sempre estão juntas porque são muito diferentes entre si. Mediar é uma forma de solução de conflitos multidimensionais ou complexos no qual uma terceira pessoa, neutra e imparcial, facilita o diálogo entre as partes, para que elas construam, de forma autônoma e solidária a melhor solução para o impasse.

A mediação é um procedimento estruturado, não tem um prazo definido para o término

e pode terminar ou não em acordo, pois as partes têm autonomia para buscar soluções para compatibilizar seus interesses e necessidades. A conciliação é um método de solução de conflitos simples, no qual o terceiro facilitador pode adotar uma posição ativa, porém neutra com relação ao conflito. É um processo consensual mais célere, que busca uma efetiva harmonização social e a restauração, da relação social entre as partes envolvidas.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES**

### **Para garantir a vaga**

### **Sisu e SisUnB serão as primeiras seleções do ano que vão permitir o acesso a instituições públicas de ensino superior**

Em duas semanas, os alunos que sonham em ingressar em uma instituição pública de ensino superior do Brasil terão a oportunidade de se inscrever de forma gratuita em dois programas de seleção. Entre 22 e 26 de janeiro, quem fez o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou a 3ª etapa do Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília (PAS/UnB) em 2018 poderá concorrer a vagas em universidades por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) ou do Sistema Informatizado de Seleção para os Cursos de Graduação da UnB (SisUnB).

O Sisu, programa do Ministério da Educação (MEC), vai oferecer 235.476 vagas neste primeiro semestre. Das 129 instituições de ensino superior públicas do país que participam do sistema, três são do Distrito Federal: a Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e a UnB. A Escs vai oferecer 160 vagas para enfermagem e medicina (80 para cada graduação), enquanto o IFB disponibilizará 1.032 em 21 disciplinas. A UnB será a instituição do DF que mais vai receber estudantes por meio do sistema: serão 1.988 vagas para 89 cursos.

No Sisu, será avaliado o desempenho do candidato no Enem do ano passado. Alunos que obtiveram nota zero na redação não poderão se inscrever. O prazo para se cadastrar no portal do programa começa em 22 de janeiro. Para isso, o candidato precisa apenas de seu número de inscrição e senha cadastrados no Enem de 2018. Depois disso, ele deve escolher, por ordem de preferência, até duas opções de curso entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes do Sisu e definir se deseja concorrer a vagas de ampla concorrência, a vagas reservadas de acordo com a Lei de Cotas, ou a vagas destinadas às demais políticas afirmativas das instituições.

Ao fim da etapa de inscrição, em 25 de janeiro, o sistema selecionará automaticamente os candidatos mais bem classificados em cada curso, de acordo com suas notas no Enem e eventuais ponderações (pesos atribuídos às notas ou bônus). O resultado da chamada regular será divulgado em 28 de janeiro. Entre 30 de janeiro e 4 de fevereiro, os alunos devem efetuar a matrícula na instituição e, desta forma, confirmar a ocupação da vaga. Caso a nota do candidato possibilite a classificação em suas duas opções de vaga, ele será selecionado exclusivamente em sua primeira opção.

Os candidatos que não forem escolhidos nesta etapa do processo seletivo poderão integrar de uma lista de espera. Para isso, os alunos precisam acessar a página do Sisu na internet, entre 28 de janeiro e 4 de fevereiro, e manifestar interesse. Havendo vaga disponível, a convocação dos candidatos para realização das matrículas será feita pela instituição, em 7 de fevereiro.

## Expectativa

Desde 2017, a UnB também adota um sistema semelhante, o SisUnB, que, em 2019, vai oferecer 4.222 oportunidades— 2.112 vagas para o primeiro semestre e 2.110 para o segundo semestre. Assim como no programa do MEC, os interessados devem se atentar aos prazos. Em 23 de janeiro, será disponibilizada a consulta individual de desempenho dos participantes da 3ª etapa do PAS de 2018, com os argumentos mínimos e máximos por sistema, câmpus, curso e turno, de acordo com as pré-opções dos candidatos, feitas no ato de inscrição da prova.

Entre 25 e 26 de janeiro, os participantes poderão acessar o portal do sistema e alterar, se desejarem, sua pré-opção de câmpus, curso e turno. Se isso não for feito, o sistema entenderá que o candidato quer continuar com a opção escolhida no ato da inscrição. No SisUnB, o candidato não poderá modificar o sistema de concorrência.

Ainda não foi definida a data em que a UnB divulgará o resultado dos candidatos selecionados. De qualquer forma, os alunos contemplados precisarão efetivar o registro na universidade por meio da internet e em algum posto da Secretaria de Administração Acadêmica da UnB e apresentar a documentação prevista no edital.

Recém-formada no ensino médio, Safyra Barbosa, 17 anos, tentará a sorte nos dois programas. O seu objetivo é estudar medicina, que no SisUnB é a graduação mais concorrida, com uma demanda de 56,27 candidatos por vaga. “É um curso que eu sempre sonhei em fazer. Acho uma profissão muito bonita. Ajudar os outros é gratificante”, justifica. Quando se inscrever no Sisu, ela escolherá nutrição como segunda opção de curso. Além disso, Safyra não descarta estudar em outra unidade da Federação.

Já André Santana, 21, quer priorizar as instituições do Distrito Federal. Ele vai usar a nota do último Enem para tentar uma vaga em psicologia ou história. “Estou atento aos prazos do Sisu. Não quero desperdiçar essa oportunidade, pois são dois cursos com que eu me identifico bastante. Estou confiante de que posso ser selecionado”, comenta.

## Fique atento

Confira os prazos de cada uma das seleções

### Sisu

Site da plataforma: [sisu.mec.gov.br](http://sisu.mec.gov.br)

18/1 — Divulgação dos resultados individuais

22/1 a 25/1 (até as 23h59) — Período de inscrições\*

28/01 — Resultado da chamada regular

28/1 a 4/2 — Prazo para participar da lista de espera

30/1 a 4/2 — Matrícula da chamada regular. Deverão ser observados os dias, horários e locais de atendimento definidos a cada instituição em seu edital próprio

7/2 — Convocação dos candidatos em lista de espera pelas instituições a partir desta data

### SisUnB

Site da plataforma: [www.cespe.unb.br/pas](http://www.cespe.unb.br/pas)

23/1 — Resultado final das questões do tipo D e da prova de redação. Divulgação do

relatório com argumentos mínimos e máximos de sistema, câmpus, curso e turno, conforme pré-opção da inscrição 25/1 (a partir das 8h) e 26/1 (até as 19h) — Alteração da pré-opção de câmpus, curso e turno

\* Quem quiser se inscrever para a UnB deve acessar o link [www.cespe.unb.br/concursos/ACESSOSISU\\_19\\_1](http://www.cespe.unb.br/concursos/ACESSOSISU_19_1), entre as 2h de 22 de janeiro e as 2h de 25 de janeiro

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Nova lei permite falta na escola por motivo religioso**

O presidente Jair Bolsonaro sancionou lei que permite alternativas para alunos que deixam de comparecer a aulas ou provas por motivos religiosos. A determinação não será aplicada em instituições de ensino militares. As escolas, públicas e privadas, terão prazo de dois anos para se adequar à medida. A lei beneficia todas as crenças religiosas.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - EDITORIAL**

### **Dameres defende intervenção na decisão do estudante no Enem**

#### **Para a ministra, o Estado deveria evitar que o aluno se afastasse da família ao optar por uma faculdade**

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, pastora Dameres Alves, saiu do anonimato ao ser nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro, e, pelo fato de a nova pasta tratar de uma série de questões sensíveis, logo ganhou espaço no noticiário.

Eloquente, Dameres passou a ter destaque por algumas declarações polêmicas. Segundo ela, "frases soltas". A de maior repercussão até agora saiu de um vídeo gravado após a posse, em que a ministra, em tom de comemoração, e aplaudida por apoiadores, anunciou, sorrindo: "Atenção, atenção, é uma nova era no Brasil! Menino veste azul, e menina veste rosa!"

As redes sociais, por inevitável, repercutiram com intensidade o que pareceu mesmo ser uma brincadeira, embora carregada de visão conservadora dos costumes, uma das marcas do governo Bolsonaro. Como os ânimos político-partidários continuam belicosos, o tráfego de mensagens e tuítes foi intenso.

Entrevistada na edição de quinta à noite do "Jornal das 10", da Globo- News, a articulada Dameres teve tempo para defender sua visão à direita e explicar posições que já assumiu. Um dos assuntos tratados foi o cuidado que seu ministério terá com a preservação dos laços familiares. Com esta preocupação, Dameres, anteriormente, chegara a criticar o sistema do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que permite ao estudante optar por faculdades fora da região em que mora.

Na entrevista, ela se preocupou em afastar a ideia de que o governo estaria prestes a intervir no exame, para evitar a ruptura de laços familiares. Mas insistiu que o governo, "sem nada impor", poderia, por meio de alguma política pública, ajudar a manter o estudante perto da família.

No aspecto prático, é impossível imaginar como isso seria feito sem prejudicar o jovem. Na verdade, a saída da casa dos pais é parte de um rito de amadurecimento. A matrícula em uma universidade em outra região é, em muitos países, como os Estados Unidos,

algo almejado pelas próprias famílias.

Difícil imaginar que um jovem do Amapá, aprovado no Enem, não fique feliz, com a família, por conseguir, pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), vaga na UFRJ, por exemplo. A ministra parece conceber um mundo inexistente.

Fica evidente, ainda, o risco, no governo Bolsonaro, de intervenções descabidas do Estado em assuntos privados. Por sinal, o mesmo perigo que a sociedade correu com o lulopetismo. Mudam apenas as cores: sai o vermelho e entram o verde e o amarelo.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### Novos métodos

#### Primeiras mudanças no MEC preocupam educadores

As primeiras movimentações da nova gestão do Ministério da Educação (MEC) têm deixado especialistas receosos sobre os rumos da pasta. As nomeações feitas pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez para as secretarias do órgão alarmaram educadores pela inexperiência dos escolhidos. A pasta incluiu no pacote de prioridades para os cem dias de gestão Bolsonaro uma ação na área de alfabetização: banir métodos globais, que costumam ser associados à teoria construtivista de desenvolvimento cognitivo, para promover o método fônico.

Segundo educadores, até agora o perfil que se desenha para o órgão mostra um desvio de foco dos problemas centrais da área para uma cruzada contra o que o governo chama de "doutrinação ideológica". Procurada, a assessoria do ministro afirmou que ele só dará entrevistas sobre a pasta a partir do dia 14 deste mês.

Um dos nomes que irão compor o novo time do MEC, Murilo Resende Ferreira foi indicado pelo movimento "Escola sem Partido" para a Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Enem. Doutor em Economia, ele já chamou professores de manipuladores. Dos seis secretários anunciados por Vélez anteontem, ao menos três foram seus alunos e não têm formação ou experiência na área em que atuarão.

Interlocutores do ministro minimizam o fato de eles serem "novatos", dizendo que não trazem vícios. —Há a necessidade de tomar decisões com base em evidências para perceber o que potencializa o aprendizado. Isso exige conhecimento sobre educação, gestão e sistema educacional. Sem isso, tomaremos decisões com base em valores pessoais e crenças — crítica a educadora Anna Penido, diretora do Instituto Inspirare, acrescentando que a formação e a valorização do professor são os maiores desafios.

### ALFABETIZAÇÃO

Os professores foram alvo de críticas contundentes por parte do novo diretor do Inep. Em uma audiência no Ministério Público Federal sobre "Doutrinação político-partidária no sistema de ensino", em 2016, Ferreira definiu a categoria como "gente que não quer estudar de verdade". Para Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação, o MEC deve fazer uma escolha consciente sobre o que mais importa para melhorar a educação do país:

—A corrida começou agora para esse time. Eles podem ouvir quem tem experiência e

fazer uma gestão voltada para a aprendizagem. Ou escolher caminhos sem evidência de eficácia, o que atrasaria a garantia de oportunidades para os brasileiros. A questão ideológica também aparece na opção por um método específico de alfabetização para ser o carro-chefe da área.

Carlos Nadalim, mestre em Educação que assumirá a Secretaria de Alfabetização, é um defensor do método fônico. Nele, a aprendizagem começa nas letras e sílabas até chegar às palavras. Nos métodos globais, que se aproximam do construtivismo, o caminho costuma ser o inverso, partindo de textos para chegar às letras e sons, focando na compreensão da leitura.

Entre a equipe, há a opinião de que as técnicas construtivistas têm caráter "ideológico". No Brasil, em geral, adota-se essa abordagem, mas não há regra. Para especialistas, a combinação de técnicas com alfabetizadores bem formados é o mais importante. — Não faz sentido falar em um método versus o outro. O aluno precisa aprender a palavra e associar isso à leitura — afirma Angela Klein, doutora em Linguística pela Unicamp.

Maria Helena de Castro, ex-secretária- executiva do MEC no governo Temer, explica que os métodos fônicos têm sido usados em países como Austrália e Holanda. Finlândia e Canadá adotam uma linha mais construtivista: — Depende mais do preparo de professores e do acesso a bons materiais.

Falta por motivos religiosos

O presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei que permite a alunos faltar a aulas ou provas por motivos religiosos, desde que com aviso prévio. O ato foi publicado no Diário Oficial da União de ontem, e a lei entra em vigor em até 60 dias. "É assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades", diz o texto, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e foi aprovado no final do ano passado pela Câmara dos Deputados.

A nova lei beneficia, entre outros, os adventistas e os judeus ortodoxos, que consideram o sábado um dia sagrado e, por isso, enfrentavam dificuldades para realizar o Enem, na época em que a prova era aplicada aos sábados. As instituições de ensino deverão oferecer ao estudante uma das seguintes opções, sem custo extra para o aluno: prova ou aula de reposição, trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - OPINIÃO

### Assim é se lhe parece

Durante a Primeira Guerra Mundial, o dramaturgo italiano Luigi Pirandello escreveu a peça "Assim é se lhe parece" com a intenção de demonstrar, entre outras coisas, que não existem verdades absolutas e sim pontos de vista diversos. Parece incrível que, um século depois, ainda há gente querendo impor suas verdades como se fossem dogmas irrefutáveis.

Durante a última campanha eleitoral, o que não faltou foram falsas verdades para desmoralizar adversários e confundir a opinião pública. Ainda hoje, continuam circulando textos doutrinários postados por quem não digeriu a derrota e um repertório

de mensagens debochadas dos que permanecem excitados com a vitória do seu candidato.

Acho que chegou a hora de dar um basta a essas posturas revanchistas e olhar a realidade com mais sensatez. Estou seguro de que neste momento a isenção político-partidária nos levará a melhor compreender o que de fato está acontecendo no país. Os discursos contundentes e controversos do novo governo exigem especial atenção para compreender os rumos que estão sendo tomados.

Em regimes democráticos, não dá para se submeter a qualquer espécie de imposição e muito menos ao constrangimento de ver tolhida a livre expressão do pensamento. Em geral, governantes com perfil autoritário não costumam tolerar quem não compartilhados seus ideais restritos. Ao afirmar que livrou o país das amarras ideológicas de governos passados, o presidente adota, contraditoriamente, uma postura ideológica.

A promessa de governar para todos poderá esbarrar nos rígidos princípios culturais e comportamentais defendidos euforicamente pelo presidente e alguns dos seus ministros. Afinal, tal forma de pensar se choca com o modo de agir de uma expressiva parcela da população refratária a preconceitos de qualquer espécie.

Nesse sentido, basta observar as posturas ortodoxas defendidas pelos ministros da Educação; das Relações Exteriores; do Meio Ambiente; e da Mulher, Família e Direitos Humanos. Em seus pronunciamentos fica evidente uma perspectiva ideológica contrária aos avanços culturais do mundo globalizado e uma nítida negação às conquistas comportamentais da sociedade contemporânea.

Ao agregar no Ministério da Cidadania o Desenvolvimento Social, o Esporte e a Cultura, teme-se que a dotação orçamentária da área cultural não contemple as suas verdadeiras necessidades. Preocupa-nos saber que a Lei Rouanet, que vigora desde o governo Collor e tem contribuído para o desenvolvimento cultural da nossa sociedade, corre o risco de ser mutilada por não gozar da simpatia pessoal do presidente da República.

Também causa preocupação a ladainha em defesa de comportamentos pseudomoralistas. Felizmente, a história mostra que a hipocrisia e as posturas farisaicas não resistem a certos fatos que emergem de onde menos se espera. Explicações sobre atitudes escusas envolvendo pessoas ligadas ao presidente e seus familiares —me refiro especificamente ao caso do amigo citado no relatório do Coaf —não podem ser esquecidas ou varridas para debaixo do tapete.

Ganhar as eleições pode ter sido fácil, porém governar uma nação com contrastes sociais, culturais e econômicos tão complexos quanto os nossos, há que se reconhecer que é uma tarefa bem mais difícil do que se possa imaginar. O grande apoio recebido de parte do eleitorado não confere aos novos governantes o direito de acenar com um modelo absolutista de poder.

Como o mandato apenas se inicia, é de bom tom desejar boa sorte ao novo presidente e dele esperar o que de melhor tenha a oferecer à população brasileira. A princípio, pode parecer uma meta ambiciosa, já que a retórica utilizada em suas primeiras manifestações

mantém a agressividade adotada durante a campanha eleitoral. Apesar da perplexidade diante de tais manifestações, anseio por um clima de paz e a harmonia que contemple, sem discriminação, os diferentes extratos da nossa sociedade.

topo ↕

## **ISTOÉ DINHEIRO - SP - ENTREVISTA**

**Sem investimento em educação, a corrupção não vai acabar**

**Fundador do grupo que fatura mais de R\$ 1 bilhão por ano, com 170 mil alunos, Janguê Diniz quer liderar a transformação no ensino com o apoio do novo governo**

Entrevista: Janguê Diniz, presidente do conselho de administração do Ser Educacional

Janeiro é mês de férias para os 170 mil alunos do grupo Ser Educacional — mas não para seu fundador, o empresário Janguê Diniz. Nas próximas semanas, ele irá pedir um tempo nas partidas de vôlei de praia, um de seus hobbies, para se encontrar com a equipe do presidente Jair Bolsonaro (PSL), a quem levará uma proposta transformadora para o Financiamento Estudantil (Fies). O programa do governo, que chegou a firmar 733 mil contratos em 2014, encolhe gradativamente desde 2015. Em 2018, apenas 80,3 mil alunos conseguiram o financiamento. “O Fies, da forma como é hoje, vai acabar”, diz Janguê Diniz. “Tem que haver uma reformulação geral do programa.” Ele vê com bons olhos o governo de Bolsonaro e acredita que, na economia, o “pior já passou”.

Nascido em Santana dos Garrotes, sertão da Paraíba, o empresário, escritor, mestre e doutor em Direito, teve de trabalhar desde cedo. Aos oito anos, era engraxate. Dos dez aos 14, foi caixeiro-viajante, balconista em lojas de roupas, garçom e office-boy. Em 1983, foi aprovado no vestibular para Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ainda no quarto ano do curso, ele montou uma empresa de cobrança, iniciando uma trajetória de empreendedorismo que o acabaria levando à criação do Ser Educacional. O grupo congrega hoje 45 universidades e irá implementar mais 30 nos próximos dois anos. “A educação transforma vidas, histórias e destinos. E transformou a minha”, diz ele.

**DINHEIRO** – O CNE (Conselho Nacional de Educação) aprovou a liberação de 20% da carga horária do ensino médio diurno e de 30% do ensino médio noturno para educação a distância (EAD). Com a eleição de Jair Bolsonaro, a tendência é que outros projetos do tipo sejam aprovados, já que uma das propostas do novo presidente é implementar o ensino a distância a partir do nível fundamental. Qual sua opinião?

**DINIZ** – Precisamos pensar o EAD como uma realidade não apenas para a educação superior, onde isso já é factível. Nós já temos 22% dos alunos do ensino superior cursando a distância. E esse número deve dobrar até o fim de 2024, quando chegaremos a 50% no País inteiro. Temos que transportar isso para o ensino básico. Usar o apoio da tecnologia é essencial para desenvolver qualquer segmento. Isso é uma tendência mundial. Se pensarmos que cirurgias já podem ser realizadas por grandes profissionais da medicina por meio de conferências por vídeos, fica fácil entender que o papel do EAD é essencial no acesso à educação. Crianças que moram em cidades longínquas, que levam horas para chegar a escola, teriam mais oportunidades com o ensino a distância. Essas crianças já chegam às escolas cansadas devido às longas jornadas de traslado. Esse, inclusive, é um dos fatores que explicam o baixo índice de aprendizagem. Sou plenamente favorável ao ensino a distância em qualquer nível da educação, seja no básico, no superior ou na pós-graduação.

DINHEIRO – Mas como implementar o EAD para o ensino público num país onde apenas metade da população (54%) tem acesso à internet em casa? Além disso, a banda larga no Brasil é de baixa qualidade e as zonas de cobertura estão concentradas nas grandes metrópoles.

DINIZ – Assim como tantos outros setores do País, é preciso investimentos para que a internet seja acessível a todos. Entretanto, não podemos fechar os olhos para os avanços tecnológicos e de infraestrutura que já tivemos. A cada ano, temos mais pessoas com acesso à internet e aos computadores. É possível pensar em programas de inclusão tecnológica que permitam elevar esse número, investir em equipamentos para escolas e bibliotecas públicas. Hoje, 22% do ensino superior já é realizado a distância. Se o ensino superior pode, por que o básico não?

“Combater a corrupção é a principal alternativa para que o dinheiro chegue ao seu destino correto” – Segundo último relatório da OCDE, o Brasil investe 5,5% do PIB em educação, mais que países como EUA (5,4%) e Alemanha (4%)

DINHEIRO – O Brasil tem um sério problema de evasão escolar: 41,5% dos jovens de até 19 anos não concluem o Ensino Médio. Muitos desistem para ajudar nas despesas de casa e passam a trabalhar em idade precoce. Como reter esse aluno na escola?

DINIZ – Existem inúmeros motivos que fazem os alunos abandonar a escola. Com a crise econômica que o Brasil vive, trabalhar para ajudar nas despesas de casa é uma delas. Entretanto, há outros problemas no ambiente escolar. A desmotivação do aluno é um dos mais preocupantes. É um fato rotineiro detectado por profissionais de todas as áreas da educação e em diferentes níveis de ensino.

DINHEIRO – Qual é o papel do professor nisso?

DINIZ – O papel do professor também é estar atento a isso. É fundamental compreender o que vem a ser a motivação do aluno e como isso se constrói. Determinados alunos apresentam grande dificuldade em interagir com certas atividades, outros apresentam resistência total a adquirir conhecimentos, se isolando dos demais colegas e se negando a participar das atividades propostas. O que também existe é a desmotivação do próprio professor, por conta da falta de infraestrutura e de reconhecimento.

DINHEIRO – O professor é desvalorizado no Brasil atualmente?

DINIZ – É lamentável dizer que sim, principalmente no ensino básico. É preciso garantir melhores condições de trabalho aos professores, com infraestrutura, bons salários e capacitação. O professor é, de longe, a profissão mais importante que existe, visto que sem ele não haveria nenhuma outra. Por conta da desvalorização desses profissionais, as grandes cabeças não querem mais ensinar.

DINHEIRO – Ensino em tempo integral poderia ser a solução?

DINIZ – É uma das soluções, mas existem inúmeras outras alternativas que passam pela melhoria da infraestrutura, implantação da meritocracia para professores e gestores, melhoria dos salários e informatização das escolas. A escola integral é uma alternativa desde que bem executada. Não adianta falarmos em aumentar os investimentos em

educação se o valor destinado não for bem utilizado. Somos um dos poucos países no mundo que investe 5,5% do PIB em educação, o problema é que esse valor não chega ao seu fim por conta da corrupção. E sem investimento em educação, a corrupção não vai acabar. Um dos livros que eu escrevi se chama “Falta de Educação Gera Corrupção”. Nele eu mostro que é cientificamente comprovado que quanto menor o índice educacional de um país, maior é a taxa de corrupção. Ou seja, combater a corrupção é a principal alternativa para que o dinheiro chegue ao seu destino correto.

DINHEIRO – O movimento Escola sem Partido luta contra a “doutrinação ideológica” no ensino, mas ele em si é um movimento político e também ideológico. Como você vê isso?

DINIZ – Esse debate sobre o Escola sem Partido não é novo. Acho que esse movimento deveria ter outro nome. Particularmente, sou a favor da liberdade de expressão de alunos e professores, desde que seja feita com respeito, ética e moral. Acredito que o ambiente escolar é também um espaço para troca de ideias e opiniões. O professor deve ter o direito de expor a sua opinião em sala de aula, mas também tem a responsabilidade de ouvir os alunos, que podem concordar ou não com seu ponto de vista. O debate produtivo engrandece o ensino e estimula a democracia.

DINHEIRO – A Coreia do Sul é um grande exemplo de transformação de um país por meio do investimento em educação. Hoje, o cargo de professor é um dos mais importantes na sociedade sul-coreana. O Brasil pode fazer algo parecido?

DINIZ – A Coreia do Sul é geralmente lembrada como exemplo de país cujo sistema educacional deu certo. Há cinco décadas, eles tinham um problema tão grave quanto o do Brasil e, além disso, passavam por uma sangrenta guerra civil. Mas conseguiram se destacar ao longo dos anos, o que aconteceu por diversos motivos. Primeiro, eles tornaram todo o ensino básico obrigatório. Dados apontam que 97% dos jovens concluem o ensino médio por lá. Eles também diminuíram radicalmente a corrupção e valorizaram os docentes com a implantação de meritocracia. Melhoraram a infraestrutura das escolas com ferramentas tecnológicas educacionais. Tudo isso fez com que a Coreia do Sul desse um salto enorme. Hoje, a cada dez alunos que se formam no ensino básico do país, nove chegam ao ensino superior. No Brasil, apenas 1,7 de cada dez alunos chega ao ensino superior. E é incrível pensar que a Coreia do Sul atingiu esses índices com a mesma porcentagem do PIB que o Brasil destina a educação: 5%. A grande diferença é que na Coreia do Sul o sistema priorizou a educação primária. Só quando os índices desta chegaram ao topo, o governo passou a destinar recursos para o segundo e terceiro graus. Hoje, os valores gastos com o ensino básico sul-coreano somam quase três vezes o brasileiro: são US\$ 9,3 mil por aluno ao ano contra US\$ 3,8 mil no Brasil, de acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nós precisamos nos modelar nos países de sucesso para conseguir resolver os problemas no Brasil. “É muito mais barato financiar vagas nas instituições particulares via bolsas, como o Prouni, ou o Fies” – Em 2018, o Ministério da Educação ofereceu 100 mil vagas do Fies. Apenas 83 mil foram preenchidas

DINHEIRO – Em 2018, as ações das empresas de educação listadas na Bolsa tiveram perdas significativas. O Ser Educacional, por exemplo, perdeu metade de seu capital na Bolsa. O que explica isso?

DINIZ – Existem inúmeros motivos para as movimentações da Bolsa. Alguns deles são a crise econômica e o alto índice de desemprego. Sem emprego, as pessoas não conseguem estudar. Em 2018, podemos falar sobre a falta de confiança dos investidores na economia brasileira devido às incertezas políticas. Por conta disso, os investidores tiraram dinheiro do Brasil, o que acabou derrubando as ações. A crise do Fies também afetou. Mas estamos esperançosos que em 2019 as ações vão melhorar por conta do combate à crise econômica, da regularização da questão política, da diminuição da corrupção e da melhoria da crise jurídica. Estou muito esperançoso com o novo governo.

DINHEIRO – Há uma onda de fusões e aquisições no mercado de educação. O Ser Educacional esteve próximo de fechar negócio com a Estácio. Até que ponto esse movimento é saudável?

DINIZ – Eu acho que a consolidação de qualquer setor é muito saudável. Isso não quer dizer diminuição da qualidade, muito pelo contrário. Os grandes grupos cada vez mais têm implementado soluções tecnológicas modernas. O Ser Educacional está fazendo uma grande revolução tecnológica digital que vai nos ajudar a melhorar a qualidade da educação de nossos alunos. Os grandes grupos têm ajudado e muito a melhorar a educação do Brasil.

DINHEIRO – Que tipo de inovação o grupo está desenvolvendo?

DINIZ – Criamos a Overdrives, que é um grande centro de inovação dentro do grupo. Cada unidade do Ser aqui em Recife (PE) terá o seu centro de criatividade, onde alunos, professores e colaboradores poderão trazer ideias para que possamos impactar a vida dos alunos e da sociedade. Vamos investir em startups. A Accenture está há mais de um ano implantando toda a transformação digital do Ser Educacional. A partir de 2019, deixaremos de ser uma empresa educacional transmissora de conhecimento e nos tornaremos uma empresa de tecnologia digital transmissora de conhecimento. Nós queremos, com isso, mudar o modo de ensinar e de aprendizagem dos nossos alunos pelo País.

DINHEIRO – Em 2015, o programa de financiamento estudantil do governo começou a ruir, afastando milhares de estudantes das universidades brasileiras. Qual é a importância do Fies para a educação brasileira?

DINIZ – O Fies promove inclusão educacional e, como consequência, a melhoria socioeconômica da população. É dever do Estado prover educação ao seu povo. Qualquer país do mundo só sai de um estágio de subdesenvolvimento para desenvolvimento através da educação, desde a básica até a superior. E é muito mais barato financiar vagas nas instituições particulares via bolsas como o Prouni ou financiamento como o Fies. Em 2018, o MEC só ofereceu 100 mil vagas do Fies. Apenas 83 mil foram preenchidas. Isso acontece por conta de diversas questões: rigidez, burocracia, e renda mínima alta demais para participar do programa. Com as mudanças das regras, aliadas ao período de recessão que o Brasil tem enfrentado, o número de vagas ociosas tem sido muito alto. Isso levou à decadência do Fies, um programa de suma importância para a inclusão educacional no nível superior.

DINHEIRO – E o que pode ser feito para que esse quadro seja revertido?

DINIZ – É preciso haver uma reformulação geral da educação. O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, do qual eu sou presidente, enviará ao governo de Jair Bolsonaro uma sugestão de reformulação do programa para que haja a participação de três atores: governo, das próprias instituições e dos alunos. A função do governo será ampliar e flexibilizar as regras. As instituições superiores privadas serão encarregadas de oferecer descontos, que serão abatidos nas mensalidades dos alunos. E os candidatos terão de se comprometer a pagar um percentual do valor financiado a cada mês. Um percentual pequeno, mas que vai ser importante para que o próprio sistema seja retroalimentado. Nós iremos levar essas sugestões para o governo de Jair Bolsonaro ainda em janeiro.

topo ↕

## **ISTOÉ DINHEIRO - SP - SUSTENTABILIDADE**

### **Ensino estadual tem leve melhora em São Paulo**

Segundo dados do Saesp, avaliação anual das escolas estaduais de São Paulo, o ensino no estado teve leve melhora no último ano. Houve avanço em Português, mas Matemática ficou empacada. Além disso, a qualidade retrocedeu no fundamental e estagnou no ensino médio. Comparada à avaliação de 2017, Língua Portuguesa no ensino médio melhorou 4,3 pontos (de 274,5 para 278,8. Matemática se manteve praticamente igual: 278,6 contra 278,3, na mesma base de comparação. No ensino fundamental, a média geral em Português foi de 230,9 pontos. Já em Matemática, foi de 238,2. Os dados foram divulgados no final de dezembro pelo então governador Márcio França (PSB). Foi a primeira vez que as notas saíram no mesmo ano da aplicação dos testes.

topo ↕

## **ISTOÉ - SP - BRASIL**

### **Até onde vai o choque cultural**

### **A aprovação de leis que representariam uma volta atrás nos costumes, como a censura nas escolas, tem o respaldo de parte da sociedade, mas pode esbarrar nos direitos garantidos na Constituição**

Boa parte do eleitorado brasileiro colocou Jair Bolsonaro na presidência da República por acreditar que, sob seu comando, o Brasil viverá sob os auspícios de uma agenda conservadora. Ao longo da campanha, a militância bolsonarista nas redes sociais aplaudiu cada vez que o candidato defendeu coisas como o Escola Sem Partido — movimento que deseja impedir a “doutrinação política e ideológica nas escolas” —, declarou-se contrário à descriminalização do porte de drogas ou do aborto ou fez alusões discriminatórias à população LGBT. A escolha da pastora Damares Alves — dona de posições polêmicas, como a de que lugar de mulher é em casa — para ocupar o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, e de Ricardo Rodríguez, partidário do Escola sem Partido, para o Ministério da Educação, reforçaram a expectativa de que o conservadorismo irá preponderar.

A história ensina, porém, que sociedades não andam para trás ou para frente do ponto de vista cultural de uma hora para outra, tampouco de uma vez só. Transformações desse teor ocorrem ao longo de séculos ou, dependendo do que propõem, morrem logo depois de nascer porque não ultrapassam barreiras contrárias. No Brasil, o momento é de total fragmentação social. Os escândalos de corrupção, a decepção com o sistema político, a violência e a desgraça financeira produzida por uma recessão de três anos formaram um caldeirão dentro do qual metade da população é água e a outra metade, azeite.

Os eleitores que levaram Bolsonaro à presidência entendem que a solução para acabar com a depressão nacional é voltar-se para valores tradicionais, como a manutenção da família nos moldes pai-mãe-filhos, estimular a prática religiosa e os princípios que dela advêm — a proibição do aborto entre eles. Do ponto de vista cultural, significa rechaçar princípios consolidados em outras sociedades, como os de não permitir a censura e o de autorizar que os indivíduos decidam o que fazer com o próprio corpo. Entre os que defendem e os que são contrários a isso tudo existe uma malha social composta por entidades civis e representações políticas que medirão forças para ver quem impõe o quê. Na avaliação de estudiosos, apesar da estridência dos grupos que apoiam as pautas bolsonaristas, não há no País um ambiente propício à sua instalação simples e rápida, como pensam muitos. “Ainda não há espaço suficiente para isso”, afirma o filósofo Roberto Romano da Silva, professor da Universidade Estadual de Campinas. “A não adoção de medidas retrógradas também dependerá da inteligência e da mobilização dos setores progressistas.” Romano cita como exemplo o arquivamento, na Câmara, do projeto de lei que propunha a instalação do Escola Sem Partido. Depois de reuniões obstruídas pela oposição, os deputados deixaram o assunto para a próxima legislatura.

Acima disso, está a Constituição. Grande parte das propostas conservadoras possibilita a discussão sob sua ótica. Por se tratar de uma legislação ampla e de preceitos que garantem a pluralidade de concepções, é a ela que recorrem os insatisfeitos. “A Constituição é abrangente”, explica Marcelo Figueiredo, especialista em Direito Constitucional, da PUC/SP. “Por isso, é grande a possibilidade de judicialização dessas questões.” De fato, está na pauta do Supremo Tribunal Federal, responsável por analisar os casos que envolvam dúvidas sobre a constitucionalidade de medidas, o julgamento de alguns dos temas. Em fevereiro, o STF vota a ação que pede a criminalização da homofobia e, em junho, a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal. A discussão sobre a descriminalização do aborto não tem data para ser retomada, após ser debatida em audiências públicas, em agosto. Também está no STF a polêmica do Escola Sem Partido. Os ministros adiaram a votação de uma decisão do juiz Luis Roberto Barroso suspendendo a lei que instituía o programa em Alagoas. Como se vê, não vai ser tão fácil fazer o Brasil retroceder nos costumes.

“Ainda não há espaço no País para a instalação simples e rápida de medidas retrógradas” Roberto Romano da Silva, filósofo, professor da Unicamp (SP)

## POLÊMICAS À VISTA

### Descriminalização do aborto

Está em discussão no STF ação que pede a revisão dos artigos 124 e 126 do Código Penal, que criminalizam o procedimento

### Descriminalização do porte de drogas

Em junho, o assunto estará na pauta do STF

### Escola sem Partido

O julgamento de ação pedindo a suspensão do projeto em Alagoas foi suspenso pelo STF. Na Câmara, projeto de lei sobre o tema foi arquivado, mas deve voltar à discussão com o início do novo ano legislativo

topo ↕

## FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

### Com possível fusão, curso de mestrado do Iapar também pode ser extinto

A fusão em uma única empresa dos serviços prestados pelo Iapar (Instituto Agrônômico do Paraná), Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), Codapar (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná) e CPRA (Centro Paranaense de Referência em Agroecologia), conforme interesse do novo governo estadual, ameaça gerar mais um prejuízo para a instituição de pesquisa sediada em Londrina.

O temor é que o curso de mestrado em Agricultura Conservacionista, criado há cinco anos no Iapar, possa ser fechado, o que traria diversos prejuízos acadêmicos e também relacionados às pesquisas da instituição. De 2015 (quando aconteceram as primeiras defesas) até ano passado, foram 44 mestres formados, mais 31 em finalização atualmente e perspectiva de outros 21 no processo seletivo de 2019.

Segundo o pesquisador do Iapar, Deoclécio Domingos Garbuglio, que até o dia 31 de dezembro respondia como coordenador do mestrado, o rearranjo organizacional que pode passar a vir de Curitiba, associado às alterações de CNPJ com a possível nova empresa criada podem influenciar na continuidade do curso. "Possíveis alterações de CNPJ podem significar para a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), órgão que autoriza e regula os cursos de pós-graduação no País, o entendimento de que o funcionamento do mestrado estaria ligado a uma instituição que deixou de existir, não sendo possível a manutenção da autorização de funcionamento", explica ele.

Garbuglio ressalta os benefícios que o mestrado trouxe para o Iapar ao longo dos últimos cinco anos. Por exemplo, antes recursos eram despendidos pelo Tesouro Estadual para que os pesquisadores e analistas pudessem acessar artigos pagos em periódicos internacionais. Isso acabou não sendo mais necessário, já que a **Capes**, através de orçamento federal, autoriza acessos a essas publicações por instituições que possuam cursos *Stricto sensu*, caso atual do Iapar. "Além disso, como a produção científica é outro fator a ser considerado na avaliação dos projetos pela **Capes**, os pesquisadores atuantes no curso de mestrado passaram a ser cobrados não somente pelo Iapar, mas também externamente de forma indireta pela **Capes**, assim como ocorre nas universidades e demais institutos de pesquisa estaduais e federais como IAC, ITA, Inpe, Impa, Inpa. Cabe ressaltar que todos esses institutos citados possuem cursos de mestrado e doutorado e os trabalhos desenvolvidos nesses cursos, criados em sua maioria há mais de 15 anos, passaram a impactar direta e positivamente nas instituições."

Atualmente são mais de 30 projetos de dissertação em andamento, extraídos da carteira de projetos vigentes no Iapar, ou seja, não houve qualquer aumento de despesas. "Parcerias também foram fortalecidas com diferentes universidades, como UEL, Unicentro, UEM, UEPG, Unioeste, além da criação de novas frentes com universidades de outros Estados, incluindo federais e até mesmo internacionais em países como Estados Unidos, França, Reino Unido e Alemanha, assim como outros centros de pesquisa", elenca o pesquisador.

Por fim, Garbuglio ressalta que fusões desse tipo propostas pelo governo estadual que ocorreram em outras instituições culminaram, no curto espaço de tempo, na extinção

delas e até em dificuldades maiores pré-fusão. "Não se trata de um processo simplório unir instituições com diferentes visões e atuações junto do agronegócio, mas ajustes e rearranjos são, de fato, necessários na máquina pública. Mudanças bruscas sem o real debate e que venham significar a descontinuidade de novas ações do Iapar e do fomento à pesquisa pública envolvendo atividades através do seu curso de mestrado poderão impactar negativamente, no médio prazo, não somente a sociedade que atua no meio rural, mas também a sociedade urbana altamente dependente do setor rural paranaense e brasileiro", finaliza.

## OUTRO LADO

O novo secretário do Estado de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, afirmou que entende que todas as atividades exercidas pelo Iapar devem continuar. "Vamos, sim, manter o curso de mestrado em Agricultura Conservacionista, que o Iapar criou mesmo sem muito suporte financeiro. Não existirá prejuízo, como andaram dizendo a respeito."

topo ↕

## DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

### **Braille - especialistas dizem que há avanços, mas muito trabalho**

Aos 7 anos de idade, Alceu Kuhn aprendeu a ler com a ponta dos dedos. Desde então, não se distanciou mais do sistema braille, que ele descreve como "a forma pela qual o cego consegue tocar as palavras". Passaram pelas suas mãos, ainda criança, obras como O Pequeno Príncipe, de Antoine de Saint-Exupéry, O Guarani, de José de Alencar, e Robinson Crusóé, de Daniel Defoe. Atualmente, Kuhn é revisor braille e luta para que o sistema de escrita e leitura chegue a mais pessoas.

Hoje (4), no Dia Mundial do Braille, Kuhn diz que há avanços a serem comemorados, mas ainda muito trabalho pela frente. Ele é um dos diretores da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) e representante da organização na Comissão Brasileira do Braille. A comissão foi instituída pelo Ministério da Educação (MEC) para desenvolver uma política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema braille em todas as suas modalidades de aplicação.

"Eu fico muito feliz de ter tido essa oportunidade [de aprender a ler]. Infelizmente, muitos cegos não têm acesso ao braille por algumas razões. Não é porque não estejam na escola, mas porque os próprios professores não sabem o braille e, como consequência, não vão oferecê-lo".

Além disso, há pouca disponibilidade de livros transcritos. Segundo a União Mundial de Cegos – que representa aproximadamente 253 milhões de pessoas com deficiência visual de organizações em mais de 190 países -, cerca de 5% das obras literárias no mundo são transcritas para braille. Isso nos países desenvolvidos. Nos países mais pobres, essa porcentagem é 1%.

A estimativa de Kuhn é que o Brasil não alcance nem mesmo esse 1%. "Hoje, a transcrição que acontece no Brasil é predominantemente de livros didáticos. A literatura é muito carente de braille", diz. Isso se deve, de acordo com ele, em parte devido ao custo da transcrição, uma vez que uma impressora braille custa de R\$ 30 mil a R\$ 200 mil e é necessário um trabalho cuidadoso de formatação. "E outro fator que pode aumentar a produção é o próprio cego demonstrar interesse no braille, buscar mais. Assim, autoridades se sentiriam mais cobradas".

Nas escolas

Neste ano, as escolas públicas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental receberão pela primeira vez livros em tinta braille, ou seja, estarão transcritos tanto em braille quanto em tinta, facilitando que pais, responsáveis e até mesmo professores que não dominam o sistema possam ler. É também a primeira vez que esses livros serão distribuídos junto com os demais, no início do ano.

De acordo com a ONCB, antes, os professores recebiam os livros em tinta e selecionavam os que seriam transcritos em braille. Isso atrasava a entrega desses livros. Além disso, estudantes cegos ficavam meses sem ter o material didático. A expectativa é que livros em braille entrem nos próximos editais lançados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para atender com mais celeridade também os estudantes do 6º ao 9º ano e do ensino médio.

“Seria ótimo se todos os alunos pudessem ter todos os livros em braille”, diz a coordenadora de Revisão da Fundação Dorina Nowill para Cegos e do Conselho Ibero-Americano de Braille, Regina Oliveira. No aprendizado, sobretudo a partir do 6º ano, de acordo com Regina, os estudantes acabam valendo-se da tecnologia, de áudios. Quando se trata de disciplinas exatas, com muitos símbolos, no entanto, o livro braille faz falta. “É necessário que tenham livros de matemática, de geografia, para ter contato com a simbologia específica, para aprenderem a ler mapas, gráficos”.

“O braille é importante para pessoas cegas, para a alfabetização, dá independência, autonomia, no consumo de cosméticos, de alimentos. Autonomia para poder entrar em um elevador com segurança, receber contas, extratos bancários ou faturas de cartão de crédito. Tem aplicação na vida das pessoas cegas em todos os momentos”, diz Regina.

Sistema Braille

O braille é composto por 63 sinais, gravados em relevo. Esses sinais são combinados em duas filas verticais, com 3 pontos cada uma. A leitura se faz da esquerda para a direita. O sistema braille se adapta à leitura tátil, pois os pontos em relevo devem obedecer medidas padrão, e a dimensão da cela braille deve corresponder à unidade de percepção da ponta dos dedos.

A data de hoje foi escolhida por ser o aniversário do criador do sistema, Louis Braille, que nasceu em 1809 na França. Ele ficou cego em 1812, aos três anos, após se acidentar na oficina do pai. Para desenvolver um sistema de leitura e escrita para pessoas cegas, ele usou como base o sistema de Barbier, utilizado para a comunicação noturna entre os soldados do Exército francês.

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 582 mil cegas e 6 milhões com baixa visão.

[topo](#)

**DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - CIDADES**

**Temporada de matrículas para novos alunos começa segunda-feira**

Os pais devem ficar atentos a abertura da temporada de matrículas nos sistemas estadual e municipais de Educação, em Mato Grosso. Na rede estadual, as matrículas para alunos novos ou transferências começam na próxima segunda-feira (07), a mesma data prevista

para as escolas municipais mantidas pelas prefeituras de Cuiabá e de Várzea Grande. Neste último caso, pais dormem em frente de determinadas unidades para tentar garantir uma vaga ao filho.

De acordo com informações da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc), as matrículas as escolas estaduais podem ser feitas via internet e serão efetuadas no portal da “Matrícula Web – 2019”, disponível no site da Seduc. Conforme o cronograma do órgão estadual, na segunda (07) e na terça-feira (08) serão efetuadas as matrículas apenas para as duas creches estaduais que funcionam em Cuiabá.

Na quinta-feira (10) e na sexta-feira (11), o portal da Seduc estará aberto para a matrícula web para todas os colégios estaduais da capital. “Mesmo que os pais não consigam vaga em determinada escola, eles podem procurar por outra unidade, pois todos os alunos do ensino fundamental têm vaga garantida”, ressalta a técnica da Seduc Josinete Silva Ferraz, por meio da assessoria de imprensa.

Em Várzea Grande e demais cidades do interior, as matrículas para as unidades estaduais deverão ser feitas na terça-feira (15) e quarta-feira (16). “Em Cuiabá e Várzea Grande não haverá matrículas presenciais para alunos novos ou transferências pelo sistema presencial em Cuiabá. Todas as matrículas serão realizadas pela internet”, reforçou a Seduc.

Contudo, algumas escolas terão matrículas presenciais, que serão realizadas nas mesmas datas, conforme o cronograma. Josinete Ferraz explicou que ao entrar no site da Seduc e acessar o banner da matrícula web aparecerá na tela a relação das escolas com matrículas pela internet. “No caso das escolas que não aparecerem na lista, as matrículas serão presenciais”, esclarece.

Para fazer a matrícula, os pais ou responsáveis deverão ter feito o cadastro, que é o primeiro passo para efetivação da matrícula, conforme cronograma. O período de cadastro começou no dia 4 de dezembro de 2018 e pode ser feito até 16 de janeiro. Os pais devem usar o login e a senha, que foram cadastrados anteriormente. Uma vez confirmada a vaga na matrícula web, os pais devem procurar, no dia seguinte, a escola para a confirmação.

Para os pais de Cuiabá que não têm acesso à internet, a Seduc disponibilizará em sua sede, no Centro Político Administrativo, uma equipe de técnicos com computadores que auxiliarão no cadastro e na matrícula. Nas demais cidades com matrícula web, os pais ou responsáveis que não têm acesso à internet deverão procurar a assessoria pedagógica para fazer o cadastro e confirmar a matrícula.

Conforme a Seduc, não é possível fazer o cadastro pelo telefone celular, somente por notebook ou computador de mesa. A Seduc disponibiliza o telefone 0800-65-1717 para dúvidas a respeito das matrículas.

**REDE MUNICIPAL** - Na rede municipal de ensino de Cuiabá, o período de matrícula para alunos novos nas unidades de educação básica (EMEBs), pré-escola ou educação infantil e ensino fundamental, para as crianças de 04 a 14 anos, será de 07 a 10 de janeiro por meio do link do “Matrícula Web”, que será disponibilizado no site da prefeitura na próxima segunda-feira, a partir das 8 horas.

Nos dias 07 e 08 de janeiro, para as unidades educacionais localizadas nas Regionais Norte e Leste e nos dias 09 e 10 de janeiro, para as localizadas nas Regionais Sul e Oeste. No portal, os pais ou responsáveis encontrarão dois formulários, um deles o cadastro de informações, que deve ser preenchido caso haja mudanças de endereço, telefone ou de outras informações que precisarem ser atualizadas, e o de matrícula.

A coordenadora da Comissão Permanente de Organização Escolar (CPODE), Conye Maria da Silva Bruno, informou que serão disponibilizadas mais de 6 mil vagas para as EMEBs da rede pública municipal, segundo dados levantados em novembro do ano passado, antes do início do período de matrículas na rede, que inclui o redimensionamento (momento em que os alunos poderiam trocar de uma unidade educacional para outra, nas redes municipal ou estadual), e a rematrícula.

Sobre as matrículas nas unidades de creche, encerradas em dezembro, a coordenadora explicou que as listagens dos novos alunos estarão disponíveis no site da Prefeitura de Cuiabá e nas unidades de ensino, a partir do dia 22 de janeiro. “Os pais ou responsáveis devem ficar atentos em relação as datas e aos prazos de efetivação das matrículas, nas unidades educacionais. Lembramos também que a Secretaria de Educação de Cuiabá, a partir deste ano, não fará mais atendimento presencial. Todo o atendimento será realizado por meio do portal “Matrícula Web” ou pelo telefone 0800 6462003”, reforçou.

Já na rede municipal de ensino de Várzea Grande, a secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município também abre a temporada de novas matrículas no próximo dia 07. Por lá, pais estão há quase uma semana dormindo em uma fila no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Manoel Rosa de Figueiredo, no Jardim Gloria 1, para garantir uma vaga.

Com isso, os pais pretendem passar o final de semana até a segunda-feira. Eles dormem em cadeiras, colchões e até redes instaladas na unidade escolar. O processo segue até 11 de janeiro e, além dos novos alunos, neste período poderão se matricular os alunos desistentes ou aqueles que não fizeram a renovação da matrícula no período previsto.

Já entre de 4 a 8 de fevereiro, a Secretaria Municipal de Educação vai realizar a já tradicional “Semana Pedagógica”, que irá reunir todas as equipes gestoras e profissionais da educação básica que atuam no ambiente escolar para a promoção de encontros pedagógicos temáticos, reuniões de orientação, palestras, debates e organização para o início dos trabalhos referentes ao ano letivo.

topo ↕

## **FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES**

### **Jovens pesquisadores receberão bolsas de pesquisa**

### **Os alunos foram premiados pelo desempenho no desenvolvimento do Projeto Saphyra 2.0**

Os alunos do curso Técnico em Eletrônica integrado ao ensino médio, do Campus Boa Vista (CBV), Éder Gabriel Chaves Brandão e Luiz Cláudio de Melo Junior, foram premiados com Bolsas de Iniciação Científica Júnior (ICJ) do CNPq, pela participação na edição 2018, da Mostra Nacional de Robótica (MNR), com vigência em 2019.

Os alunos foram premiados pelo desempenho no desenvolvimento do Projeto Saphyra

2.0, que consiste no desenvolvimento do protótipo de uma mão robótica inteligente, acionada por radiofrequência.

Éder explica que devido ao alto custo do projeto quase pensaram em desistir de desenvolvê-lo, mas com muita persistência foi possível concluí-lo. “No começo achávamos que não iríamos conseguir, mas fomos em busca de patrocínio e também arrecadamos algum dinheiro, então resolvemos acreditar no potencial da ideia e desenvolvê-la.

Essa mão robótica tem várias finalidades, como facilitar o trabalho de profissionais da área de resgate, como é o caso dos bombeiros, pois ela será capaz de, em casos de incêndios por exemplo, verificar as condições de calor, presença de umidade e fumaça no local do incidente, evitando assim que o próprio homem se arrisque, pois a mão robótica fará o resgate em seu lugar.

Outra finalidade é servir de recurso para pessoas amputadas ou que perderam a movimentação das mãos em virtude de alguma doença. Por meio de um circuito elétrico, elas receberão os impulsos que serão codificados e realizarão os movimentos.

Uma terceira vertente é ajudar as pessoas surdas a se comunicarem por meio da libras, nesse caso, por meio da inteligência artificial.

Nessa parte do projeto pretendemos criar a metade de um corpo, com os membros superiores e cabeça, que em conjunto com um computador, traduzirão as mensagens para a pessoa surda na língua de sinais. Então essa é a proposta do Saphyra 2.0, cada dia ajudar mais pessoas”, explicou.

Para o professor Heitor Hermes Rodrigues de Carvalho, que orientou os alunos no projeto, o recebimento da bolsa do CNPq representa um resultado significativo para a instituição, já que os alunos foram contemplados no ano em que houve significativa redução de número de bolsas concedidas.

“Eles foram contemplados dentre 36 estudantes de todo o país e terão a oportunidade de investir os recursos no aprimoramento do projeto. Na próxima MNR, que ocorrerá no Rio Grande do Sul, eles irão apresentar a versão melhorada do protótipo que criaram.

Como professor é extremamente gratificante orientar esse tipo de projeto, que contribui para a ampliação do conhecimento, e inclusive para a mudança de comportamento, maior envolvimento e superação de desafios dos alunos, como é o caso do Eder. O Luiz sempre demonstrou habilidade para a programação, tendo características de um autodidata, algo formidável na área da eletrônica. Acredito que no segundo ano, quando terão aulas de microprocessadores, eles terão como aprimorar ainda mais o projeto”, relatou.

“Com a aquisição das bolsas do CNPq por esses estudantes teremos uma oportunidade ímpar de projeção do CBV/IFRR, do curso e dos estudantes contemplados, pois considerando as dificuldades e a distância de Roraima, inserí-los no mundo da pesquisa significa um passo fundamental na vida escolar de cada um. As experiências que irão vivenciar, certamente, servirão de base para a ressignificação do curso Técnico em

Eletrônica, do qual estes estudantes são oriundos”, ressaltou Joseane de Souza Cortez, diretora-geral do CBV.

topo ↕

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL**

### **Bolsonaro sanciona lei que permite falta escolar por motivo religioso**

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) sancionou lei que permite alternativas para estudantes que deixam de comparecer a aulas ou provas por motivos religiosos. A determinação não será aplicada em instituições de ensino militares. As escolas, públicas e particulares, terão um prazo de dois anos para se adequar à medida. A lei, publicada na edição desta sexta-feira (4), do Diário Oficial da União, entra em vigor em um prazo de 60 dias.

A lei beneficia todas as crenças religiosas. A proposta vale, por exemplo, para fieis das religiões sabatistas, que guardam o período do por-do-sol da sexta-feira até o do sábado para se dedicar ao contato com o sagrado, como adventistas do sétimo dia e batistas do sétimo dia.

O texto estabelece que para garantir o direito é necessário que o aluno avise a escola previamente. "É assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades", diz o texto sancionado.

No caso da ausência, a instituição de ensino poderá oferecer ao aluno a reposição da aula ou prova ou a opção de fazer um trabalho escrito ou outra atividade de pesquisa com tema e objetivo definidos pela escola. Nenhuma das opções poderá ter custos ao estudante.

A medida não é válida para o ensino militar porque a modalidade é regulada por lei específica.

O projeto de lei passou por comissões da Câmara e do Senado no ano passado, antes de ser aprovado e chegar à sanção do presidente.

Na Câmara, o projeto de autoria do deputado Rubens Otoni (PT-GO) teve relatoria da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi aprovado em caráter conclusivo, ou seja, sem que fosse necessária a votação em Plenário.

No dia da aprovação do projeto, a deputada disse que a proposta é uma "medida de justiça" aos estudantes. "Na atual sistemática, eles ficam forçados a escolher entre ser coerentes com suas crenças ou acessar os benefícios da educação escolar de forma integral."

Em 2017, o Ministério da Educação (MEC) alterou o formato do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que deixou de ser aplicado em um fim de semana (sábado e domingo) para ser aplicado em dois domingos consecutivos. Um dos motivos para a mudança foi a situação de alunos sabatistas que tinham de aguardar até as 19 horas em uma sala para poder iniciar a prova de sábado sem ferir seus preceitos religiosos.

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **Indicado para Inep já chamou professores de manipuladores e gente que não quer estudar**

### **Murilo Resende Ferreira atribui aos docentes qualidade ruim da educação e diz que marxismo nas escolas foi incentivado pelo regime militar**

BRASÍLIA — Indicado para a diretoria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que cuida do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), Murilo Resende Ferreira afirmou que os professores brasileiros são

desqualificados e manipuladores, que tentam roubar o poder da família praticando a ideologia de gênero. As declarações foram dadas em uma audiência no Ministério Público Federal sobre "Doutrinação Político-Partidária no Sistema de Ensino", em 2016.

Resende, que já faz reuniões no Inep, onde assumirá a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, responsável também por outros exames oficiais do governo, foi indicado ao cargo pelo movimento Escola sem Partido, do qual é adepto. Na audiência pública realizada em Goiás, onde leciona em faculdades, ele propôs uma prova de português e matemática para a categoria, a quem chamou de "gente que não quer estudar de verdade".

— É impressionante a maneira como os professores são incapazes de perceberem que eles têm alguma coisa a ver com o mal da educação brasileira, como eles creditam tudo à sociedade, à ausência de dinheiro — afirma Resende, continuando: — Relembrando meu grande professor Olavo de Carvalho, eu acho que talvez não seja nem necessário um Escola sem Partido, se a gente puder realizar simplesmente uma coisa no nosso ensino: uma prova de português e matemática para os professores.

O indicado para o Inep classificou de "chocante" o despreparo de professores, contrários ao projeto Escola sem Partido, que o antecederam na audiência em Goiás:

— Me chocou a carência linguística, a incapacidade de enunciar frases simples de português, o jargão vazio que a gente testemunhou em quase todos os professores que vieram falar aqui. É chocante.

— Se eu estivesse anotando a quantidade de erros de português, erros de concordâncias. Como professores com essa incapacidade absoluta em relação à própria língua podem dizer que não têm nada a ver com o analfabetismo funcional dos seus alunos? Como professores que sequer respeitam a língua portuguesa podem vir aqui falar candidamente de filosofia, arte? — completou.

Resende se disse "vítima" da doutrinação marxista, mesmo tendo estudado em colégio privado, e afirmou que a ideologia de gênero é usada por "manipuladores" para esconder a própria falta de preparo, após fazer um relato sobre o problema em outros países do mundo:

— Então ideologia de gênero, que hoje é o grande cavalo de batalha desses manipuladores, sim, gente que não quer estudar de verdade, que sequer conhece a literatura, sequer conhece a filosofia.

Ele disse que os professores no país pregam o aborto, incesto e pedofilia, mas que tentam escamotear suas intenções, driblando a confiança dos pais.

— Não se conta isso para os pais, essa é a farsa de vocês. Vocês falam: ah, é simplesmente uma questão de respeito em relação aos homossexuais. É só isso o que a gente quer ensinar — ironizou.

Em outro trecho, acusa:

— O que os professores estão querendo com isso é poder. Um poder que eles querem

roubar e sequestrar da família.

Resende defendeu acabar com a "contaminação ideológica" que ele diz ter chegado ao MEC e atribui o problema ao regime militar. Segundo ele, foi o governo da época que alojou os "marxistas" nas universidades e escolas.

— Esse estágio atual que a gente passa na educação brasileira nasceu em muito sentido já no regime militar. Onde a gente viu o regime militar adotar uma famosa tese da panela de pressão, que para contrabalancear a esquerda guerrilheira, a esquerda lá do Araguaia, eles deveriam dar um espaço a esses marxistas dito democráticos, que não tinham aderido à luta armada. E o espaço deles deveria se dar nas escolas — afirmou, concluindo:

— Com a redemocratização, esse aparelhamento brutal e ditatorial avançou inclusive para lugares como a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, o MEC. (...) Precisa de uma reforma absurda, completa, para limpar toda essa contaminação ideológica até o ponto em que os professores voltem a se preocupar com a sala de aula, e não só com filosofia da educação, ficar discutindo Paulo Freire e a criança do futuro que será um jovem socialista.

topo ↕

## CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS

### **Nunca ninguém ofendeu tanto os professores como Governo Bolsonaro Murilo Rodrigues também culpa dos militares pelo "marxismo cultural" no Brasil**

Não há registro no Brasil – e, talvez, em nenhuma parte do mundo- de uma ofensa tão grande a professores como está acontecendo agora no Governo Bolsonaro.

Pior: é uma afirmação sem nenhuma comprovação, capaz de levar a essa generalização. Como se sabe, Jair Bolsonaro colocou como uma de suas grandes preocupações a prova do Enem que, segundo ele, não respeitaria os valores da “família”.

Ele chegou a dizer que leria alguns questões antes mesmo de serem aprovadas pelos técnicos.

É, portanto, um cargo estratégico.

Para esse cargo foi escolhido um economista que disse, com todas as letras, o seguinte: “professores pregam o aborto, incesto e pedofilia”.

Essa frase foi dita, em 2016, em audiência pública no Ministério Público Federal, em Goiás, pelo economista Murilo Resende Ferreira, discípulo de Olavo de Carvalho, agora indicado para o estratégico cargo de diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), responsável, entre outras coisas, pela prova do Enem.

O ministro Vêlez Rodrigues também é discípulo do filósofo Olavo de Carvalho.

A audiência era sobre “Doutrinação Político-Partidária no Sistema de Ensino”, em 2016.

Murilo Resende é um militante da “Escola Sem Partido”.

Ex-aluno de escola privada, ele afirmou ser “vítima” da doutrinação marxista, atacando a “ideologia de gênero”, que seria um recurso usado por “manipuladores com um objetivo: “esconder a própria falta de preparo”

“Então ideologia de gênero, que hoje é o grande cavalo de batalha desses manipuladores, sim, gente que não quer estudar de verdade, que sequer conhece a literatura, sequer conhece a filosofia.

Murilo foi mais longe: os professores pregariam o aborto, incesto e pedofilia. Mas escondem suas intenções ganhando a a confiança dos pais.

— Não se conta isso para os pais, essa é a farsa de vocês. Vocês falam: ah, é simplesmente uma questão de respeito em relação aos homossexuais. É só isso o que a gente quer ensinar — ironizou.

Mais um ataque:

“O que os professores estão querendo com isso é poder. Um poder que eles querem roubar e sequestrar da família”

Não há nenhuma evidência baseada em fatos consistentes para esses ataques, fruto da teoria conspiratória do “marxismo cultural”.

Nessa teoria conspiratória, um dos responsáveis pela disseminação do “marxismo cultural” seriam os militares.

Em sua visão, o regime militar abriu espaço aos “marxistas” nas universidades e escolas.

— Esse estágio atual que a gente passa na educação brasileira nasceu em muito sentido já no regime militar. Onde a gente viu o regime militar adotar uma famosa tese da panela de pressão, que para contrabalancear a esquerda guerrilheira, a esquerda lá do Araguaia, eles deveriam dar um espaço a esses marxistas dito democráticos, que não tinham aderido à luta armada. E o espaço deles deveria se dar nas escola”.

Mais:

“Com a redemocratização, esse aparelhamento brutal e ditatorial avançou inclusive para lugares como a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, o MEC. (...) Precisa de uma reforma absurda, completa, para limpar todas essa contaminação ideológica até o ponto em que os professores voltem a se preocupar com a sala de aula, e não só com filosofia da educação, ficar discutindo Paulo Freire e a criança do futuro que será um jovem socialista.

topo ↕

## **DESTAK - TEMPO REAL**

### **Inscrições para concurso da Fundação S. André terminam domingo Instituição abriu processo eletivo para a contratação de seis professores de curso superior**

As inscrições para o concurso público da Fundação Santo André (FSA) para o preenchimento de seis vagas de professor de nível superior para graduação terminam neste domingo (6). A aplicação das provas está prevista para o dia 20 de janeiro na sede do Centro Universitário (av. Príncipe de Gales, 821 – Santo André – SP).

O concurso está sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC). Os interessados podem se inscrever neste link, onde há a descrição das vagas. O valor é R\$ 150.

Para participar o candidato deve ter diploma registrado de curso superior na área em que

concorrerá, acrescido de especialização ou 50% dos créditos em programas de mestrado recomendado pela CAPES ou, ainda, preferencialmente, mestrado ou doutorado na área escolhida. A contratação será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### Primeiras mudanças no MEC preocupam educadores

### Nomeações de pessoas inexperientes e viés centrado no combate à doutrinação ideológica, segundo especialista, pode ser prejudicial

BRASÍLIA e RIO- As primeiras movimentações da nova gestão do Ministério da Educação (MEC) têm deixado especialistas receosos sobre os rumos da pasta. As nomeações feitas pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez para as secretarias do órgão alarmaram educadores pela inexperiência dos escolhidos. A pasta incluiu no pacote de prioridades para os cem dias de gestão Bolsonaro uma ação na área de alfabetização: banir métodos globais, que costumam ser associados à teoria construtivista de desenvolvimento cognitivo, para promover o método fônico.

Segundo educadores, até agora o perfil que se desenha para o órgão mostra um desvio de foco dos problemas centrais da área para uma cruzada contra o que o governo chama de “doutrinação ideológica”.

Procurada, a assessoria do ministro afirmou que ele só dará entrevistas sobre a pasta a partir do dia 14 deste mês.

Um dos nomes que irão compor o novo time do MEC, Murilo Resende Ferreira foi indicado pelo movimento “Escola sem Partido” para a Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Enem. Doutor em Economia, ele já chamou professores de manipuladores.

Dos seis secretários anunciados por Vélez anteontem, ao menos três foram seus alunos e não têm formação ou experiência na área em que atuarão. Interlocutores do ministro minimizam o fato de eles serem “novatos”, dizendo que não trazem vícios.

— Há a necessidade de tomar decisões com base em evidências para perceber o que potencializa o aprendizado. Isso exige conhecimento sobre educação, gestão e sistema educacional. Sem isso, tomaremos decisões com base em valores pessoais e crenças — critica a educadora Anna Penido, diretora do Instituto Inspirare, acrescentando que a formação e a valorização do professor são os maiores desafios.

### Alfabetização

Os professores foram alvo de críticas contundentes por parte do novo diretor do Inep. Em uma audiência no Ministério Público Federal sobre “Doutrinação político-partidária no sistema de ensino”, em 2016, Ferreira definiu a categoria como “gente que não quer estudar de verdade”.

Para Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação, o MEC deve fazer uma escolha consciente sobre o que mais importa para melhorar a educação do país:

— A corrida começou agora para esse time. Eles podem ouvir quem tem experiência e fazer uma gestão voltada para a aprendizagem. Ou escolher caminhos sem evidência de

eficácia, o que atrasaria a garantia de oportunidades para os brasileiros.

A questão ideológica também aparece na opção por um método específico de alfabetização para ser o carro-chefe da área. Carlos Nadalim, mestre em Educação que assumirá a Secretaria de Alfabetização, é um defensor do método fônico. Nele, a aprendizagem começa nas letras e sílabas até chegar às palavras. Nos métodos globais, que se aproximam do construtivismo, o caminho costuma ser o inverso, partindo de textos para chegar às letras e sons, focando na compreensão da leitura. Entre a equipe, há a opinião de que as técnicas construtivistas têm caráter “ideológico”.

No Brasil, em geral, adota-se essa abordagem, mas não há regra. Para especialistas, a combinação de técnicas com alfabetizadores bem formados é o mais importante.

— Não faz sentido falar em um método versus o outro. O aluno precisa aprender a palavra e associar isso à leitura — afirma Angela Klein, doutora em Linguística pela Unicamp.

Maria Helena de Castro, ex-secretária-executiva do MEC no governo Temer, explica que os métodos fônicos têm sido usados em países como Austrália e Holanda. Finlândia e Canadá adotam uma linha mais construtivista:

— Depende mais do preparo de professores e do acesso a bons materiais.

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**Alfabetização está entre as ações prioritárias dos cem dias de governo MEC quer focar suas ações em método mais tradicional de ensinar a ler e escrever, em detrimento de abordagens construtivistas**

BRASÍLIA — O Ministério da Educação (MEC) incluiu no pacote de projetos prioritários para os cem dias de governo Bolsonaro uma ação específica na área de alfabetização. A ideia é banir métodos globais de ensinar a ler e escrever, que costumam ser associadas à teoria construtivista de desenvolvimento cognitivo, para promover o método fônico.

No fônico, a aprendizagem começa das letras e sílabas até chegar às palavras. Nos métodos globais, o caminho costuma ser inverso, partindo de textos e experiências sobre as funções da linguagem para se chegar às letras e sons, mas focando na compreensão da leitura.

No Brasil, em geral se adota a abordagem construtivista, mas não há regra única. Especialistas divergem sobre a eficácia da medida planejada pelo governo e apontam que a combinação de diferentes técnicas com alfabetizadores bem formados é o mais importante.

Carlos Nadalim, mestre em Educação que assumirá a Secretaria de Alfabetização, é um defensor do método fônico. Em um blog que mantém sobre educação, ele critica o construtivismo como o "erro" do sistema educacional brasileiro.

Nas reuniões do MEC, Nadalim já manifestou a intenção de focar as políticas da pasta em métodos de viés fônico. Entre a equipe, há a opinião de que as técnicas construtivistas têm caráter "ideológico". Nadalim é admirador do escritor Olavo de

Carvalho, com quem aparece conversando em vídeo sobre alfabetização.

Ele faz propaganda em seu blog sobre método educacional que aplica em uma pequena escola de sua família, em Londrina. O colégio recebeu o prêmio Darcy Ribeiro de Educação, dado pela Câmara dos Deputados a experiências inovadoras, após uma campanha do deputado Diego Garcia (Pode-RR), defensor do "Escola sem Partido".

Nadalim também dá dicas no site a pais que querem educar os filhos em casa. A educação domiciliar, no entanto, foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal até que haja lei com regras sobre como a modalidade deve ser regulada.

Embora o MEC não possa obrigar as redes municipais, responsáveis pela alfabetização, a seguir determinada técnica, tem o poder de formatar programas de apoio nos moldes que quiser. Essas ações, em geral, oferecem apoio -- como verbas extras e apoio pedagógico -- às secretarias de Educação, que para aderir aceitam as regras. A formação dos professores nas universidades públicas é outro alvo da nova gestão.

O alcance das mudanças, no entanto, é controverso entre especialistas. Doutora em linguística aplicada e professora titular da Universidade de Campinas (Unicamp), Angela Klein considera equivocado eleger um método para trabalhar, considerando a diversidade das crianças no Brasil, e defende o construtivismo como uma das práticas a serem consideradas.

— Não faz sentido falar em um método versus o outro. Você pode misturar técnicas, porque o aluno precisa aprender a palavra, ao mesmo tempo em que isso é associado à leitura de textos, ao aprendizado das funções da linguagem, com uso de bilhetes, do livro, do jornal. Isso é absolutamente necessário especialmente se no ambiente da criança não há o livro, o jornal, papéis para rabiscar— diz Klein.

O psicólogo João Batista Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto, afirma o contrário. Segundo ele, as técnicas alinhadas ao construtivismo, baseado numa proposta mais ampla de educação, pode atender bem as crianças que têm uma condição favorável em casa. Mas, tendo em vista a população carente do Brasil, ele defende o método fônico.

— O problema do construtivismo, que é uma proposta filosófica muito sedutora, mas ideológica, é que não há metodologia. E quando você aposta que o aluno construirá o conhecimento por si só, é uma crueldade com os de menor potencial cognitivo. Há estudos científicos apontando o fracasso da proposta — diz Oliveira.

Stella Maris Bortoni de Figueiredo, doutora em linguística e professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), discorda. Segundo ela, após a "moda do construtivismo", os próprios defensores da abordagem mostraram que era preciso "chegar à sílaba e ao fonema" para se ter resultados.

— Os caminhos ligados ao construtivismo trazem uma grande inovação, que é usar o texto do aluno, trazer a escola para aquilo que é familiar ao aluno, mantendo o compromisso de chegar ao fonema. Professores devem conciliar métodos globais e fônicos — destaca.

Maria Helena de Castro, ex-secretária-executiva do MEC no governo Temer, explica que os métodos fônicos têm sido usado em vários países, como Austrália e Holanda, enquanto a Finlândia e Canadá adotam linha mais construtivista. Portanto, segundo ela, não é essa questão que define se o aprendizado ocorrerá adequadamente.

— Depende mais do preparo de professores alfabetizadores e do acesso a bons materiais didático — afirma Maria Helena.

Não será a primeira vez que o MEC tentará, no passado recente, uma política de alfabetização. Ainda no governo Dilma Rousseff, foi lançado o Programa Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). O governo Temer lançou o Mais Alfabetização.

Os índices do país, porém, mostram o tamanho do problema: 54,7% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental têm nível insuficiente em leitura. E 34% em escrita, segundo dados de exame do MEC divulgados em 2017. Procurado, o MEC não retornou o contato.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **Estrutura de proteção à população LGBT é mantida em Ministério Outra controvérsia dos últimos dias nas redes sociais, a educação de pessoas com deficiência, também foi mantida dentro do organograma do MEC**

O decreto publicado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) detalhando a estrutura do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, traz a manutenção da estrutura atualmente existente de proteção aos direitos da população LGBT. A única diferença se resume a qual secretaria esta diretoria está submetida – a Secretaria Nacional da Cidadania foi rebatizada como Secretaria de Proteção Global.

O documento encerra a controvérsia provocada pela medida provisória 870, publicada no primeiro dia de governo e que não citava nominalmente gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais entre os setores protegidos pela atuação da pasta, diferentemente de mulheres, pessoas negras, idosas e com deficiência. Isso, no entanto, isso já não acontecia na última formatação do Ministério, que se chamava apenas “de Direitos Humanos” no governo do ex-presidente Michel Temer (MDB).

Em entrevista à GloboNews, a ministra Damares Alves falou sobre a situação do órgão. “Está lá mantida a diretoria da proteção à comunidade LGBT, não foi mexida em nada. Nós tivemos uma reunião durante a transição, com a comunidade LGBT, e a diretoria destinada à comunidade LGBT vai focar no combate à violência contra a comunidade LGBTI. Então, ela está lá, inclusive com os mesmos funcionários, ela só mudou o nome”, afirmou.

Situação semelhante ocorreu em relação ao Ministério da Educação, comandado pelo colombiano Ricardo Vélez Rodríguez. O fim da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), que cuidava, entre outras coisas, da educação de pessoas com deficiência, foi apontado como uma possível contradição com o fato de Bolsonaro ter tido, na sua posse, o discurso em libras da primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Ao final, o encerramento da Secadi não terá influência sobre as políticas para surdos e outras modalidades de deficiência. Substituindo essa subpasta, foi criada a Secretaria de

Modalidades Especializadas, na qual esses segmentos ganham ainda mais espaço. Por outro lado, perdem pessoas negras e LGBT, com o encerramento de diretorias de educação voltada para relações étnico-raciais e para direitos humanos e cidadania.

O debate em relação à educação especializada acendeu ainda uma outra questão, a de que o presidente Jair Bolsonaro e o filho, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), teriam votado contra a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que regulamentou a profissão de tradutor de libras, entre outras coisas. Na verdade, a Lei foi aprovada por unanimidade e o que pai e filho se opuseram, sem sucesso, foi a um artigo que previa atendimento específico às pessoas com deficiência que também são LGBT.

topo ↕

## **CLIC RBS - TEMPO REAL**

### **Reitor da UFRGS critica "ataques" à gratuidade nas universidades: "Vamos lutar para mantê-la"**

#### **Rui Vicente Oppermann disse que 60% dos alunos da instituição têm renda de menos de três salários**

O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rui Vicente Oppermann, criticou, em entrevista à Rádio Gaúcha, os "ataques" à gratuidade do Ensino Superior no Brasil. A posição do reitor ocorre após declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, em defesa da cobrança de mensalidades nas universidades públicas.

— Enfrentamos um ataque ao ensino gratuito, apontado como uma falha, uma perda de oportunidades, que isso (fim da gratuidade) deveria ser uma forma de arrecadação — afirmou Oppermann em entrevista ao programa Gaúcha+, nessa quinta-feira (3).

Segundo o reitor, ao contrário dos que afirmam que a universidade federal "só tem alunos ricos", os dados do Censo da Educação Superior mostram que "60% dos nossos alunos ganham menos do que três salários como renda". Ele ainda complementou que a gratuidade garante acesso a pessoas que sequer podem solicitar um financiamento estudantil pelo Fies.

O que faz da UFRGS a melhor universidade federal do país? O que faz da UFRGS a melhor universidade federal do país?

Pelo sétimo ano consecutivo, UFRGS é a melhor universidade federal do país em avaliação do MEC. Pelo sétimo ano consecutivo, UFRGS é a melhor universidade federal do país em avaliação do MEC.

— A gratuidade está garantida na Constituição e vamos lutar para defendê-la de todas as maneiras.

Sobre a situação financeira da universidade, o reitor comentou que UFRGS tinha, ao final de 2018, mais de R\$ 60 milhões em recursos proveniente de arrecadação própria em função de pesquisas e atividades de ensino acumulados no orçamento da União, dinheiro que teria sido utilizado pelo governo federal para pagar aposentados.

— ( O governo) Nos deixou sem nenhum real dos recursos que produzimos e que, de acordo com esse discurso neoliberal, nós deveríamos estar produzindo e aplicando em nós mesmos.

Oppermann refere-se a manifestações do ex-ministro da Educação Rossieli Soares

quando deixou o Ministério da Educação. Agora futuro secretário de Educação de São Paulo, Soares defendeu que as universidades possam ter arrecadação própria.

— Mas há muito tempo temos relação com instituições públicas e privadas para desenvolvimento de projetos de pesquisa e isso redundando-se em taxas que acabam vindo pra universidade, os chamados recursos próprios. A UFRGS é uma das universidades que mais arrecada recursos próprios com pesquisa, com ensino. Temos limitada capacidade de acesso a esses recursos porque eles estão dentro do orçamento e dependem da liberação do financeiro por parte do governo — ressaltou Oppermann.

GaúchaZH entrou em contato com o Ministério da Educação, que afirmou ser normal a destinação dos recursos excedentes para o caixa único da União. "As universidades têm autonomia para uso de seus recursos. No entanto, se um órgão captador tem excedente de recurso, acima do que foi apontado por ele de que iria arrecadar em determinado ano, esse recurso vai para o caixa único da União, como ocorre com qualquer órgão. Isso é algo que está acima do MEC, pois é trazido na legislação brasileira e vai direto para o Tesouro. No que compete ao MEC, todo o previsto na Lei Orçamentária de 2018 foi liberado para as instituições", disse a pasta, por meio de sua assessoria.

## Governo Bolsonaro

Durante a entrevista, o reitor destacou que não acredita em mudanças orçamentárias em um primeiro momento pelo governo de Jair Bolsonaro:

— Não haverá nenhuma mudança na questão orçamentária porque essa já está aprovada pelo Congresso, e o governo tem que atender. Nesse sentido, estamos muito preparados, a universidade vem realizando uma série de medidas de sistematização de melhoria da sua eficiência administrativa, por conta até das restrições orçamentárias que a gente vem sofrendo desde 2014 e, agora, com a lei do teto, ainda é pior.

Entre outras avaliações sobre o que esperar do novo governo, que tem Ricardo Vélez Rodrigues como ministro da Educação, Oppermann falou também sobre a questão ideológica nas universidades:

— Isso é uma questão ainda muito precoce, muito prematura de se falar, existe um parecer muito importante do Supremo Tribunal Federal garantindo a liberdade de cátedra e autonomia acadêmica das universidades, portanto, não se trata de estar defendendo ideologia A ou B, mas, sim, o direito universal e constitucional de que, nas universidades, haja o livre debate de ideias e o exercício da crítica, seja ela para o lado que for. O grande segredo das universidades se manterem como tal, da UFRGS ser reconhecida pela sua qualidade e como uma referência pela nossa comunidade, é exatamente esse espaço de debates, espaço crítico, cultural, que a gente vem trabalhando nos 85 anos que estamos completando em 2019.

## Vestibular

Rui Vicente Oppermann também falou sobre a realização do vestibular da universidade, que começa neste domingo (6) e vai até quarta-feira (9) e sobre as mudanças para a próxima edição, com provas pela primeira vez em dois fins de semana seguidos, em novembro. Segundo ele, com as provas em janeiro a universidade enfrenta dificuldades em fazer a verificação das declarações dos candidatos cotistas a tempo do início das aulas, em março.

— Começávamos as aulas sem ainda ter a definição do preenchimento de muitas vagas. Agora aumentamos esse tempo para que todos tenham sua vaga garantida no início de março.

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

**Sisu e SisUnB são as primeiras seleções do ano para acesso a universidades**

**Sisu e SisUnB serão as primeiras seleções do ano que vão permitir o acesso a instituições públicas de ensino superior**

Em duas semanas, os alunos que sonham em ingressar em uma instituição pública de ensino superior do Brasil terão a oportunidade de se inscrever de forma gratuita em dois programas de seleção. Entre 22 e 26 de janeiro, quem fez o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou a 3ª etapa do Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília (PAS/UnB) em 2018 poderá concorrer a vagas em universidades por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) ou do Sistema Informatizado de Seleção para os Cursos de Graduação da UnB (SisUnB).

O Sisu, programa do Ministério da Educação (MEC), vai oferecer 235.476 vagas neste primeiro semestre. Das 129 instituições de ensino superior públicas do país que participam do sistema, três são do Distrito Federal: a Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e a UnB. A Escs vai oferecer 160 vagas para enfermagem e medicina (80 para cada graduação), enquanto o IFB disponibilizará 1.032 em 21 disciplinas. A UnB será a instituição do DF que mais vai receber estudantes por meio do sistema: serão 1.988 vagas para 89 cursos.

No Sisu, será avaliado o desempenho do candidato no Enem do ano passado. Alunos que obtiveram nota zero na redação não poderão se inscrever. O prazo para se cadastrar no portal do programa começa em 22 de janeiro. Para isso, o candidato precisa apenas de seu número de inscrição e senha cadastrados no Enem de 2018. Depois disso, ele deve escolher, por ordem de preferência, até duas opções de curso entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes do Sisu e definir se deseja concorrer a vagas de ampla concorrência, a vagas reservadas de acordo com a Lei de Cotas, ou a vagas destinadas às demais políticas afirmativas das instituições.

Ao fim da etapa de inscrição, em 25 de janeiro, o sistema selecionará automaticamente os candidatos mais bem classificados em cada curso, de acordo com suas notas no Enem e eventuais ponderações (pesos atribuídos às notas ou bônus). O resultado da chamada regular será divulgado em 28 de janeiro. Entre 30 de janeiro e 4 de fevereiro, os alunos devem efetuar a matrícula na instituição e, desta forma, confirmar a ocupação da vaga. Caso a nota do candidato possibilite a classificação em suas duas opções de vaga, ele será selecionado exclusivamente em sua primeira opção.

Os candidatos que não forem escolhidos nesta etapa do processo seletivo poderão integrar de uma lista de espera. Para isso, os alunos precisam acessar a página do Sisu na internet, entre 28 de janeiro e 4 de fevereiro, e manifestar interesse. Havendo vaga disponível, a convocação dos candidatos para realização das matrículas será feita pela instituição, em 7 de fevereiro.

Expectativa

# CLIPPING



Desde 2017, a UnB também adota um sistema semelhante, o SisUnB, que, em 2019, vai oferecer 4.222 oportunidades— 2.112 vagas para o primeiro semestre e 2.110 para o segundo semestre. Assim como no programa do MEC, os interessados devem se atentar aos prazos. Em 23 de janeiro, será disponibilizada a consulta individual de desempenho dos participantes da 3ª etapa do PAS de 2018, com os argumentos mínimos e máximos por sistema, câmpus, curso e turno, de acordo com as pré-opções dos candidatos, feitas no ato de inscrição da prova.

Entre 25 e 26 de janeiro, os participantes poderão acessar o portal do sistema e alterar, se desejarem, sua pré-opção de câmpus, curso e turno. Se isso não for feito, o sistema entenderá que o candidato quer continuar com a opção escolhida no ato da inscrição. No SisUnB, o candidato não poderá modificar o sistema de concorrência.

Ainda não foi definida a data em que a UnB divulgará o resultado dos candidatos selecionados. De qualquer forma, os alunos contemplados precisarão efetivar o registro na universidade por meio da internet e em algum posto da Secretaria de Administração Acadêmica da UnB e apresentar a documentação prevista no edital.

Recém-formada no ensino médio, Safyra Barbosa, 17 anos, tentará a sorte nos dois programas. O seu objetivo é estudar medicina, que no SisUnB é a graduação mais concorrida, com uma demanda de 56,27 candidatos por vaga. “É um curso que eu sempre sonhei em fazer. Acho uma profissão muito bonita. Ajudar os outros é gratificante”, justifica. Quando se inscrever no Sisu, ela escolherá nutrição como segunda opção de curso. Além disso, Safyra não descarta estudar em outra unidade da Federação.

Já André Santana, 21, quer priorizar as instituições do Distrito Federal. Ele vai usar a nota do último Enem para tentar uma vaga em psicologia ou história. “Estou atento aos prazos do Sisu. Não quero desperdiçar essa oportunidade, pois são dois cursos com que eu me identifico bastante. Estou confiante de que posso ser selecionado”, comenta.

Fique atento

Confira os prazos de cada uma das seleções

Sisu

Site da plataforma: [sisu.mec.gov.br](http://sisu.mec.gov.br)

18/1 — Divulgação dos resultados individuais

22/1 a 25/1 (até as 23h59) — Período de inscrições\*

28/01 — Resultado da chamada regular

28/1 a 4/2 — Prazo para participar da lista de espera

30/1 a 4/2 — Matrícula da chamada regular. Deverão ser observados os dias, horários e locais de atendimento definidos a cada instituição em seu edital próprio

7/2 — Convocação dos candidatos em lista de espera pelas instituições a partir desta data

SisUnB

Site da plataforma: [www.cespe.unb.br/pas](http://www.cespe.unb.br/pas)

23/1 — Resultado final das questões do tipo D e da prova de redação. Divulgação do relatório com argumentos mínimos e máximos de sistema, câmpus, curso e turno, conforme pré-opção da inscrição

25/1 (a partir das 8h) e 26/1 (até as 19h) — Alteração da pré-opção de câmpus, curso e turno

\* Quem quiser se inscrever para a UnB deve acessar o link [www.cespe.unb.br/concursos/ACESSOSISU\\_19\\_1](http://www.cespe.unb.br/concursos/ACESSOSISU_19_1), entre as 2h de 22 de janeiro e as 2h de 25 de janeiro

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**Escola de Santana alcança nota 4.4 no Ideb e tem melhor resultado do AP, meta era prevista para 2021**

**Direção da Escola Municipal Piauí atribui resultado a projetos em parceria, incentivo à leitura e ampliação do diálogo.**

Com a nota 4.4, a Escola Municipal Piauí, localizada em Santana, a 17 quilômetros de Macapá, apresentou o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Amapá. A unidade saltou nove décimos em relação a última avaliação (2015), e a direção atribui o resultado a projetos em parceria com órgãos públicos, maior incentivo à leitura e a priorização do diálogo com alunos, funcionários e pais.

A unidade educacional fica localizada no Igarapé da Fortaleza e atende cerca de 870 alunos do ensino fundamental 1 e 2. Este ano, a escola superou em um décimo a meta projetada para o Ideb de 2021, que era de 4.3.

O Ideb mede a qualidade da educação, considerando vários fatores do funcionamento dentro da instituição, como o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O cálculo é realizado a partir de dados sobre aprovação, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil, para os municípios.

A diretora da Piauí, Érica Góes, destaca as principais ações implementadas na escola ao longo de 2017, consideradas por ela como fundamentais para o resultado.

“Estabelecemos parcerias com o Ministério Público de Santana, com o projeto prática restaurativa, para trabalhar a resolução de conflitos. Também com o Ministério Público do Meio Ambiente, com o ‘Mãos à horta’, e com a Procuradoria-Geral de Macapá, com o MP vai à escola, com um trabalho de combate à corrupção”, destacou.

A gestora acredita que essas iniciativas contribuíram com a redução da evasão escolar e também da violência. Além disso, a escola investiu em melhorias dos espaços para os alunos, como a criação da sala de leitura e o fortalecimento do hábito da leitura entre os alunos.

“O planejamento foi fundamental. Nós estabelecemos metas, e o Ideb era uma delas. Nós saímos de uma média de 3.5 para 4.4, é uma nota muito boa. Você aumentar um décimo no Ideb é muito bom, dois é bom, três é maravilhoso, mas aumentar nove décimos é fantástico e é um trabalho em conjunto”, reforçou.

Em 2007, a Escola Piauí chegou a ser avaliada em 2.2 no Ideb. A diretora conta que a progressão na nota deixa os educadores e toda a equipe técnica mais motivados a buscar resultados ainda melhores, por essa razão, os planejamentos para 2019 já iniciaram.

“Começamos a nos planejar para o próximo Ideb. Estamos verificando as ações que

serão desenvolvidas junto com a equipe escolar e vamos estabelecer qual a nossa meta a ser alcançada para 2019. A escola Piauí já atingiu a meta de 2021. A nossa meta projetada para 2021 era 4.3, então nós já demos um salto bem grande”, concluiu.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Damares Alves provoca nova polêmica ao criticar regra do Sisu**

**Após dizer que menino veste azul e menina veste rosa, atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos criticou possibilidade de estudante se candidatar a vaga universitária longe de onde a família mora.**

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos se envolveu numa nova polêmica. Depois de dizer que menino veste azul e menina veste rosa, Damares Alves criticou a regra do Sisu que permite ao estudante se candidatar a vaga universitária longe de onde a família mora.

A ministra Damares Alves falou sobre o Enem e o Sisu durante uma entrevista na noite desta quinta-feira (3) à Globonews. Não foi a primeira vez. Na terça-feira (1º), quando assumiu o cargo, Damares já tinha criticado a possibilidade de estudantes que fazem o Enem irem para universidades fora dos estados onde moram; porque ficam longe da família, segundo ela.

Na entrevista, Damares reafirmou seu entendimento: “O menino lá do Rio Grande do Sul faz o Enem, ele passa no vestibular para medicina lá no Amapá, que é o grande sonho dele e da família. Esse menino é tirado do contexto. Às vezes tem apenas 16 anos. Será que nós não poderíamos estar começando a pensar em políticas públicas, que este menino ficasse um pouco mais próximo da família? Ah, mas em outros países acontece. Mas nos outros países o papai tem dinheiro para ir lá na universidade visitar de vez em quando o filho”.

O Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação, o Sisu, permite que estudantes aproveitem a nota do Enem para estudar em universidades de todo o país e não somente onde eles fizeram a prova.

Ainda na entrevista à Globonews, Damares Alves foi questionada se é papel do governo tratar de questões familiares, pessoais. Ela voltou a defender a atuação do Estado para fortalecer a união familiar: “O Estado não pode se omitir com relação ao enfraquecimento dos vínculos familiares. Nós estamos vindo com essa proposta. Sem interferência do Estado, mas o Estado podendo proporcionar políticas públicas de fortalecimento dos vínculos. E se o governo Bolsonaro se propõe a fazer isso, eu acredito que ele está no caminho certo, porque os modelos anteriores não estavam dando muito certo”.

Ao ser confrontada, na entrevista, sobre como seria possível fazer isso, a ministra não apontou nenhuma medida concreta. Disse que não era uma crítica ao Enem, e sim, uma ideologia de proteção à família. O ministério de Damares não cuida do Enem. É uma atribuição do Ministério da Educação.

A assessoria do ministro da Educação, Ricardo Velez Rodrigues, informou que "não cabe ao MEC comentar falas de ministros de outras pastas do governo".

Em 2017, 10% do total de matriculados em instituições federais, mais de 31 mil alunos,

estudavam fora dos seus estados de origem.

Sair de casa atrás do sonho da universidade é uma realidade, não só no Brasil, mas em vários países. Nos Estados Unidos, é comum e até estimulado que os adolescentes estudem em outros estados, mesmo que isso custe mais caro.

A Doralice veio de São Paulo para estudar na Universidade de Brasília. Está cursando ciências sociais na UnB por meio do Sisu, usando a nota do Enem. É a primeira da família a entrar numa universidade.

Doralice diz que, longe de casa, está amadurecendo: “Você está longe da família, você precisa... Você tem uma liberdade muito grande, mas que demanda muita responsabilidade também. Você é responsável por si. Então, isso é um crescimento. Acho que é uma experiência única na vida de um estudante”.

Cleyton Gontijo, professor da Universidade de Brasília, criticou as declarações da ministra. Ele diz que Damares está questionando o direito de fazer escolhas individuais e reforçou que a fase acadêmica é o início da vida adulta.

“Eu acredito que foge um pouco desse discurso do que a gente pretende que é, de fato, do desenvolvimento. É o desenvolvimento pessoal, acadêmico, profissional. Do amadurecimento para a vida e para toda a sua realidade. Os vínculos com a família são extremamente importantes, mas hoje a família pode estar próxima do estudante, acompanhá-lo no seu dia a dia, necessariamente sem estar fisicamente ao lado. A fala da ministra, ao meu ver, pra se traduzir de maneira prática, seria apenas cerceando o direito de escolhas, reduzindo aquilo que hoje o Sisu já permite, que é escolher uma universidade fora da região onde o estudante resida. Ou seja, em qualquer lugar do Brasil”, afirma.

O pesquisador de educação Cláudio de Moura Castro também criticou. Disse que é preciso ter dados, estudos concretos, para afirmar que estudar longe de casa é um problema: “Isso é visto como uma forma de amadurecer, de ganhar responsabilidade, de desmamar da mãe, que fica aí levando bolinhos, levando isso, levando aquilo. É uma maneira de ganhar voo próprio. Se ela diz que muitos estão tendo problema, muitos são três? São mil, são 10 mil, são 50 mil? Se são três, esquece o problema. Se são mil, quem sabe? Se são 50 mil, nós temos um problema. Mas sem conhecer esses números não há como dizer se nós estamos diante de um problema que requer alguma atenção”.

topo 

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Bolsonaro diz que novo chefe do Enem prioriza ensino e não doutrina**

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou na manhã deste sábado (5) que o novo coordenador do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), Murilo Resende, deve priorizar o ensino e não o que classificou como doutrinação de alunos em sala de aula.

Resende foi escolhido pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para ser o diretor de Avaliação de Educação Básica, órgão responsável pelo Enem -- o exame cuja nota possibilita o ingresso de estudantes em universidades brasileiras.

Bolsonaro já criticou o ensino no país durante governos anteriores afirmando que alguns professores exerceriam doutrinação de caráter marxista em crianças e adolescentes nas

salas de aula. Ele também criticou pontos relacionados a discussões sobre gênero nas escolas.

Em mensagem publicada em seu perfil no Twitter, Bolsonaro destaca a formação acadêmica de Resende, que é doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas

Jair M. Bolsonaro



@jairbolsonaro

Murilo Resende, o novo coordenador do Enem é doutor em economia pela FGV e seus estudos deixam claro a priorização do ensino ignorando a atual promoção da “lacrção”, ou seja, enfoque na medição da formação acadêmica e não somente o quanto ele foi doutrinado em salas de aula.

20,2 mil

07:15 - 5 de jan de 2019

Informações e privacidade no Twitter Ads

4.428 pessoas estão falando sobre isso

Informações e privacidade no Twitter Ads

Contudo, o novo chefe do Enem sofreu críticas por supostamente não possuir experiência em gestão.

Críticas ao Enem

Em novembro do ano passado, Bolsonaro criticou o Enem, afirmando que o exame foi um "vexame" e uma "doutrinação exacerbada". Para o presidente, as provas deveriam cobrar "conhecimentos úteis" para a sociedade em vez de tratar de assuntos que possam influenciar os jovens futuramente.

Bolsonaro também criticou uma das questões do exame que tratava do "dialeto secreto" utilizado por gays e travestis. "Uma questão de prova que entra na dialética, na linguagem secreta de travesti, não tem nada a ver, não mede conhecimento nenhum. A não ser obrigar para que no futuro a garotada se interesse mais por esse assunto. Temos que fazer com que o Enem cobre conhecimentos úteis", disse.

Escolhido é professor desde 2015

Murilo Resende foi apresentado como novo diretor de Avaliação da Educação Básica, órgão responsável pelo Enem e pelo Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) na última quarta-feira (2) pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez.

O novo chefe do Enem é professor universitário em Goiás desde 2015 e já foi aluno do curso online do escritor Olavo de Carvalho, apontado como guru da direita e responsável pela indicação de Vélez ao cargo de ministro da Educação.

**A CIDADE ON - TEMPO REAL**

**Biossensor de câncer de pâncreas desenvolvido em São Carlos pode chegar às farmácias**

**Físico, pesquisador da USP e vencedor do Prêmio Capes de Teses, Andrey Soares, conta sobre o desenvolvimento do projeto e explica as possíveis aplicações**

O Prêmio Capes de Teses 2018 destacou um trabalho que utiliza biossensores para a detecção precoce de câncer de pâncreas. O Jornal da USP no Ar conversou com o físico e pesquisador da USP em São Carlos, Andrey Coatrini Soares, vencedor do prêmio por

este estudo na área de materiais e do grande prêmio de Exatas.

Soares conta que o trabalho começou em sua iniciação científica, quando estudou a detecção precoce do câncer de mama. Depois disso, direcionou as técnicas desenvolvidas para o câncer de pâncreas, que tem maior taxa de mortalidade, chegando a aproximadamente 99%, e normalmente é diagnosticado tardiamente. A partir daí, utilizou a nanotecnologia, com o desenvolvimento de matrizes poliméricas, para diminuir o custo do sensor e o tempo de detecção.

O biossensor é composto de camadas nanométricas de materiais poliméricos que ajudam a preservar a atividade das biomoléculas utilizadas no estudo. Ocorre uma interação específica entre as biomoléculas escolhidas e os anticorpos, e há a geração de um sinal elétrico medido pelo sensor, explica o pesquisador. A intenção é que no futuro essa tecnologia possa ser disponibilizada através de testes de farmácia, como são hoje os testes de glicose e, por enquanto, utilizada no Hospital de Câncer de Barretos, que foi parceiro durante o trabalho. A principal dificuldade para avançar o projeto é o financiamento. Soares estima que seriam necessários mais dois ou três anos de aperfeiçoamento para que esses objetivos se tornem realidade.

O especialista explica que, desde o princípio, a ideia foi desenvolver algo que fizesse parte da cadeia inicial do tratamento, verificando as suspeitas e detectando a predisposição à doença. Além disso, a tecnologia permite que, após o diagnóstico, o paciente acompanhe a eficácia do tratamento utilizado. Soares destaca ainda a versatilidade desse tipo de pesquisa, que pode ser aplicada para outros tipos de câncer. Como exemplo cita um trabalho sendo desenvolvido por seu grupo de pesquisa para a detecção do câncer de próstata mais de uma década antes de a doença se manifestar.

topo ↕

## **CORREIO DO ESTADO - MS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

### **Vélez indica para secretarias do MEC ex-alunos de filosofia sem experiência de gestão**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, escolheu ex-alunos seus de programas de filosofia, sem experiência em gestão, para metade das secretarias do MEC, algumas consideradas de alta complexidade. Três dos seis secretários estudaram com o novo ministro.

Os nomes foram apresentados nesta quarta-feira (2) na cerimônia de transmissão de cargo para Vélez Rodríguez. O novo ministro não tem experiência anterior em gestão educacional e, em seu discurso de posse, exaltou a igreja, a família e o combate ao que ele chamou de marxismo cultural nas escolas.

O perfil dos escolhidos causou preocupação sobre possíveis dificuldades em manter as ações do MEC. A preocupação é compartilhada, segundo a reportagem apurou, tanto por integrantes do grupo de transição do presidente Jair Bolsonaro (PSL), quanto pela equipe que deixou o ministério e por técnicos de carreira do ministério.

O próprio processo de transição foi abalado por essas escolhas. A insistência de Vélez em manter em posições importantes alguns de seus ex-alunos provocou uma briga e o consequente desligamento de Antônio Flávio Testa da equipe, conforme a Folha de S.Paulo revelou na sexta-feira (28).

Testa acompanhava a transição no MEC desde antes da indicação de Vélez para a pasta.

Desde o rompimento com Testa membros da equipe de transição têm criticado Vélez por, entre outras coisas, dedicar-se exageradamente nas questões ideológicas sem se dar conta das complexidades das ações do MEC. À reportagem, ao menos três integrantes criticaram a falta de experiência do ministro de Bolsonaro.

Três ex-alunos de Vélez na UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) foram indicados. Orientado pelo ministro no mestrado e doutorado em ciência da religião entre 2007 e 2013, Marco Antônio Barroso Faria comandará a Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior) do MEC.

Considerada uma das posições mais complexas do ministério, essa subpasta é responsável por processos burocráticos de regulação do ensino superior particular. Faria não tem experiência de gestão e é docente da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais). Tem entre seus projetos de pesquisa discussões entre darwinismo e o criacionismo.

Já a Setec (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) será ocupada por Alexandre Ferreira de Souza, doutor em filosofia e ex-aluno de Vélez. Também sem experiência em gestão, Souza é professor da rede pública do Espírito Santo.

Outro ex-aluno que chega ao MEC é Bernardo Goytacazes de Araújo, que comandará a nova secretaria de Modalidades Especializadas. Essa subpasta substituirá a atual Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), conforme a Folha de S.Paulo revelou. A iniciativa foi uma manobra para eliminar as temáticas de direitos humanos e de educação étnico-raciais e a própria palavra diversidade.

Goytacazes foi aluno de Vélez em uma especialização em 2007 e assinou artigos em 2009 e 2011 com o ministro. Em 2016, candidatou-se a vereador pelo PDT na cidade carioca de Três Rios (125 km do Rio), mas não se elegeu. A experiência de Araújo na gestão pública ocorreu na prefeitura de Três Rios, cidade de 101 mil habitantes, onde foi secretário de governo e acumulou interinamente outras pastas.

Já a nova secretaria de Alfabetização será comandada por Carlos Francisco de Paula Nadalim, uma indicação, como a do próprio ministro, do escritor e guru da direita Olavo de Carvalho. Conforme adiantou a Folha de S.Paulo, a experiência de Nadalim é na escola de sua família chamada Mundo do Balão Mágico, em Londrina.

Em vídeos, Nadalim expõe a apostila de seu programa de alfabetização inspirado no método fônico (que concentra atenção na relação entre letras e sons para depois chegar à leitura) e ataca o que seria a tendência nacional de apostar no método construtivista (que, em resumo, alfabetiza já focado na leitura de textos).

No lugar de Testa para a secretaria executiva do MEC, Vélez colocou Luiz Antonio Tozi, que vem do Centro Paula Souza de SP e é engenheiro formado pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica).

Tozi indicou para a secretaria de Educação Básica a engenheira Tania Leme de Almeida, também do Paula Souza. Almeida era diretora da Faculdade de Tecnologia de São Carlos (SP).

Quatro indicações do grupo ligado aos militares foram mantidas para o MEC: os professores da FGV Marcus Vinicius Rodrigues e Carlos Alberto Decotelli foram anunciados como, respectivamente, presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação).

Já a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** será comandada por **Anderson Ribeiro Correia**, ex-reitor do ITA.

E o general Oswaldo de Jesus Ferreira comandará a EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), que gerencia hospitais universitários. Ferreira comandou o Departamento de Engenharia e Construção do Exército e colabora com Bolsonaro desde a eleição.

A Secretaria de Educação Superior será ocupada por Mauro Luiz Rabelo, o único remanescente da equipe atual do MEC.

Na posse, Vélez Rodriguez falou do orgulho de ter em sua equipe pessoas influenciadas pelos escritores Olavo de Carvalho, guru da direita e quem o indicou a Bolsonaro, e Antonio Paim. Não citou nenhum educador.

Além de Nadalin, da secretaria de Alfabetização, ao menos outros dois admiradores de Olavo de Carvalho ganharam cargos no MEC. O advogado paranaense Tiago Tondinelli será chefe de gabinete do ministro.

No Inep, Murilo Resende Ferreira foi apresentado como novo diretor de Avaliação da Educação Básica, órgão responsável pelo Enem e pela Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Ferreira é doutor em economia e foi aluno do curso online de Olavo de Carvalho, a quem chama de "o maior amigo".

Desde 2015, é professor universitário em Goiás. A falta de experiência foi apontada como um possível entrave para a atuação na diretoria por servidores do Inep ouvidos pela reportagem.

A Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC foi extinta pelo novo governo. Na prática, desde 2015 a subpasta já havia sido esvaziada pelo governo Temer.

O Ministério da Educação de Bolsonaro

Ministro: Ricardo Vélez Rodriguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli

Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi

Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida

Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin

Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandro Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo

Presidente da **Capes: Anderson Ribeiro Correia**

Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva  
Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues  
Presidente EBSEERH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

topo ↕

## GAZETA DO CERRADO - TEMPO REAL

### O que o Museu Nacional, incendiado em 2018, fará com os R\$ 85 milhões previstos para sua recuperação

Em 2 de setembro de 2018, o Museu Nacional do Rio de Janeiro foi consumido pelas chamas, uma tragédia que repercutiu no Brasil e no exterior devido à importância da instituição com 200 anos recém-completados e um dos mais ricos acervos de antropologia e história natural da América Latina, com mais de 20 milhões de itens.

Muitos deles eram únicos e foram destruídos, como fósseis humanos e de dinossauros, múmias e utensílios de civilizações antigas. Apesar do fogo, peças simbólicas se salvaram, como o Bendegó, o maior meteorito brasileiro conhecido pela ciência, ou foram resgatadas ainda que parcialmente destruídas, como fragmentos do crânio e o fêmur de Luzia, o fóssil humano mais antigo de que se tem registro no Brasil.

Há muito a ser recuperado no meio dos detritos do prédio – não existe um número oficial de quantas peças se salvaram ou quantas peças foram destruídas – mas Alexander Kellner, diretor da instituição, diz que não é mais o momento de olhar para trás com pesar.

“Temos que aprender com o que houve e planejar a reconstrução do Museu no mais curto espaço de tempo. Dentro deste contexto, estamos muito bem”, afirma.

À frente da instituição desde fevereiro de 2018, Kellner está mais preocupado em como aplicar os R\$ 85 milhões que o Museu Nacional deverá ter em caixa no próximo ano para obras emergenciais, recuperação do prédio histórico e reconstrução do acervo.

A verba veio após a repercussão do incidente, que causou grande comoção e debates acalorados em redes sociais em torno da manutenção da instituição histórica.

“(A maior parte do dinheiro) está ‘na nuvem’ ainda. Vai demorar um pouco a chegar por causa da burocracia. Quando entrar, será via reitoria da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro, que administra o Museu Nacional). Mas é importante que a população saiba que não é um dinheiro ‘que está na mão’, porém está carimbado e não tem como ser desviado”, afirma.

O orçamento anual do museu, repassado pela UFRJ – mantida com recursos do governo federal -, havia caído drasticamente nos últimos cinco anos: de R\$ 531 mil, em 2013, para R\$ 54 mil, em 2018. Muitos culpam a falta de manutenção do prédio pelo incêndio.

De onde virá o dinheiro?

Dos R\$ 85,4 milhões destinados ao Museu Nacional, R\$ 55 milhões virão do Orçamento da União para 2019, aprovado pelo Congresso Nacional em 19 de dezembro. A verba foi indicada por deputados da bancada do Rio de Janeiro e apresentada como emenda impositiva, aprovada pela Comissão Mista de Orçamento.

O dinheiro, segundo Kellner, será utilizado na reconstrução do palácio localizado na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, e que foi moradia da família real brasileira no século 19.

Outros 15 milhões, já em caixa, vieram do Ministério da Educação para obras como a contenção de paredes que ficaram em pé após o incêndio e a criação de estrutura para proteger os destroços, além da elaboração de um novo projeto museológico.

O Ministério da Ciência e Tecnologia destinou R\$ 10 milhões que também serão aplicados na reconstrução do prédio e na compra de equipamentos dos laboratórios de pesquisa da instituição. A retomada de pesquisas interrompidas com o incêndio receberá mais R\$ 2,5 milhões da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao MEC para expansão de programas de pós-graduação no país.

Kellner informou também que já está sob os cuidados da UFRJ o montante de 180,8 mil euros (cerca de R\$ 802 mil) doados pelo governo da Alemanha – a verba é parte do montante de até um milhão de euros que o governo alemão vai destinar ao Museu. Além disso, foi negociada com a empresa Vale a doação de mais R\$ 2 milhões para recomposição do acervo de mineralogia e etnografia. Outros R\$ 100 mil foram arrecadados desde o incêndio pela campanha SOS Museu Nacional.

O diretor Kellner explica que a verba prevista é excepcional para começar a reconstruir a instituição, mas ressalta que “não se faz uma coleção de dois séculos em duas décadas”. Para ele, mais importante no momento é discutir como viabilizar a manutenção do local após sua recuperação.

“Antes do incêndio, o Museu Nacional precisaria de US\$ 3,8 milhões (R\$ 14,7 milhões) para manutenção básica de sua estrutura. No entanto, só recebia R\$ 500 mil. Eu estimo que, numa janela de até seis anos, vamos precisar de US\$ 10 milhões (R\$ 38,8 milhões) anuais para mantê-lo em condições razoáveis.”

Ele compara a situação da mais antiga instituição científica brasileira com o Museu de História Natural de Nova York, nos Estados Unidos, que destinou US\$ 35,8 milhões (R\$ 139,1 milhões) para cobrir custos operacionais referentes à sua estrutura.

De acordo com o mais recente relatório anual da instituição – que, assim como o Museu Nacional, fomenta pesquisas científicas -, 27% de sua receita foram provenientes de ingressos e contribuições de visitantes.

Para 2019, Kellner afirma que serão três as prioridades. A primeira delas é a recuperação do palácio, em seguida o resgate e recomposição do acervo, e, por último, o fomento à pesquisa na instituição.

Até o início de dezembro, 51% das obras emergenciais tinham sido concluídas, incluindo etapas como escoramento das lajes, retirada das estruturas metálicas, cobertura provisória e remoção de escombros com a ajuda dos pesquisadores.

“Precisamos retomar a normalidade institucional, fazer com que as pessoas tenham um lugar para trabalhar, para que continuem suas teses e pesquisas”, afirma. “Se estou

satisfeito com o ritmo que as coisas estão seguindo? Não. Mas tudo tem seu tempo para acontecer.”

topo ↕

## JC ONLINE - TEMPO REAL

### Reitor do ITA será o presidente da Capes

À frente da **Capes**, **Anderson Ribeiro Correia** presidirá a fundação vinculada ao MEC, responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, anunciou durante a cerimônia de transmissão de cargo, ocorrida nesta quarta-feira, 2, em Brasília, que o reitor e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), **Anderson Ribeiro Correia**, será o novo presidente da **Capes**. A nomeação deve ser publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias.

Engenheiro civil, formado pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo ITA e doutor em Engenharia de Transportes pela University of Calgary, no Canadá, **Anderson Correia** é pesquisador do CNPq e assessor da **Capes**, Fapesp e CNPq.

Editor associado da Revista Transportes e revisor de diversos periódicos nacionais e internacionais, o futuro presidente da **Capes** ainda compõe o comitê do Transportation Research Board, dos Estados Unidos, o Conselho Deliberativo da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET) e o Conselho de Administração da Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo (CTCEA).

À frente da **Capes**, **Anderson Correia** presidirá a fundação vinculada ao MEC responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil, por meio de concessão de bolsas e fomentos, de avaliação e acesso e divulgação da produção científica. A instituição investe na formação de recursos humanos de alto nível no País e no exterior, atua na formação de professores da educação básica e promove cooperação científica internacional.

#### Histórico Profissional

**Anderson Correia** foi gerente de Operações na McLane Logistics do Brasil e superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Transporte Aéreo e consultor em logística e transportes para a Petrobrás, Embraer, BNDES, OACI, TCU e BAA.

Também ministrou aulas em cursos especializados para o CENIPA, TCU, Infraero, Embraer, Secretaria de Aviação Civil e ANAC. **Anderson Correia** tem experiência na área de Engenharia de Transportes, com ênfase em Planejamento de Transportes, atuando principalmente em aeroportos, transporte aéreo e logística. Em 2017, recebeu a Medalha Mérito Santos Dumont, da Força Aérea Brasileira.

#### Novo ministro

Durante a cerimônia de transmissão de cargo, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez ressaltou que sua gestão, além de priorizar a educação básica, estará focada em outros

setores educacionais essenciais para o desenvolvimento do Brasil, como o ensino profissional tecnológico, as pesquisas científicas e de extensão e a inovação tecnológica nas escolas e universidades, bem como no aperfeiçoamento de programas que incentivem o empreendedorismo para a inserção no mercado de trabalho.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Mestrado Profissional em Tecnologia e Inovação em Enfermagem da Unifor lança seleção**

**Com inscrições abertas até o dia 25 de janeiro, mestrado oferece capacitação profissional aliada às novas tecnologias e convênio com instituições internacionais.**

O Programa de Pós-Graduação da da Universidade de Fortaleza (Unifor) está oferecendo 20 vagas para o Mestrado Profissional em Tecnologia e Inovação em Enfermagem. Com inscrições abertas até o dia 25 de janeiro deste ano, o mestrado visa proporcionar aos alunos a capacitação profissional na área através do estudo de novas técnicas e tecnologias que atendam a demanda do mercado de trabalho. Todas as informações sobre a seleção estão disponíveis no Edital R.No 86/2018.

A professora Karla Rolim, coordenadora do Mestrado Profissional em Tecnologia e Inovação em Enfermagem da Unifor, ressalta a importância da oportunidade. “Para o enfermeiro, a importância em cursar o mestrado profissional está em poder se capacitar para o exercício profissional na prática avançada do sistema de saúde. Ser capaz de desenvolver, avaliar e divulgar tecnologias inovadoras por meio da utilização do método científico para transformação da prática profissional, como também contribuir para a melhoria da integração entre a universidade e os serviços de saúde nos diferentes níveis de atenção”, afirma.

O curso de mestrado mantém ainda parceria internacional com a Universidade de Rouen (França) e com a Escola Superior de Enfermagem do Porto (Portugal). Por meio da colaboração entre as instituições de ensino, os alunos podem realizar intercâmbio de acadêmico e desenvolver pesquisas na Europa.

#### **Seleção**

Para se inscrever no programa de Mestrado Profissional, o aluno candidato deve possuir diploma de Curso Superior de Graduação reconhecido por órgão competente. Também serão aceitos candidatos que comprovadamente estejam concluindo o último semestre do curso de graduação em alguma Instituição de Ensino Superior, desde que apresentado o diploma no ato da matrícula. Para se inscrever, os candidatos devem preencher a ficha de inscrição e apresentar, no ato de inscrição, seu modelo de projeto de pesquisa.

O processo seletivo contempla três etapas. Os candidatos serão submetidos à análise do projeto de pesquisa e divulgação dos convocados até 31 de janeiro. As entrevistas e análise de currículo serão realizadas de 4 a 7 de fevereiro. O resultado final será divulgado no dia 13 de fevereiro e a matrícula acontece de 14 a 28 do mesmo mês. O início das aulas está previsto para março de 2019.

#### **Serviço:**

Seleção para Mestrado Profissional em Tecnologia e Inovação em Enfermagem da Unifor Edital R.No 86/2018

Inscrições: até 25 de janeiro de 2019

Local: Secretaria dos Mestrados Profissionais (Bloco E, salas E-02/04)

Horário: 7h30 às 12h e das 13h30 às 18h, de segunda a sexta-feira

Mais informações: (85) 3477.3223 ou [mpe@unifor.br](mailto:mpe@unifor.br)

topo ↕

## PORTAL EXAME - TEMPO REAL

### O Futuro do Mercado de EAD (Ensino a Distância) no Brasil

De acordo com dados apresentados na revista Forbes, o mercado de E-learning nos EUA irá bater a incrível marca de \$325 bilhões de dólares até 2025. A última previsão apresentada também na Forbes fazia uma projeção de \$107 bilhões de dólares até 2015, o que foi comprovado e superado nos anos seguintes.

Por que o mercado de EAD (E-learning) nos EUA é tão forte e consolidado? E por que o Brasil continua abaixo do seu real potencial? Foi exatamente isso que partimos para descobrir nessa matéria.

Um mercado BILIONÁRIO com B de Brasil. Mas que por enquanto, ainda não faz sombra do que já acontece nos EUA, diz Natanael Oliveira, CEO da Marketing Com Digital e Make Sales Daily Corp.

A maioria dos empresários já reconhecem o poder da internet para os seus negócios. Mas ao mesmo tempo, a grande maioria dos donos de negócios confessam que ainda se sentem perdidos quando o assunto é gerar negócios usando a internet.

“Mesmo aqueles que dominam as ferramentas do mundo digital e as mídias sociais, ainda sofrem tentando transformar likes em vendas, comentários em faturamento e compartilhamentos em dinheiro no bolso.” Natanael também acrescenta que quando o assunto é usar todo o potencial do E-learning ou (EAD) ensino à distância, a situação fica um pouco mais complicada.”

“Falta uma ÚNICA coisa acontecer para que o Brasil viva o mesmo BOOM de crescimento no mundo do EAD. E eu não estou falando de simplesmente “mais alunos”, estou falando de entrarmos na categoria de um mercado bilionário (principalmente quando o assunto for lucratividade do ramo).” Afirma Oliveira.

O mercado de EAD no Brasil já passou da casa dos 1,5 milhões de alunos. E sobre esses números, Natanael ressalta que se levarmos em conta que a maioria dos dados levantados levam em consideração instituições de educação no nível técnico e acadêmico (Cursos supletivos, graduações, pós-graduações), esse número seja um pouco maior.

Nesse sentido, Oliveira aponta durante a nossa conversa que é exatamente aqui que temos 2 grandes oportunidades:

01 – “O mundo do EAD ainda está muito relacionado as faculdades, cursos profissionalizantes.

Basicamente opções online para quem não pode se locomover, ou mora em regiões mais distantes. A grande oportunidade que ainda está aberta é um novo olhar para o EAD como modelo de negócios, mais propriamente como um novo tipo de negócio.”

O exemplo que Natanael cita é de uma empresa que vende brinquedos para crianças (Ecommerce). “Ela pode criar uma nova fonte de lucro (nova empresa), com cursos para os pais que querem aprender como ajudar no desenvolvimento dos seus filhos. É uma combinação perfeita que já acontece nos EUA em diversos ramos.”

Outro exemplo ainda são cursos que falam sobre como ganhar dinheiro como maquiador profissional, criados por empresas que tem e-commerce de cosméticos. “E essa não é a história completa.” Acrescenta Natanael... “Existem ainda aqueles que criam sua própria plataforma de educação online e simplesmente compartilham o seu conhecimento e experiência, empacotado em cursos online. Somente quando os empreendedores dos mais diversos ramos de atuação, começarem a enxergar o EAD como uma plataforma de LUCRO à distância, o Brasil irá avançar para o próximo nível.”

02 – “O EAD é para quem quer resultados e não apenas um certificado.” Natanael acrescenta que o começo do EAD foi muito marcado pela chance de disseminar as oportunidades para uma educação de altíssimo nível por um custo baixíssimo, mas que existe um problema: A taxa de presença no EAD nunca foi a das melhoras, principalmente para cursos gratuitos. “Um outro problema ainda mais grave ( o que gera muitas críticas ao modelo ) é a qualidade dos alunos formados pelo ensino à distancia. Mas não quero entrar nesse mérito.”

Oliveira diz que o ponto é que existem aqueles alunos que buscam o certificado de conclusão. “Quero melhorar o meu currículo...” E revela ainda que existe um outro grupo (muito mais consumidor) que são aqueles que buscam crescer na sua carreira ou avançar nos negócios.

“Foi nesse contexto que surgiram empresas voltadas para o desenvolvimento profissional ou desenvolvimento de empresas (um dos grandes nichos do EAD). O site Lynda.com é um exemplo disso.” A empresa foi comprada pelo LinkedIn por 1.5 bilhões. E hoje os cursos são disponibilizados para os usuários premium da rede social.

P: O que você acha que está faltando para o Brasil avançar no mundo do EAD?

R – O mercado digital no Brasil está muito aquecido, apesar de existirem “bolhas” bem definidas. Existem pessoas do mundo do internet marketing que não se misturam com as pessoas do “marketing” e uma série de outros pontos que precisam ser superados para que o Brasil cresça nesse mercado.

Ainda existe uma discussão do tipo: Inbound ou Funil de Vendas? Mídias Sociais ou Email Marketing? Discussões que já foram superadas nos EUA. O foco é usar o que temos a nossa disposição da maneira que seja benéfica para cada negócio. E isso volta para o próprio EAD. Quando os empresários brasileiros entenderem que eles podem vender mais dos seus produtos e serviços, criando uma nova fonte de lucro educacional, Bingo!

Natanael pontua que as perguntas-chave na verdade são:

“Como os empresários dos mais diversos ramos e portes, podem usar o EAD como uma nova fonte de lucro para suas empresas?

Que tipo de estrutura é necessária para começar?

Qual o investimento inicial?

Quais as melhores estratégias de marketing para gerar negócios nesse mercado?

Como integrar o novo negócio digital com o seu negócio atual (físico ou prestação de serviço)?

Qual o maior erro você precisa EVITAR na hora de criar o seu primeiro treinamento online?

Qual a ÚNICA coisa que você precisa fazer para gerar vendas todos os dias nesse universo?”

Esses são os questionamentos bases para começar a criar uma nova fonte de lucro para qualquer empresa, é o que defende Natanael.

Serviço:

Natanael Oliveira disponibilizou uma série de 7 lições gratuitas, contando os bastidores da sua jornada na criação de uma plataforma de educação online e explicando todos os passos necessários para a criação de produtos digitais.

Website: <https://natanaeloliveira.com/novos-produtores>

topo ↕

## **PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

### **Bolsonaro sanciona lei que permite falta escolar por motivo religioso**

#### **Projeto foi apresentado em 2003 por parlamentar petista e teve relatoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS)**

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) sancionou lei que permite alternativas para estudantes que deixam de comparecer a aulas ou provas por motivos religiosos. A medida não valerá para instituições de ensino militar. As escolas, públicas e particulares, terão um prazo de dois anos para se adequar à medida. A lei, publicada na edição desta sexta-feira, 4, do Diário Oficial da União, entra em vigor em um prazo de 60 dias.

A lei vale para todas as crenças religiosas. A proposta vale, por exemplo, para fieis das religiões sabatistas, que guardam o período do pôr do sol da sexta-feira até o do sábado para se dedicar ao contato com o sagrado, como adventistas do sétimo dia e batistas do sétimo dia.

O texto estabelece que para garantir o direito é necessário que o aluno avise a escola previamente. “É assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício

de tais atividades”, diz o texto sancionado.

No caso da ausência, a instituição de ensino poderá oferecer ao aluno a reposição da aula ou prova ou a opção de fazer um trabalho escrito ou outra atividade de pesquisa com tema e objetivo definidos pela escola. Nenhuma das opções poderá ter custos ao estudante. A determinação não será aplicada no ensino militar porque a modalidade é regulada por lei específica.

## Origem

O projeto de lei foi apresentado em 2003 pelo deputado Rubens Otoni (PT-GO) e teve relatoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi aprovado no ano passado em caráter conclusivo, ou seja, sem que fosse necessária a votação em Plenário.

No dia da aprovação do projeto, a deputada disse que a proposta é uma “medida de justiça” aos estudantes. “Na atual sistemática, eles ficam forçados a escolher entre ser coerentes com suas crenças ou acessar os benefícios da educação escolar de forma integral.”

## Enem

Em 2017, o Ministério da Educação (MEC) alterou o formato do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que deixou de ser aplicado em um fim de semana (sábado e domingo) para ser aplicado em dois domingos consecutivos. Um dos motivos para a mudança foi a situação de alunos sabatistas que tinham de aguardar até as 19 horas em uma sala para poder iniciar a prova de sábado sem ferir seus preceitos religiosos.

topo ↕

## **TRIBUNA DA BAHIA - BA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

### **Universidade baiana se destaca em avaliações do MEC**

### **Além ser a única universidade privada do estado recredenciada com nota máxima, UNIFACS é também a universidade privada com melhor Índice Geral de Cursos no Norte/Nordeste**

Escolher a profissão que deseja não tem sido a única preocupação dos jovens na hora de cursar o ensino superior. A reputação da instituição onde vai estudar também tem contado bastante nesse momento, diante da oferta de universidades, centros universitários e faculdades. Para ajudar nesse processo, as avaliações realizadas pelo MEC para medir a qualidade das instituições de ensino superior, como o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Institucional (CI) podem servir como um bom parâmetro.

Na Bahia, a UNIFACS conquistou recentemente a nota 4 no índice Geral de Cursos (IGC), sendo assim a de melhor desempenho entre as universidades privadas do Norte e Nordeste. Isso significa que a instituição tem o potencial e é reconhecida pela sua excelência acadêmica, com corpo docente e conteúdo pedagógico qualificados.

Para obter o indicador no IGC, a universidade é avaliada em alguns aspectos, a exemplo da média de cada curso. Destaque para os cursos de Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia da Computação, Engenharia de Produção, Redes de Computadores, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Engenharia Química, Pedagogia e Letras (Português).

“Esse resultado é reflexo dos estudantes, pelo empenho na busca da melhor formação;

dos diplomados, pelo reconhecimento do mercado de trabalho; dos professores, por serem alicerce da nossa qualidade acadêmica; e dos colaboradores, pelo compromisso em oferecer uma estrutura e um serviço de excelência” declara a Reitora da UNIFACS, prof.<sup>a</sup> Marcia Barros.

## Recredenciamento

Além de ser a única universidade privada no Norte/Nordeste com IGC 4, a UNIFACS conquistou também a nota máxima (conceito institucional 5) no último processo de recredenciamento realizado em 2017, tornando-se assim a única universidade privada da Bahia a obter essa conquista.

Após credenciada como universidade, a instituição passa por avaliação periódica do MEC, a fim de garantir o título. Para ser universidade, é necessário atender a alguns requisitos, como corpo docente mais qualificado, programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), além de oferecer obrigatoriamente atividades de ensino, de pesquisa e de extensão comunitária.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Bolsonaro sanciona lei que permite falta escolar por motivo religioso**

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) sancionou lei que permite alternativas para estudantes que deixam de comparecer a aulas ou provas por motivos religiosos. A determinação não será aplicada em instituições de ensino militares. As escolas, públicas e particulares, terão um prazo de dois anos para se adequar à medida. A lei, publicada na edição desta sexta-feira, 4, do Diário Oficial da União, entra em vigor em um prazo de 60 dias.

A lei beneficia todas as crenças religiosas. A proposta vale, por exemplo, para fieis das religiões sabatistas, que guardam o período do por-do-sol da sexta-feira até o do sábado para se dedicar ao contato com o sagrado, como adventistas do sétimo dia e batistas do sétimo dia.

O texto estabelece que para garantir o direito é necessário que o aluno avise a escola previamente. "É assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades", diz o texto sancionado.

No caso da ausência, a instituição de ensino poderá oferecer ao aluno a reposição da aula ou prova ou a opção de fazer um trabalho escrito ou outra atividade de pesquisa com tema e objetivo definidos pela escola. Nenhuma das opções poderá ter custos ao estudante.

A medida não é válida para o ensino militar porque a modalidade é regulada por lei específica.

## Origem

O projeto de lei passou por comissões da Câmara e do Senado no ano passado, antes de ser aprovado e chegar à sanção do presidente.

Na Câmara, o projeto de autoria do deputado Rubens Otoni (PT-GO) teve relatoria da

deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi aprovado em caráter conclusivo, ou seja, sem que fosse necessária a votação em Plenário.

No dia da aprovação do projeto, a deputada disse que a proposta é uma "medida de justiça" aos estudantes. "Na atual sistemática, eles ficam forçados a escolher entre ser coerentes com suas crenças ou acessar os benefícios da educação escolar de forma integral."

## Enem

Em 2017, o Ministério da Educação (MEC) alterou o formato do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que deixou de ser aplicado em um fim de semana (sábado e domingo) para ser aplicado em dois domingos consecutivos. Um dos motivos para a mudança foi a situação de alunos sabatistas que tinham de aguardar até as 19 horas em uma sala para poder iniciar a prova de sábado sem ferir seus preceitos religiosos.

topo ↕

